



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Altair Pereira

**A formação do Policial Militar de Santa Catarina
e as demandas de novas competências**

Florianópolis
2024

Altair Pereira

**A formação do Policial Militar de Santa Catarina
e as demandas de novas competências**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Mídia do Conhecimento. Linha de pesquisa: Mídia e Conhecimento na Educação.

Orientador: Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr. Co-orientadora Prof^a. Gertrudes Aparecida Dandolini, Dra.

Florianópolis

2024

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária
Dilva Páscoa De Marco Fazzioni
CRB: 14/636.

P436

Pereira, Altair.

A formação do Policial Militar de Santa Catarina e as demandas de novas competências [dissertação] / Altair Pereira; orientador, Francisco Antonio Pereira Fialho. Co-orientadora, Gertrudes Aparecida Dandolini. – Florianópolis, SC, 2024. 1 v.

150 p.: il., tab., grafs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

1. Segurança Pública. 2. Ensino Superior. 3. Formação do Policial Militar, 4. Competências. 5. CFS. I. Fialho, Francisco Antonio Pereira. II. Dandolini, Gertrudes Aparecida. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. IV. Título.

CDD: 363.2

Altair Pereira

**A formação do Policial Militar de Santa Catarina
e as demandas de novas competências**

O presente trabalho, em nível de Mestrado, foi avaliado e aprovado em 10 de julho de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Marcio Vieira de Souza, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Zeina Rebouças Corrêa Thomé, Dra.

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Henrique Nou Schneider, Dr.

Universidade Federal de Sergipe

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Mídia do Conhecimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Luciane Maria Fadel

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Orientador: Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.
Co-orientadora, Profa. Gertrudes Aparecida Dandolini. Dr.

Florianópolis, 2024

“O bom senso é a coisa do mundo mais bem distribuída, porquanto cada um acredita estar tão bem provido dele que, mesmo aqueles que são os mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa, não costumam desejar tê-lo mais do que já o têm. Não é provável que todos se enganem a esse respeito. Ao contrário, isso prova antes que o poder de julgar e distinguir bem o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens. Desse modo, a diversidade de nossas opiniões não se origina do fato de que alguns são mais racionais que outros, mas somente pelo fato de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas.”

(René Descartes, 1637).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por me trazerem à vida e, principalmente, por me prepararem para ela. Sempre manterei meu referencial e serei responsável por minhas escolhas e ações, sei que na discrição e no silêncio vocês estarão lá, sempre apoiando minhas escolhas.

À minha esposa Cláudia pelo companheirismo e pelo crescimento ao longo dos anos. É na medida do tempo que percebemos a complexidade e a preciosidade da vida; quem diria, já são 33 maravilhosos e intensos anos juntos. Obrigado por acreditar e incentivar a busca e a realização dos meus sonhos. A certeza de sua presença torna tudo mais fácil.

Aos meus filhos, muito obrigado por serem meus filhos! Vinicius foi sensacional, sempre torcendo e vibrando a cada vitória, a Larissa minha companheira na pesquisa e produção textual, sempre disposta a auxiliar, tornando o trabalho mais suave.

Aos meus amigos, irmãos e irmãs de coração, obrigado pelos anos de amizade, companheirismo e vivências – é a vocês que peço socorro sempre que necessário. Sou um homem rico de pessoas valiosas em meu entorno, uma base sólida e diferenciada que me traz conforto e dinamicidade, retribuo-lhes toda amizade e carinho.

À Polícia Militar de Santa Catarina, instituição na qual ingressei em 1987 e já passei metade da minha vida, mas parece que foi ontem que tudo começou. Ao fazer o resgate histórico, que representa uma parte relevante da contextualização que serviu de pano de fundo ao presente trabalho, em especial no que diz respeito à evolução do ensino na instituição, saboreei um gostoso sentimento de “fazer parte”. Obrigado aos meus comandantes.

À professora Dilva Páscoa De Marco Fazzioni, bibliotecária da Academia da Polícia Militar da Trindade (APMT), agradeço por desde o início do processo do mestrado se fazer presente, auxiliando na produção de documentos, vibrando a cada etapa do processo e buscando referenciais para a produção textual desta pesquisa, pois não mediu esforços para enriquecer o trabalho.

Ao meu orientador professor Francisco Antonio Pereira Fialho, agradeço pelo acolhimento, pela disponibilidade e por tornar esta pesquisa mais enriquecida com

seus conhecimentos, possibilitando que a produção sucedesse de maneira tranquila e enriquecedora.

À minha co-orientadora professora Gertrudes Aparecida Dandolini, agradeço por fazer parte do desenvolvimento dessa dissertação.

*Pensar não traz conhecimento como fazem as ciências.
Pensar não produz sabedoria prática utilizável.
Pensar não resolve os enigmas do universo.
Pensar não nos dota diretamente com o poder de agir.*

Martin Heidegger

(Arendt, 2011, p. 13).

RESUMO

Introdução: Esta dissertação consiste na pesquisa sobre a *formação do Policial Militar de Santa Catarina e as demandas de novas competências*. O estudo considera as transformações sociais e tecnológicas, que demandam novas competências de agentes de segurança pública. **Objetivos:** *Geral* - Analisar os métodos de ensino-aprendizagem correspondentes para a formação do policial militar fundamentada em competências. *Específicos* - a) caracterizar a formação policial militar; b) identificar as lacunas do ensino-aprendizagem aplicado na formação do policial militar na APMT; c) propor sugestões para melhoria do ensino-aprendizagem na PMSC. **Metodologia:** trata-se de pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa. A pesquisa consiste em entrevista (*survey*), via formulário do *Google Forms*. Com exceção dos dados sociodemográficos, as perguntas foram apresentadas no modelo de escala Likert. Foram envolvidos 150 alunos do Curso de Formação de Sargentos (CFS), com 136 respostas, índice de retorno de 90,7%. Um levantamento bibliográfico sobre os diversos aspectos tratados ao longo do trabalho foi realizado antes e durante as entrevistas. **Revisão de Literatura:** foram abordados os aspectos relacionados ao desenvolvimento de competências no contexto das transformações e avanços, sendo a necessidade da educação continuada uma de suas principais características. **Resultados da pesquisa:** a pesquisa aponta que, em sua maioria, os policiais se sentem seguros e aptos diante dos diversos temas apresentados. No entanto, sempre há uma parcela (maior ou menor) que carece de reforço em sua formação, **Conclusões:** a necessidade de uma formação contínua de seus integrantes não é exclusiva da PMSC, mas é um desafio que se coloca também para esta instituição. O fortalecimento das estratégias de capacitação é uma saída indicada.

Palavras-chave: PMSC; Formação Policial Militar; Aprendizagem Organizacional; CFS.

ABSTRACT

Introduction: This dissertation consists of research into the training of Santa Catarina's Military Police and the demands for new skills. The study takes into account social and technological transformations, which demand new skills from public security agents. **Objectives:** General - To analyze the corresponding teaching-learning methods for military police training based on competencies. Specific - a) to characterize the training of military police officers; b) to identify the gaps in teaching and learning applied to the training of military police officers at the APMT; c) to propose suggestions for improving teaching and learning at the PMSC. **Methodology:** This is an exploratory study with a qualitative approach. The research consists of an interview, via a Google Forms. With the exception of sociodemographic data, the questions were presented using the Likert scale model. A bibliographic survey on the various aspects covered throughout the work was carried out before and during the interviews. 150 students from the Sergeants' Training Course (CFS) were involved, with 136 responses, a return rate of 90.7%. **Literature review:** aspects related to the development of competencies in the context of transformations and advances were addressed, with the need for continuing education being one of its main characteristics. **Research results:** the survey shows that the majority of police officers feel safe and able to deal with the various topics presented. However, there is always a portion (larger or smaller) that needs reinforcement in their training. **Research results:** the survey shows that, for the most part, police officers feel safe and able to deal with the various topics presented. However, there is always a portion (larger or smaller) that needs further training. **Conclusions:** the need for continuous training of its members is not exclusive to the PMSC, but it is a challenge for this institution as well. Strengthening training strategies is one way forward.

Keywords: PMSC; Military Police Training; Organizational Learning; CFS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Comunidade da Vila União - Florianópolis	23
Figura 2: Programas Institucionais da PMSC.....	38
Figura 3: Aplicativo PMSC Cidadão	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pesquisas PPG/EGC/UFSC relacionadas à temática desta pesquisa	27
Quadro 2: Atributos e traços da Formação Policial Militar	36
Quadro 3: Cursos realizados na APMT	45
Quadro 4: Competências demonstradas pelos entrevistados - pontos fracos	125
Quadro 5: Competências demonstradas pelos entrevistados - pontos fortes	126

LISTA DE GRÁFICOS

- 1) Você se sente capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites? 98
- 2) Você tem a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social? 100
- 3) Ao compor sindicância policial militar, você demonstra conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares? 100
- 4) Na sua atuação profissional você demonstra conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os? 101
- 5) Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia? 102
- 6) Na sua atuação você demonstra conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade? 103
- 7) Você demonstra sua capacidade de zelar pela boa imagem própria e da corporação? 104
- 8) Qual a frequência que você demonstra conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública? 104
- 9) Quando você utiliza a sua experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública? 105
- 10) Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções ou gerenciamento de conflitos e/ou de intervenção?... 106
- 11) Você se sente capacitado para identificar situações de risco e antever sua ocorrência? 107
- 12) Com qual frequência você avalia sua capacidade de atendimento de ocorrência de vulto, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade? 108
- 13) Você é capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais e demonstrando domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição? 109
- 14) Você se considera capacitado para agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessário? 109
- 15) Você se considera capacitado em demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo? 110
- 16) Você possui conhecimentos sobre técnicas de operações especiais (fundamentos)? 111
- 17) Você é capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial? 111
- 18) Ao fazer a escolta de presos, agir demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnicas de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA),, você se sente treinado? 112
- 19) Ao comparecer e preservar o local de crime, você se sente capaz de aplicar técnicas de preservação? 113
- 20) Você se sente capacitado para aplicar conhecimentos de informática ao realizar as tarefas inerentes ao cargo? 114
- 21) Você se sente capacitado para utilizar Sistemas de Segurança da Informação ao desempenhar uma ação? 114
- 22) Você tem capacidade em prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar (APH)? 115
- 23) Você se sente capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e linguagem técnica segundo padrões de redação oficial e da Língua Portuguesa? 116

24) Com qual frequência você demonstra conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados?	117
25) Você possui capacidade de trabalhar em equipe?	117
26) Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa, você faz isso:	118
27) Qual a importância que você atribui para ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar?	119
28) Indique seu grau de dificuldade em relação aos atributos abaixo, considerados como estratégicos para a educação 4.0:	120
29) Qual é sua percepção a respeito da importância dos atributos para a educação 4.0	121
30) Qual é sua percepção a respeito das condições da APMT em relação aos atributos considerados necessários para a educação 4.0?	122
31) Em qual mesorregião de SC você trabalha?.....	123
32) Qual seu gênero?	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH	Atendimento Pré-Hospitalar
APMT	Academia de Polícia Militar da Trindade
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CFAT	Curso de Formação de Agentes Temporários
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFOT	Curso de Formação Oficiais Temporários
CFP	Curso de Formação de Praças
CFPT	Curso de Formação Praças Temporárias
CFS	Curso de Formação de Sargentos
COE	Comando de Operações Especiais
EC	Engenharia do Conhecimento
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGC	Engenharia e Gestão do Conhecimento
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FAPOM	Faculdade da Polícia Militar
GC	Gestão do Conhecimento
HC	<i>Habeas Corpus</i>
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IoT	Internet das Coisas
LC	Lei Complementar
MPRS	Ministério Público do Rio Grande do Sul
OE	Operações Especiais
OMS	Organização Mundial da Saúde
PcD	Pessoas com Deficiência
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
PPGEGC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
QEPPM	Quadro Especial de Praças Policial Militar
QOAPM	Quadro de Oficiais Auxiliares Policial Militar
QOCpIPM	Quadro de Oficiais Capelães Policial Militar
QOPM	Quadro de Oficiais Policial Militar
QOSPM	Quadro de Oficiais de Saúde Policial Militar
QPEPM	Quadro de Praças Especiais Policial Militar
QPPM	Quadro de Praças Policial Militar
SC	Santa Catarina
Senasp	Secretaria Nacional de Segurança Pública
STF	Superior Tribunal Federal
TEA	Transtorno do espectro autista
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	OBJETIVOS.....	18
1.1.1	Geral	18
1.1.2	Específicos	18
1.2	APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2.1	Pergunta de pesquisa	19
1.2.2	Escopo ou delimitação do tema	19
1.3	JUSTIFICATIVAS	22
1.3.1	Justificativa social e científica	22
1.3.2	Justificativa organizacional	25
1.3.3	Justificativa pessoal	25
1.4	ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA, GESTÃO E MÍDIA DO CONHECIMENTO (PPGEGC)	26
1.4.1	Interdisciplinaridade	37
2	ABORDAGEM METODOLÓGICA	38
2.1	QUESTÕES ÉTICAS	42
3	REVISÃO DA LITERATURA	43
3.1	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NA POLÍCIA MILITAR	44
3.1.1	Missão constitucional da PM	46
3.1.2	Inovações tecnológicas na PMSC	48
3.2	TRATAMENTO A PÚBLICOS VULNERÁVEIS.....	51
3.2.1	Combate à violência contra a mulher	52
3.2.2	Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	53
3.2.3	Combate ao racismo	56
3.3	CAPACITAÇÃO NO CONTEXTO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS	57
3.4	EXPERIÊNCIAS DE TREINAMENTO POLICIAL NO MUNDO	62
3.5	MODELAGEM DA MATRIZ CURRICULAR POR COMPETÊNCIAS	66
3.5.1	Acerca do conceito de competência	66
3.6	A COMPETÊNCIA NO TRABALHO POLICIAL	69
3.7	COMPETÊNCIAS CRÍTICAS DO FUTURO DOCENTE NA PMSC	81
3.7.1	Interações necessárias do professor	85
3.8	TEORIAS DE APRENDIZAGEM	91
3.9	EPISTEMOLOGIA CONEXIONISTA	93
3.10	INOVAÇÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DIGITAL NA PMSC	96
3.11	NEOAPRENDIZAGEM	97
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE	142

1 INTRODUÇÃO

Criada em 1835, com a denominação de Força Pública de Santa Catarina, a Polícia Militar de Santa Catarina vem acompanhando a evolução da própria sociedade, inclusive no que tange à formação de seus quadros. Conforme Fazzioni *et al.* (2016), os avanços no campo educacional se tornam nítidos quando são analisados os requisitos de ingresso. Em seus primórdios, sequer a alfabetização era exigida, enquanto atualmente é exigida a formação em nível superior.

Os autores confrontam essa informação com o avanço nos níveis de escolarização do país, a despeito das notórias dificuldades brasileiras nesse campo. Conforme dados do IBGE, em 1872, mais de 80% dos brasileiros com mais de cinco anos eram analfabetos. Já em 2013, o índice de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais era de 8,3%. (Fazzioni *et al.*, 2016),

Sabe-se que esses índices apresentados isoladamente são genéricos e não refletem a realidade da educação brasileira. Mostram genericamente o avanço no aspecto mais elementar de escolaridade – que é a alfabetização – e de uma maneira superficial a intenção da universalização educacional – que igualmente nunca foi alcançada. É certo que deveriam ser considerados aspectos como o analfabetismo funcional e os avanços nos níveis intermediários da escolarização, além da inevitável comparação com o desenvolvimento de outras nações neste campo e do estado da arte do conhecimento científico mundial.

De outro lado, pode-se também argumentar que o desenvolvimento de uma sociedade depende de avanços por segmentos, por setores. São transformações inevitáveis, mas que podem ser mais lentas do que se precisa.

Nesse sentido, as forças de segurança, em particular a Polícia Militar de Santa Catarina, vêm implementando melhorias históricas. Dessa forma, na década de 1870 era designado um dia por semana para instrução militar dos quadros. Em 1919, entraram em funcionamento a Escola Regimental Marechal Guilherme e a Biblioteca da Força Pública de Santa Catarina. O primeiro concurso para a promoção de cabo de esquadra, com provas escritas, ocorreu em 1920. Em 1926 foi determinada a exigência de alfabetização para ingresso e realizado o primeiro exame para inclusão de soldados. Na segunda metade dos anos de 1920 foi instalada a Companhia Escola,

em funcionamento na região Central de Florianópolis e precursora do Centro de Ensino da Polícia Militar, instalado no Bairro Trindade. Além disso, entre 1926 e 1928, surgiram os primeiros cursos de Formação de Soldados (CFSd), de Sinaleiros da Força, de Oficiais (CFO), de Preparação Militar (CPM) e a Escola de Rádio e Telegrafia (Fazzioni, *et al.*, 2016; Fernandes, 2013).

É neste contexto de avanços pontuais que se insere o propósito desta pesquisa, de compreender os aspectos relacionados à formação do policial militar de Santa Catarina baseada em competências, conforme será desdobrado a seguir.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Analisar o processo e os critérios de ensino-aprendizagem correspondentes para a formação policial militar fundamentada em competências.

1.1.2 Específicos

- a) investigar o processo de formação policial militar;
- b) identificar as lacunas do ensino-aprendizagem fundamentando em critérios de competência aplicados na formação do policial militar na APMT;
- c) levantar os pontos fortes e fraquezas do ensino-aprendizagem na formação do policial da PMSC.

1.2 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A pesquisa realizada para elaboração desta dissertação foi com o intuito de identificar as competências dos alunos sargentos em conformidade com o ensino e aprendizagem para a formação policial militar do estado de Santa Catarina, buscando contribuir para uma formação sólida desses profissionais.

A questão que se coloca é quanto à efetividade do processo de ensino aprendizagem, como os conhecimentos são absorvidos e assimilados e o quanto os

agentes da PMSC se sentem seguros em sua atuação a partir de sua capacitação profissional.

Nesse sentido, a pesquisa, notadamente, a coleta de dados, buscou identificar qual é a segurança dos agentes em relação ao seu conhecimento técnico, às suas habilidades em colocar em prática tais conhecimentos durante seu cotidiano profissional e adotar o comportamento esperado de um agente público de segurança. Dessa forma, buscou-se verificar as lacunas de ensino e aprendizagem e sugerir melhorias que fortaleçam a formação dos discentes, nos cursos de formação da Polícia Militar de Santa Catarina.

1.2.1 Pergunta de pesquisa

Neste contexto, a pergunta que se coloca é: quanto os policiais militares de Santa Catarina se consideram competentes na execução de suas funções e atribuições?

1.2.2 Escopo ou delimitação do tema

O escopo do trabalho será fundamentado com teorias e conceitos de grandes áreas relacionadas: (1) conhecimento na educação; (2) processo de ensino-aprendizagem; (3) práticas pedagógicas; (4) formação policial militar com princípios basilares da hierarquia e disciplina. A pesquisa focou na formação baseada nas competências do policial militar, sendo que a comunidade não será ouvida neste momento. A partir da implementação de melhores práticas, futuramente a comunidade poderá ser objeto de estudo de futuras pesquisas.

O processo de conhecimento do indivíduo está implícito na forma como cada um aprende. Ou seja, a maneira de aprender é também um conhecimento desenvolvido pelo indivíduo – uma metalinguagem, por excelência.

Para Souza (2019), como o processo ou informação produzida é assimilada, o conhecimento é socialmente valorizado como recurso ou geração e aproveitamento de oportunidade e como a solução para problemas teóricos e práticos ou de curiosidades.

Há que se evitar, também neste caso, a separação de forma e conteúdo, pois ambos os fatores estão umbilicalmente integrados. Por isso, a seleção dos métodos é crucial para o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Libâneo (2010),

O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizacionais e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade (Libâneo, 2010, p. 30).

Ainda Libâneo entende que a pedagogia se torna uma ferramenta de orientação da “[...] prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da práxis social [...]” (Libâneo, 2010, p. 142).

A exemplo dos demais segmentos sociais, a segurança pública se insere neste contexto.

A segurança pública é um dos temas que vem sendo discutido em âmbito acadêmico, em diversos espaços públicos, ou não, e em Congressos Internacionais, resultando em propostas de medidas para o controle do crime, o qual está cada vez mais globalizado. Nesse sentido, discutem-se várias teorias, procurando a melhor a ser aplicada nesse universo de realidades, focando a aproximação dos responsáveis profissionalmente pela segurança pública, os policiais, ou os encarregados de aplicar a lei, cada vez mais próximos do cidadão para a resolução de problemas da comunidade, buscando-se a almejada sensação de segurança e qualidade de vida (Brasil, 2014, p. 19).

A partir desta nova visão da educação nesta área, instituições e autores atribuem à segurança pública o *status* de ciência, tendo inclusive o reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação. Isso cria condições para a organização acadêmica e científica do conhecimento produzido sob este tema.

Em Santa Catarina, como já foi citado, a formação dos policiais militares – sejam oficiais ou praças¹ – está sob o encargo do AMPT. As “[...] atividades de ensino

¹ O Dicionário Aulete Digital apresenta as seguintes acepções aos termos “oficial” e “praça”, em ambos os casos classificados como substantivos masculinos.

Oficial – “Militar das Forças Armadas, ou da polícia, que tem patente superior à de aspirante ou, na Marinha de Guerra, de guarda-marinha”. (Oficial, 2024).

Praça - “Na hierarquia militar, posto imediatamente abaixo de segundo-tenente”. (Praça, 2024).

buscam, constantemente, a integração da teoria à prática, bem como o correto emprego e manejo da técnica, com base na legislação e demais regramentos alusivos à atividade policial militar” (Schuch *et al.*, 2022, p. 86).

E prosseguem os autores:

‘A FAPOM além de mediar a prática pedagógica e garantir as condições necessárias aos seus alunos, visa formar os profissionais por meio de ações cientificamente fundamentadas e tecnicamente corretas’. Conforme destaca o autor, é tal propósito é buscado a partir de uma “abordagem metodológica interdisciplinar com metodologias ativas [...]” (Schuch *et al.*, 2022, p. 97).

No contexto da formação para a segurança pública, o Brasil (2014) ensina:

É cada vez mais necessário pensar a intencionalidade das atividades formativas, pois o investimento no capital humano e a valorização profissional tornam-se imprescindíveis para atender as demandas, superar os desafios existentes e contribuir para a efetividade das organizações de segurança pública. Portanto, a Matriz Curricular Nacional tem por objetivo ser um referencial teórico-metodológico que oriente as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar - independentemente do nível ou modalidade de ensino que se espera atender (Brasil, 2014, p. 17).

Os processos de ensino-aprendizagem, tanto na educação regular quanto na formação policial ou formação para quaisquer outros serviços públicos, precisam estar alinhados às demandas da sociedade. Os modernos modelos de gestão podem

Embora a legislação recente a respeito do tema não traga a definição do termo, a Lei Complementar (LC) nº 801, de 1º de julho de 2022, apresenta, no anexo único, o quadro de distribuição e ativação das vagas nos quadros da PMSC, com remissão à LC 417/2008. Nesse quadro, constam os seguintes quadros de oficiais e praças da corporação (omitidos aqui o número de vagas, de vagas a serem ativadas e de efetivo máximo previsto):

- **Quadro de Oficiais Policial Militar (QOPM)**, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente.
- **Quadro de Oficiais de Saúde Policial Militar (QOSPM)** - Tenente-Coronel Médico, Major Médico, Capitão Médico, 1º Tenente Médico, 2º Tenente Médico, Tenente-Coronel Dentista, Major Dentista, Capitão Dentista, 1º Tenente Dentista, 2º Tenente Dentista.
- **Quadro de Oficiais Capelães Policial Militar (QOCpIPM)** - Tenente-Coronel Capelão, Major Capelão, 2º Tenente Capelão.
- Quadro de Oficiais Auxiliares Policial Militar (QOAPM) - 2º Tenente.
- Quadro de Praças Especiais Policial Militar (QPEPM) - Aspirante a Oficial e Cadete.
- **Quadro de Praças Policial Militar (QPPM)** - Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo, Soldado 1ª Classe, Soldado 2ª Classe e Soldado 3ª Classe.
- **Quadro Especial de Praças Policial Militar (QEPPM)** - 2º Sargento Especial, 3º Sargento Especial e Cabo Especial. (Santa Catarina, 2022).

contribuir, pois, conforme a visão de Santos e Cardoso (2001 *apud* Lisboa; Tasca, 2012) para o alcance dos resultados almejados pelos cidadãos. Ou seja,

Um sistema de indicadores de desempenho bem planejado e bem estruturado oferece a possibilidade de um grau maior de compromisso com resultados durante a discussão e a execução de programas mediante a determinação de metas de desempenho que expressem os sucessos esperados em termos da quantidade e qualidade dos serviços prestados à comunidade e da efetividade e eficiência com que são oferecidos (Santos; Cardoso, 2001 *apud* Lisboa; Tasca, 2012, p. 99).

Alinhada aos novos tempos, a APMT tem uma preocupação na elevação dos graus de competência dos quadros da PMSC.

As metodologias implementadas darão ênfase às disciplinas operacionais combinadas com a resolução de problemas e tomada de decisão. Também estarão presentes os temas transversais, calcados na ética, cidadania e direitos humanos, como proposto pela Senasp, por meio da Matriz Curricular Nacional. O processo ensino-aprendizagem deve ser voltado para a construção do conhecimento e a avaliação, obedecendo aos preceitos do Regulamento de Ensino R-10.700 (PMSC, 2024, p. 50).

Percebe-se, portanto, uma preocupação quanto à atualização da formação na PMSC, de maneira a atender às novas demandas da sociedade. Nesta nova configuração, ganha destaque a preocupação em formar por competências, ou seja, desenvolver nos discentes o saber, o saber agir e o saber ser, que contempla as três dimensões: conhecimento, habilidades e atitudes.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A escolha deste tema para estudos se ampara em justificativas sociais, profissionais e pessoais, como está descrito a seguir:

1.3.1 Justificativa social e científica

Sabemos que a sociedade atual vive em profundas mutações decorrentes, principalmente, de novas visões de mundo que se estabelecem e exigem novos comportamentos dos diversos atores sociais e mudanças na legislação e regramentos. Outro fator decisivo para as mudanças sociais atuais é o constante

avanço tecnológico, que cada dia nos coloca diante de novidades em qualquer área do conhecimento.

Portanto, no aspecto social, o problema proposto guarda grande valia, pois trata de um tema ligado à educação e à segurança pública. A APMT acompanha o desenvolvimento das demais instituições de ensino superior e passou a ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), o qual se faz presente de forma permanente como fiador das atividades desenvolvidas por ela, o que também garantirá o respeito perante a comunidade acadêmica.

Ademais, considerando que o tema em análise está envolvido diretamente com a segurança pública, reputada como uma das maiores preocupações da atualidade, não há que se questionar a relevância e utilidade prática que um estudo nesse sentido pode trazer.

A polícia, como parte integrante dessa sociedade, não pode deixar de observar, respeitar as mudanças na legislação e nas regras. **Também é sua obrigação defender e disseminar os novos comportamentos sociais, em especial daqueles que se caracterizam como mais justos e inclusivos.**

A seguir é apresentada uma imagem que representa a comunidade onde a Polícia Militar de Santa Catarina desenvolveu um trabalho coletivo (Poder Público), considerado um exemplo de resolução de problemas sociais. Neste contexto, foi possível garantir a dignidade humana, como segurança pública, educação, saúde e saneamento básico.

Figura 1: Comunidade da Vila União - Florianópolis



Fonte: Google (2022).

Como apresentado na Figura 1, as mudanças dos paradigmas sociais vêm acompanhadas de novas tecnologias, muitas delas chamadas de 4.0, por avançarem para um quarto estágio das perspectivas tecnológicas – de interconexão de sistemas e de cooperação entre os homens e as máquinas. Dessa forma, os policiais militares, a exemplo de quaisquer outros profissionais, precisam estar cada vez mais familiarizados com as novas tecnologias e terem competência para utilizá-las em plenitude, para estarem lado a lado com a sociedade e à frente das pessoas que atuam à margem da lei.

Apesar de sua relevância, o tema não recebeu a devida importância dos meios acadêmicos ao longo dos séculos. Bayley (2002, p. 17) cita autores como Chaucer, Shakespeare, Hugo, Dostoiévski, London, Conrad e Greene para afirmar que “escritores populares de ficção mostraram possuir uma noção muito mais precisa a importância e presença da polícia no dia a dia”. Nas obras desses autores, policiais surgem “[...] nem sempre como personagens centrais, mas sempre como personagens com valores sólidos no drama da vida”.

O autor Bayley classifica como “fato curioso” o pequeno interesse dos meios acadêmicos pela polícia ou por temas a ela ligados.

Causa especial perplexidade no caso dos cientistas políticos. A manutenção da ordem é a função essencial do governo. Não apenas a própria legitimidade do governo é em grande parte determinada por sua capacidade de manter a ordem, mas também a ordem funciona como critério para se determinar se existe de fato algum governo. Tanto conceitual quanto funcionalmente, governo e ordem pública andam juntos. Embora os cientistas políticos tenham reconhecido a importância desse estudar as contribuições do governo, seu *outlet*, eles frequentemente têm ignorado sua responsabilidade central (Bayley, 2002, p. 17).

Bayley constata uma mudança, ao menos nos países de língua inglesa, na década anterior ao lançamento de sua obra – lançada nos Estados Unidos em 1985, com o título *Patterns of Policing: A Comparative International Analysis*, e no Brasil em 2002, como o título *Padrões de Policiamento*. Os estudos históricos da polícia, análises regionais, artigos e comentários na literatura ganharam força naquele período, ainda que, para o autor, houvesse o risco de ser um “modismo de vida curta”. Para confirmar a tese de que “[...] cientistas sociais têm sido ainda mais irresponsáveis do que os historiadores ao estudar a polícia”, Bayley afirma que apenas oito artigos

sobre o tema foram publicados entre o começo da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60, nos periódicos americanos *American Sociological Review*, *American Journal of Sociology* e no *Public Administration Review*. Já o *American Political Science Review* não teve qualquer artigo a respeito da polícia. Além disso, os artigos publicados “[...] eram muito pouco analíticos, tendo sido descritos por um comentarista como pragmáticos e experimentais (Bayley, 2002, p. 16).

Ou seja, apesar de sua importância, a polícia ainda merece mais espaço dos meios científicos e acadêmicos em todo o planeta.

1.3.2 Justificativa organizacional

Do ponto de vista organizacional, o trabalho justifica-se pela necessidade de esclarecimento das normativas que legitimam uma faculdade, assim como o apontamento de desafios a serem trabalhados acerca do novo panorama estabelecido a partir do surgimento da Faculdade da Polícia Militar (FAPOM). A questão levantada pelo estudo visa a conscientizar o público interno da Instituição quanto ao importante passo realizado por ela.

Diante desse importante marco, muito recente, vislumbra-se a necessidade de melhor entender a dimensão e as eventuais consequências advindas por conta de um novo cenário que afeta o ensino dentro da Instituição. Tanto para o público interno, quanto externo, gera-se a necessidade de melhor entender as atribuições, competências e normas que envolvem o funcionamento da APMT.

Com mais de 40 anos dedicados à Polícia Militar de Santa Catarina, o autor desta pesquisa compreende que a corporação precisa crescer e se desenvolver de forma consistente e sustentável, de maneira a acompanhar os avanços sociais e tecnológicos. Por isso, coloca a pesquisa como contribuição a essa evolução necessária à PMSC.

1.3.3 Justificativa pessoal

Como Subtenente da Polícia Militar e com longa trajetória na corporação, identifico-me nesta pesquisa porque também sou um especialista em segurança pública. Dessa premissa, os estudos a respeito do tema se tornam necessários e úteis para a qualificação profissional.

Em suma, a importância deste trabalho alcança tanto o público interno como externo à Polícia Militar, o que depende uma grande responsabilidade e comprometimento do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa.

1.4 ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA, GESTÃO E MÍDIA DO CONHECIMENTO (PPGEGC)

A educação e a aprendizagem organizacional no contexto da gestão do conhecimento é o enfoque que promove a aderência deste trabalho ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC), no âmbito da área de 'Mídia do Conhecimento' e da linha de pesquisa 'Mídia e Conhecimento na Educação'.

Conforme preconiza a UFSC (2024):

O Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) visa à formação de mestres e doutores, bem como produzir conhecimento técnico-científico para a sociedade. [...] A estrutura acadêmica do PPGEGC é fundamentada em três áreas de concentração: Engenharia do Conhecimento, Gestão do Conhecimento e Mídia do Conhecimento, as quais alinham-se respectivamente a três identidades paradigmáticas (cognitivista, autopoietica e conexcionista). A área de Engenharia do Conhecimento estuda a modelagem e o desenvolvimento de sistemas do conhecimento. A área de Gestão do Conhecimento estuda o estabelecimento do ciclo estratégico do conhecimento. Por fim, a área de Mídia do Conhecimento estuda a difusão e comunicação do conhecimento. (UFSC, 2024, p. 1).

Em relação à área de Mídia do Conhecimento são realizadas pesquisas e outras atividades que permitem avaliar sistemas mediadores. Ou seja, busca-se criar “recursos teórico-práticos de avaliação de diversos sistemas ou produtos digitais de comunicação ou ensino-aprendizagem em rede ou outros relacionados com informação, comunicação, interação, educação, aprendizagem e conhecimento (Figueiredo, 2019, p. 59-60).

Por fim, dentro desta linha destacam-se “[...] pesquisas, estudos e atividades de mediação dedicadas à coleta de informações e produção de conhecimento sobre o contexto social, considerando-se aspectos político-econômicos e o perfil público do campo de mediação” (Figueiredo, 2019, p. 59-60).

Dadas as premissas citadas, pode-se, portanto, afirmar que a dissertação trata da formação do Policial Militar de Santa Catarina na área de 'Mídia do

Conhecimento' e da linha de pesquisa 'Mídia e Conhecimento na Educação'. Ainda Souza afirma que:

Percebeu-se, durante a pesquisa, um alinhamento com o Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030, o qual, em seus objetivos, prevê um sistema de governança por resultados, onde se há, dentre muitos mecanismos, o monitoramento e condução de políticas públicas estratégicas de segurança pública. Sendo a educação uma das estratégias contidas nos eixos temáticos de segurança pública.

Também é importante frisar que a gestão do conhecimento na segurança pública, integra a cadeia de valor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, pois visa a entrega de valor à sociedade, e o fomento do conhecimento em assuntos afetos à segurança pública. Também faz parte do eixo de gestão do conhecimento em segurança pública e valorização profissional, que é uma das sete ações de proteção e segurança social, previstas no Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).

Diante disso, percebeu-se o engajamento entre a educação e segurança pública e como o resultado da pesquisa demonstrou, que a educação continuada, com uso de ferramentas inovadoras do conhecimento, é capaz de facilitar a disseminação da ciência, e com redundância aproximar o conhecimento da sociedade (Souza, 2024, p. 100-101).

Dessa forma, vale ressaltar que é de suma importância se ter na gestão a educação continuada para manter a excelência no trabalho prestado para a comunidade. E para representar as pesquisas realizadas pelo Programa do EGC/UFSC referente à temática aqui estudada, apresentamos o Quadro 1.

Quadro 1: Pesquisas PPG/EGC/UFSC relacionadas à temática desta pesquisa

Autor	Ano	Tema	Tipo de documento
SILVA, Yasmine Habib.	2002	A universidade aprendendo a aprender: novos espaços, novas velocidades na educação continuada dos docentes.	Dissertação
STEIL, Andrea Valéria.	2002	Um modelo de aprendizagem organizacional baseado na ampliação de competências desenvolvidas em programas de capacitação.	Tese
DIAS, Gilberto.	2002	A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar: o caso da Polícia Militar de Santa Catarina.	Tese
LORENZETTI, Leonir.	2008	Estilos de pensamento em educação ambiental: uma análise a partir das dissertações e teses.	Tese
SILVA, Francisco Carlos Lopes da.	2008	Universidade e extensão: a trajetória em um centro universitário.	Tese

TOMBINI, Larissa Hermes Thomas.	2010	Educação permanente e integração ensino-serviço na perspectiva dos enfermeiros do serviço.	Dissertação
PEREIRA, Kariston.	2010	O raciocínio abduutivo no jogo de xadrez: a contribuição do conhecimento, intuição e consciência da situação para o processo criativo.	Tese
AZEVEDO, Luiz Alberto de.	2011	De CEFET a IFET Cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina: gênese de uma nova institucionalidade?	Tese
VIEIRA, Karina de Vasconcelos.	2010	Perícia judicial ambiental: conhecimentos técnicos e jurídicos como suporte para tomada de decisão.	Dissertação
TORRES, Juliana Rezende.	2012	Educação ambiental crítico-transformadora e abordagem temática Freireana.	Tese
DOROW, Patrícia Fernanda.	2017	Compreensão do compartilhamento do conhecimento em atividades intensivas em conhecimento em organizações de diagnóstico por imagem.	Tese
ALVAREZ, Ana María Ortigón.	2018	Processo de aprendizagem de equipes de projeto. Uma abordagem baseada na experiência.	Tese
FIGUEIREDO, Leonardo Souza Reis.	2019	Práticas de gestão do conhecimento e barreiras à aprendizagem organizacional.	Dissertação
SANTANA, Julival Queiroz de.	2023	Metaliderança em contextos extremos Análise de caso multidimensional na Segurança Pública.	Tese
RODRIGUES, Ciro Lima Pereira.	2024	Prática pericial e intuição entre conhecimentos tácitos e explícitos.	Dissertação
SOUZA, Anderson Joabe Queiroz.	2024	Histórias em quadrinhos na segurança contra incêndio: um recurso lúdico.	Dissertação

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Preceitos que confirmam a aderência deste trabalho à área de pesquisa são encontrados em dissertações de: SILVA, Yasmine Habib (2002), TOMBINI, Larissa Hermes Thomas (2010), VIEIRA, Karina de Vasconcelos (2010), FIGUEIREDO, Leonardo Souza Reis (2019), RODRIGUES, Ciro Lima Pereira (2024), SOUZA,

Anderson Joabe Queiroz (2024). E em teses: STEIL, Andrea Valéria (2002), DIAS, Gilberto (2002), LORENZETTI, Leonir (2008), SILVA, Francisco Carlos Lopes da. (2008), PEREIRA, Kariston. (2010), AZEVEDO, Luiz Alberto de (2011), TORRES, Juliana Rezende (2012), DOROW, Patrícia Fernanda (2017), ALVAREZ, Ana María Ortegón (2018), SANTANA, Julival Queiroz de (2023).

A educação se constitui em um processo crítico transformador, baseado no pluralismo metodológico e na perspectiva da multi e interdisciplinaridade e na articulação entre as dimensões local e global. Engloba também “contextualização, participação, cooperação, solidariedade, igualdade, [...], respeito à dimensão da relação individual/coletivo” (Torres, 2010, p. 393).

Para Azevedo (2011),

Parte-se da premissa de que a educação se constitui como processo histórico, construída e modelada pelo próprio homem, de acordo com as suas necessidades mais imediatas, o que lhe imputa um caráter de funcionalidade e especificidade, em face de esta educação ser apropriada para atender perspectivas individualizadas (Azevedo, 2011, p. 70).

Conforme Tombini (2010, p. 57), a educação somente se consolida “[...]com e a partir da problematização da realidade do ser humano, permitindo e estimulando a reflexão e ciência do contexto”. Dessa forma, ele permite e exige a “tomada de posição frente aos problemas enfrentados ao longo de toda a vida”.

Ou seja, a educação deve ser considerada “um processo permanente de aprendizagem, integradora e abrangente”. Da mesma forma, em sua acepção voltada à formação para o trabalho, nunca é definitiva, “devendo os sujeitos estarem preparados para aprendizagem ao longo da vida” (Tombini, 2010, p. 57).

Neste novo cenário, a transferência de conhecimento deixa de ser a atividade central dos professores, que passam a fortalecer a autonomia dos discentes no processo de aprendizado contínuo, e as organizações precisam aprender a aprender. O contínuo aperfeiçoamento profissional passa pela criação constante de métodos e técnicas de execução das tarefas, com o aproveitamento das tecnologias nascentes (Silva, 2002).

Isto é, a educação está em “permanente transformação para atender a finalidades de vida humanizada, num desenvolvimento sem término” (Azevedo, 2011, p. 67). O conhecimento (e sua difusão e transmissão) é a base do processo educativo. Dessa forma,

o homem, ao construir a sua própria natureza, materialidade e intelectualidade, passa a destinar a seus semelhantes não mais a natureza em si, mas o resultado da ação do seu sistema nervoso, pois se trata de um processo em movimento e em sua historicidade (Azevedo, 2011, p. 65).

Em paralelo, tem-se que a “escassez do conhecimento coloca em risco tanto o homem como a própria comunidade, sua existência, em face de esse possuir apenas a técnica hereditária”.

De acordo com Lorenzetti (2008, p. 107), “o conhecimento ocorre numa dinâmica de interação entre o sujeito e o objeto mediado, por uma dimensão que é social e culturalmente determinada”. Acrescenta o autor que

o conhecimento não resulta de um processo individual, mas sim, resultante de uma atividade social, uma vez que o estado do conhecimento, ou seja, os conhecimentos e práticas já compartilhadas pelo coletivo de pensamento excedem a capacidade de qualquer indivíduo. Ou seja, o Estilo de Pensamento é o elemento estruturador ou indicador das conexões existentes entre o sujeito e o objeto (Lorenzetti, 2008, p. 108)

Da mesma forma, a transmissão do conhecimento apresenta seus desafios. Esse processo “exige um compromisso ético por parte dos que o detêm, expressando-se mediante ações desenvolvidas tanto no seu espaço interno quanto externo às Instituições de Ensino Superior” (Silva, 2008, p. 12).

Nesta condição, a

interdisciplinaridade é ao mesmo tempo um problema e um desafio, intrínsecos ao processo de produção de transmissão do conhecimento; mas na medida do possível viabilizou um esforço de superação da compartimentação, da fragmentação e do isolamento comum na forma tradicional de ensino (Silva, 2008, p. 203).

E Steil (2002) destaca que a “relação entre treinamento e gestão do conhecimento pode ser estabelecida na medida em que o treinamento se configura

como uma forma de aumentar o estoque de conhecimentos em uma organização”. Dessa forma, ao promoverem formações ou programas de treinamento, as organizações promovem o fluxo de conhecimento para seu interior e, conseqüentemente, na composição de seu capital intelectual. Essa prática propicia o alcance do objetivo da gestão do conhecimento, além de ser fundamental para a consumação de objetivos e metas organizacionais estratégicas. Mesmo destacando a importância das práticas de formação profissional no âmbito das organizações, a autora alerta para o pequeno número de autores interessados em estudar o tema e as relações casuais entre suas variáveis (Steil, 2002, p. 41).

Na mesma linha, Figueiredo aponta a “Aprendizagem Organizacional como um processo que obtém ações que se alinham com os objetivos propostos pelas organizações, por meio do conhecimento gerado e armazenado no indivíduo” (Figueiredo, 2019, p. 39).

A construção do conhecimento organizacional como um todo, incluindo as barreiras enfrentadas, dá-se a partir dessa estreita ligação entre as organizações, os indivíduos que as compõem e o ambiente em que todos estão inseridos, inclusive o próprio conhecimento. Ou seja, pensamentos, atitudes e comportamentos individuais refletem em avanços ou barreiras à aprendizagem pessoal. Já as estratégias organizacionais, tecnologia, cultura e regulamentos formais podem promover o avanço da disseminação do conhecimento – ou gerar barreiras que o autor denomina como “estrutural-organizacionais”. O macro socioambiental que envolve o conhecimento, o ramo da organização, seu mercado, públicos estratégicos, entre outros fatores, impacta a gestão do conhecimento, além da reputação da organização (Figueiredo, 2019).

A aprendizagem organizacional se confunde com a difusão do conhecimento na organização. Conforme Azevedo (2011, p. 98),

a necessidade de transformar a sabedoria do trabalhador em conhecimento explícito e organizacional para que esse conhecimento possa ser apropriado pela organização e depois compartilhado com outros trabalhadores dessa mesma organização, consumando a tese de que a organização aprende.

A aprendizagem organizacional tem o propósito de disseminar os conceitos e requisitos “de uma economia baseada no conhecimento e, portanto, exigindo dos

trabalhadores outra postura profissional, ou seja, uma pré-disposição para fazer muito com poucos recursos” (Azevedo 2011, p. 98).

A aprendizagem constante é uma exigência diante da competitividade crescente, para que as organizações possam transpor a estágios superiores de eficiência (e rentabilidade, se tiver fins lucrativos). Nesse sentido, “a discussão sobre as competências dos trabalhadores desponta como aspecto central, em face de possibilitar uma outra performance dos trabalhadores que repercute no nível organizacional sistêmico (Azevedo, 2011, p. 98).

A Aprendizagem Organizacional se efetiva não apenas por meio de capacitações formais, mas por todas as formas de compartilhamento do conhecimento, que, na opinião de Dorow (2017), configura-se em “uma troca regular e sustentável de conhecimento que promove aprendizagem contínua para alcançar os objetivos organizacionais”. Esse compartilhamento diz respeito ao conhecimento ou informação explícita (aqueles documentados ou capturados como informação) ou tácitos (habilidades e competências não documentadas). (Dorow, 2017, p. 58).

Dorow (2017) constata a existência de quatro formas de transmissão de conhecimento em uma organização – socialização (de conhecimento tácito para outro conhecimento tácito), externalização (tácito para explícito), combinação (explícito para explícito) e internalização (explícito para tácito). “Dentre os quatro processos do modelo, a socialização envolve a interação social exigida ao aprendizado de um novo conhecimento”. Desta forma, o conhecimento individual torna-se coletivo. (Dorow, 2017, p. 56)

Uma das características exigidas dos integrantes das organizações é a criatividade, que deve estar intimamente associada ao conhecimento e que consiste na capacidade de resolver problemas. “Criatividade é fluência, flexibilidade, utilidade e originalidade de associação, mas não simplesmente velocidade na resolução de problemas convencionais verbais ou matemáticos apresentados em forma de múltipla escolha”. (Pereira, 2010, p. 48).

Para a autora, “é absolutamente necessário conhecer muito acerca do campo em que se espera ser criativo”, seja na tomada de decisões, na resolução de problemas, na superação de modelos. (Pereira, 2010, p. 53).

Conforme a autora,

É verdade que descobertas revolucionárias podem exigir que partes do conhecimento existente sejam abandonadas, mas mesmo nessas situações o pesquisador precisa saber combinar as novas ideias com o conhecimento existente e levar em consideração as restrições impostas ou mostrar de que modo o conhecimento existente tornou-se inadequado. Tais restrições podem ser negativas ao inibir novas ideias, mas também podem ser positivas na sugestão de métodos, teorias e informações etc., que precisam ser levados em consideração e que podem dar pistas de como resolver os problemas em questão (Pereira, 2010, p. 86).

Em texto que trata da aprendizagem em organizações periciais, Rodrigues (2024) ressalta que “a aprendizagem organizacional é beneficiada com conhecimentos tácitos e explícitos e, principalmente, com a explicitação de aspectos subjetivos que, como intuição e interpretação, participam da atividade pericial (Rodrigues, 2024, p. 20).

O autor complementa que

[...] estudar, descrever e sistematizar os conhecimentos essenciais para a prática pericial é parte do processo de aprendizagem voltado à produção da prova penal. Também, significa buscar meios para alcançar os objetivos da instituição pericial, com maior qualidade e eficácia por meio da Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (Rodrigues 2024, p. 21).

Santana (2023) e Dias (2002) também tratam de aprendizagem no âmbito da segurança pública. Em estudo específico a respeito da Polícia Militar de Santa Catarina, Dias (2002) traz uma explicação mais detalhada sobre o tema.

As organizações, na verdade produto da visão, ideias, crenças e ações criativas de indivíduos e grupos, que constituem sua essência e são os verdadeiros agentes ativos que atuam segundo escolhas próprias, na construção ou destruição dessas mesmas organizações. Transparece, portanto, a necessidade de que as organizações, através de seus integrantes, possam desenvolver competências para conhecer e operar suas forças e fraquezas e as oportunidades e ameaças do ambiente. A preparação de seus integrantes com tal perfil é de suma importância para a obtenção dos resultados esperados pela sua atuação na área da segurança pública (Dias 2002, p. 191).

Com base nas transformações do mundo do trabalho e nas demandas sociais, o autor defendeu à época a “necessidade de mudança de postura dos cursos de formação de recursos humanos na área da segurança pública”.

no sentido de disponibilizar para suas instituições, profissionais que possuam uma visão global e uma sólida especialização, reforçada pela visão da comunidade de Florianópolis que considera que seus integrantes não tiveram uma preparação adequada preparação não adequada de seus integrantes (Dias, 2002, p. 191).

A rigor, pode-se observar que a humanidade está em constante transformação, o que exige contínuas e constantes avaliações e melhorias nos processos de ensino-aprendizagem, inclusive na segurança pública. Ou seja, se há mais de duas décadas Dias defendia mudanças nos processos de treinamento da PMSC, justificadas por transformações sociais, de lá para cá essas transformações se acentuaram.

O que não mudou foi o enfoque sugerido pelo autor para as mudanças na formação de oficiais (e que podem cada vez mais ser levadas a todos os integrantes das organizações), de que a PMSC “deve adotar uma nova proposta de formação de oficiais, como forma de encaminhamento de solução dos problemas de desenvolvimento das competências e qualificações profissionais atualmente exigidas do policial militar” (Dias, 2002, p. 199).

A abordagem de Santana (2023) não é referente a uma instituição específica, mas a contextos de liderança envolvendo problemas complexos ou perversos, que incluem guerras, terrorismo, desastres ambientais e eventos afins. Por excelência, tais eventos estão associados a órgãos como defesa civil, corpo de bombeiros, serviços de emergência médica, polícia, entre outros.

Santana (2023) aborda o tema da liderança em contextos extremos, de ação crítica, em geral associados a problemas de alta complexidade – também denominados problemas perversos. Essas organizações “tendem a ser compostas por unidades militares de combate, certos serviços clandestinos, ou as equipes mais ativas de Operações, Armas e Táticas Especiais, de combate a incêndios, e outras de busca e resgate ou de resposta a desastres e catástrofes gerais”. A característica central é a “magnitude potencial de consequências graves” e não a frequência de envolvimento em eventos extremos. Entre os exemplos de eventos estão os combates em guerras, a lida com indivíduos hostis, como criminosos armados, ou em situações críticas em catástrofes e desastres (Santana. 2023, p. 64).

Conforme o autor, o sacrifício comum, às vezes da própria vida, é um dos aspectos da *ethos* que baliza a ação das pessoas que atuam nessas organizações.

Notório que os profissionais destas organizações se submetem e se colocam paulatinamente em maior risco pessoal (de lesões e morte) ao realizarem as missões que lhes são inerentes, e também assumem a responsabilidade e o risco de submeterem-se a condições similares de risco dos “clientes” a quem estão servindo e protegendo, por exemplo, em operação de resgate de uma vítima de avalanche ou reféns em um incidente crítico) (Santana, 2023, p. 78).

Santana (2023) observa que “as organizações que operam ou podem estar submetidas a contextos extremos classificam-se em: organizações de trauma; organizações de ação crítica; organizações de alta confiabilidade e organizações ingênuas”. Essa classificação envolve variáveis como frequência e tempo de exposição a eventos extremos, intensividade do nível de exposição dos profissionais e da responsividade, tipo de atuação (preventiva, reativa ou pró-ativa). A título de exemplo, os quatro grupos foram citados em ordem decrescente quanto à frequência de exposição a eventos extremos (Santana, 2023, p. 77).

Complexidade, incerteza e divergências dificultam a adoção de estratégias e ações para solucionar os problemas complexos, bem como as complexidades sociais deles decorrentes ou que os causam. Por isso, “lidar com tais problemas requer abordagens alternativas e diferenciadas (para além do conflito e da conformidade). Essas devem contemplar não apenas a resposta interdepartamental, mas a organizacional, a interinstitucional e a transnacional”. Assim, os desafios da aprendizagem organizacional devem sempre mais capacitar as pessoas (e por consequência as próprias organizações) para “abordar simultaneamente fenômenos complexos que se combinam e atuam recursivamente entre si em todos os níveis” (Santana, 2023, p. 64).

Líderes e demais integrantes das organizações interagem integrados a ambientes intra e extraorganizacional, apresentando diferentes reações e habilidades para a lidar com os eventos extremos. Mesmo com limitações, a aprendizagem organizacional é o elemento capaz de reduzir as diferenças de reações e habilidades e mesmo a distância entre a expectativa do público a ser beneficiado e a ação efetivada.

O pensamento, os processos e os métodos de abordagem tradicionais, pautados na estabilidade, linearidade, previsibilidade e controle, suportados por lastro de conhecimento prévio, tornam-se insuficientes a compreensão, a solução e a promoção dos resultados esperados, indo além da fronteira de certezas científicas. Nesse viés, exige-se cada vez mais dos líderes, estratégias compartilhadas, abordagens alternativas, acordos estabelecidos em consensos mínimos e julgamentos sociopolíticos, que respeitem os valores e os interesses da sociedade (Santana. 2023, p. 64-65).

A capacitação do policial militar implica uma formação holística e multidisciplinar, tendo em vista a complexidade de sua atuação. Por isso, é necessário que ele promova as mais variadas competências.

[...] Na gestão por competências emergiu a competência física que vem sendo trabalhada ao longo dos anos; a competência técnica refletida no conhecimento das regras do jogo também é reconhecida como fundamental; além das competências mental e social, com discussões mais recentes e ainda carentes de estudos e métodos para serem desenvolvidas (Velho, 2010, p. 6).

Essa complexidade pode ser observada também nos requisitos de ingresso de praças ou oficiais, que se tornam discentes nos cursos de formação. O Regulamento de Ensino da corporação preconiza os seguintes aspectos:

1) Avaliação do ensino e aprendizagem, quando o discente precisa obter uma média preestabelecida;

2) Avaliação de adaptabilidade, na qual serão analisados atributos e traços, do discente, necessários para atender o perfil do profissional desejado, que atenda os objetivos da Corporação Policial Militar.

O Quadro 2 sintetiza atributos e traços desejados pela corporação

Quadro 2: Atributos e traços da Formação Policial Militar

Atributos	Traços
Caráter Espírito policial militar Disciplina Capacidade intelectual Aptidão para o comando	Civilidade Cooperação Coragem Estabilidade emocional Responsabilidade Persistência Tolerância

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A capacitação de natureza multidisciplinar, na qual “os especialistas dialogam entre si e eventualmente podem gerar algum tipo de colaboração, mas cada um atua sobre o problema segundo a perspectiva de sua formação” (Vieira, 2010, p. 51).

A autora destaca as diferenças desse conceito com a interdisciplinaridade e com a transdisciplinaridade, tendo aquela o propósito de enriquecer métodos e conteúdos das diferentes disciplinas, enquanto a transdisciplinaridade, consiste em “um olhar através e além das diferentes disciplinas, visa à compreensão de problemas complexos do mundo” (Vieira, 2010, p. 51).

Dessa forma, a autora enfatiza que “o saber em conjunto é condicionado pelo livre trânsito do sujeito do conhecimento em busca de um estudo autônomo, criativo e dialógico” (Vieira, 2010, p. 52).

A Aprendizagem Organizacional pode se efetivar por meio da aprendizagem de equipes, tema tratado por Alvarez (2018). Para efeito de sua tese, a autora definiu aprendizagem de equipes como um “processo iterativo de reflexão-ação a serviço de qualquer meta organizacional” (Alvarez, 2018, p. 53).

Nesse sentido, Alvarez reforça que

[...] a interação social e a experiência compartilhada entre os membros da equipe são aspectos fundamentais para atingir seus objetivos, solucionar problemas ou desenvolver uma tarefa com maior destreza. As equipes aprendem da experiência, sua vivência concreta é o embasamento para identificar novos desafios e conhecimentos, para refletir, analisar informações e criar novos conceitos a serem experimentados visando alcançar as metas (Alvarez, 2018, p. 50).

A autora acrescenta que “a aprendizagem de equipes é considerada um fenômeno multidisciplinar, caracterizado pela variedade conceitual que se nutre dos avanços teóricos e empíricos de diferentes disciplinas (Alvarez, 2018, p. 49).

1.4.1 Interdisciplinaridade

A presente pesquisa também se caracteriza por sua natureza interdisciplinar, envolvendo as áreas de Gestão do Conhecimento, Mídia do Conhecimento, Teoria do Conhecimento e Educação. É fundamentada na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Como também na seleção de publicações científicas referentes à temática aqui abordada e por meio de livros,

periódicos, artigos, matérias publicadas em jornais e *sites*, leis e outros documentos da Corporação Policial Militar.

A relevância desta pesquisa no âmbito social está relacionada à ação dos órgãos de segurança pública focada na resolução de problemas em parceria com a comunidade. Na PMSC, essas iniciativas estão, principalmente, nos chamados Programas Institucionais (Figura 2), que incluem o portal SOS Desaparecidos, as redes Catarina de Proteção à Mulher, de Vizinhos, de Segurança Escolar e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), os quais contam com a participação das comunidades para o sucesso de sua execução.

Figura 2: Programas Institucionais da PMSC



Fonte: PMSC (2019-2024).

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa cartográfica exploratória, de abordagem qualitativa e integrando um método de análise indutivo. Constitui-se da aplicação de um questionário, por meio do *Google Forms*, no período de 12 a 30 de dezembro de 2023. Com exceção aos dados sociodemográficos, as questões foram apresentadas conforme modelo de Escala Likert. A pesquisa envolveu estudantes do Curso de Formação de Sargentos (CFS), tendo sido enviada a cinco turmas, que perfazem um total de 150 alunos, uma amostragem dentro de uma população de 361 estudantes do CFS, na Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), em 2023. Dos 150 discentes aos quais foram enviados os *links* e convites do questionário, obteve-se 136 respostas, ou seja, um índice de retorno de 90,7%. Os estudantes do CFS foram selecionados para a pesquisa por estarem em aula no período de aplicação do questionário.

Pesquisas bibliográficas foram realizadas antes e durante as entrevistas, para construir a fundamentação teórica do trabalho. Esse levantamento bibliográfico foi realizado de forma aleatória em diversos *sites* de revistas científicas, Sistema Pergamum de algumas universidades/faculdades. E também em acervo físico de bibliotecas com foco em livros, artigos e outros documentos sobre os diversos aspectos tratados ao longo do trabalho.

Para Cintra *et al.* (2017), a cartografia é “[...] um caminhar que traça as suas metas e considera os efeitos do processo de pesquisa sobre o objeto estudado, o pesquisador e seus resultados”. Assim, o rigor metodológico e sua precisão estão no “compromisso e interesse em conhecer, como implicação com a realidade para a sua transformação [...]” (Cintra *et al.*, 2017, p. 46).

As autoras complementam que

a cartografia trabalha sob uma perspectiva não prescritiva, porém não se trata de uma ação sem direção. Propõe-se a um caminhar que traça suas metas e considera os efeitos do processo de pesquisa sobre o objeto estudado, o pesquisador e seus resultados. Com isso, dá outros significados para o rigor metodológico, no sentido de que sua precisão é tomada como compromisso e interesse em conhecer, como implicação com a realidade para sua transformação, cujo percurso está voltado para a produção de vida (Cintra *et al.*, 2017, p. 46).

Conforme Lima, Santos e Sampaio (2022), o método cartográfico “vem sendo utilizado no Brasil, principalmente por pesquisadores das áreas de ciências da saúde coletiva, sociais e humanas, mas, fundamentalmente, quando os objetos de estudo apontam para processos e produção de subjetividades [...]” (Lima; Santos; Sampaio, 2022, p. 353).

A característica central da pesquisa qualitativa está na condição de não se preocupar com quantitativos numéricos, ainda que na análise de resultados esses possam ser citados. Conforme Perovano (2014), o enfoque qualitativo busca compreender mais profundamente o objeto de pesquisa e não em medir variáveis que o envolve. O autor Perovano ressalta que:

A pesquisa qualitativa procura explicar, observar e descrever o porquê das coisas, com as inferências baseadas nos valores e nas trocas simbólicas baseadas na subjetividade do pesquisador, em que o processo e seu significado são os focos principais da abordagem. Assim, o propósito do enfoque qualitativo é a reconstrução da realidade, ou seja, de uma parcela

desta realidade, tal como observada pelos atores de um dado sistema social predefinido (Perovano, 2014, p. 69).

Ainda no entendimento de Perovano (2014):

[...] a fonte direta de dados é o ambiente natural em que o pesquisador atua, convive e se relaciona, o que garante maior proximidade com o seu objeto de pesquisa, pois os conteúdos investigados têm maior familiaridade com o pesquisador e os materiais registrados são revistos na sua totalidade por ele, pois busca compreender seu fenômeno de estudo em seu ambiente natural usual (tá sendo bem escrita [...]) (Perovano, 2014, p. 69).

A perspectiva de que a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fenômenos é reforçada por outros autores. Uma abordagem qualitativa promove o “entendimento dos significados subjetivos atribuídos pelas pessoas aos contextos e suas realidades.” (Casa Nova, 2020, p. 48).

Santos (2014) observa que a “pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória”, pois aborda questões sobre as quais as informações disponíveis não são suficientemente definitivas – e de certa forma, principalmente no campo das ciências humanas e sociais jamais o serão. Dessa forma, a pesquisa qualitativa busca levantar opiniões, atitudes e hábitos de pequenos grupos que preencham determinados requisitos. Nesse contexto, ao realizar uma pesquisa qualitativa, o pesquisador contextualiza o seu tema na literatura e busca no levantamento de dados a confirmação total ou parcial dessas informações ou aspectos sobre os quais haja conflito com os escritos anteriores à pesquisa.

Dessa forma, a coleta de dados da pesquisa qualitativa e exploratória passa pela revisão bibliográfica, e eventualmente documental, e por um levantamento (*survey*).

A pesquisa de levantamento [...] ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário. Em geral, procedemos à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema [...] para, em seguida, mediante análise quantitativa, obtermos as conclusões correspondentes aos dados coletados (Prodanov; Freitas, 2013, p. 57-58).

Pesquisas exploratórias apresentam uma visão geral, aproximativa a respeito de determinado fato, analisa Gil (2009). Dessa forma, conforme o autor Gil, elas

podem sugerir indicativos para uma investigação mais ampla e aprofundada. “Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” (Gil, 2009, p. 27).

O mesmo autor Gil lembra que o método indutivo, proposto por pensadores empiristas, como Bacon, Hobbes, Locke e Hume, “[...] parte do particular em sua acepção clássica, o método dedutivo parte de uma abordagem geral para a particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares.” (Gil, 2009, p. 10).

Para Gil, “[...] de acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade.” (Gil, 2009, p. 10).

Se a pesquisa exploratória, como afirmou Gil (2009) apresenta uma visão aproximativa, não sendo conveniente formular hipóteses precisas, da mesma forma, não é adequado que se requeira dos entrevistados respostas extremamente objetivas ou assertivas. Por isso, a opção foi por respostas escalonadas. Desta forma, o respondente pode apresentar uma posição dentro de uma escala, não necessariamente para um extremo. Por exemplo, a concordância ou discordância a uma afirmativa pode ser plena ou parcial. Em homenagem ao seu propositor, esse tipo de resposta recebe o nome de escala Likert. (Veira, 2009).

Ao se constatar o problema da pesquisa, deve-se estabelecer os recortes quanto aos temas e grupos a serem estudados. Por isso, conforme Vieira (2009), é determinante definir o perfil da população-alvo antes da construção do questionário. É certo que o tema da pesquisa está intrinsecamente associado ao público pesquisado. Por exemplo, não há sentido em estudar o comportamento de portadores de uma determinada doença em um grupo no qual não haja pessoas com tal diagnóstico. Além disso, o uso da linguagem adequada também é imprescindível para o sucesso do levantamento.

[...] A forma de redigir as perguntas depende, em muito, do tipo dos respondentes. Por exemplo, se você vai fazer um questionário aos médicos pediatras para saber se eles dão alguma informação sobre o cuidado com os dentes para as mães de seus pacientes, use linguagem técnica. Se você vai fazer um questionário às cuidadoras de crianças internas em orfanatos para

saber se elas dão alguma informação para as crianças sobre o cuidado com os dentes, use linguagem simples e informal (Vieira, 2009, p. 26).

O público da pesquisa foi composto por alunos do Curso de Formação de Sargentos (CFS), essa escolha foi determinada por estarem em aula neste período de aplicação do questionário.

A partir da avaliação dos materiais didáticos, utilizados nos cursos de formação, observou-se se atendem ou não a expectativa da sociedade catarinense. Com enfoque nas diretrizes da Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, foram escolhidos os materiais, observando as melhorias necessárias a serem implementadas na formação do policial militar.

2.1 QUESTÕES ÉTICAS

As preocupações quanto a questões éticas permeiam todo o desenvolvimento da pesquisa. Os entrevistados foram informados de que seriam tomados todos os cuidados para preservar o sigilo das respostas, ainda que sempre haja o risco de algum vazamento.

Da mesma forma, buscou-se a fidedignidade da transcrição e interpretação das respostas. Na análise dos resultados, as respostas foram tratadas muito mais como “sentimentos” de segurança em relação a conhecimentos ou de conforto em agir nas diversas circunstâncias de sua atuação. Por exemplo, ao serem indagados quanto à capacidade de agir demonstrando conhecimentos sobre legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites, as respostas não foram tratadas como se os entrevistados são ou não competentes nas questões abordadas, e sim em relação ao quanto eles **se sentem** competentes em relação a elas.

Uma preocupação ética surgiu e foi considerada já na identificação do problema de pesquisa. Citando trabalhos de Hesse-Biber e Leavy (2006) e de Punch (2005), Creswell (2010) destaca a importância de identificar um problema de pesquisa que seja significativo para um coletivo e não apenas para o pesquisador, que beneficie os participantes estudados. Dessa forma, esses não serão induzidos a participar de um projeto que lhes seja prejudicial. “Uma ideia básica da pesquisa de

ação/participatória é que o investigador não marginalize ou incapacite ainda mais os participantes do estudo.” (Creswell, 2010, p. 117).

Percebe-se, dessa forma, a relevância dos cuidados preliminares no sentido de se identificar a metodologia de pesquisa e características do público, incluindo a linguagem, de tal maneira que estejam devidamente alinhados ao problema e objetivos da pesquisa.

Espera-se com esta pesquisa alcançar o objetivo de transformar o ensino e aprendizagem num processo contínuo de melhoria, tanto cognitiva quanto da atuação prática junto à sociedade catarinense.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção, apresenta-se, inicialmente, a evolução histórica do ensino na PMSC até o surgimento da FAPOM. Na sequência, discorre-se acerca das atribuições, competências e normas que envolvem uma Instituição de Ensino Superior (IES), em especial as faculdades. E, por fim, serão identificados os principais desafios da FAPOM, frente às necessidades de uma IES.

Tem-se observado, atualmente, que os mecanismos de globalização exigem, tanto das instituições quanto das pessoas, um alto nível de especialização, de tal forma que elas sejam capazes de desempenhar suas funções da maneira mais eficiente possível, aumentando os lucros ou fornecendo melhores serviços.

Neste novo contexto, as instituições de ensino revelam-se importantes agentes, pois formam profissionais, fomentam pesquisas e catalisam novas ideias que serão capazes de, em um mercado cada vez mais competitivo, gerar mais valor para uma empresa ou para uma instituição.

No mundo inteiro podem ser observados exemplos que associam os crescentes investimentos no setor de educação a um correspondente ganho na qualidade de vida de uma determinada população.

Para garantir uma estrutura adequada de educação e proporcionar um serviço de excelência para a população, a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) conduz suas atividades de ensino básico, profissional técnico, ensino superior e ensino de extensão. No âmbito da PMSC, a Academia da Polícia Militar da Trindade (APMT) é

a estrutura responsável pelo aperfeiçoamento dos processos de instrução, ensino e aprendizagem, planejando, coordenando, supervisionando, controlando e avaliando as atividades de ensino e pesquisa da Corporação.

Observa-se, portanto, a grandiosidade de tal incumbência. Entretanto, apesar de tamanha importância, existem poucos mecanismos que auxiliam o desempenho de sua missão. Os poucos mecanismos que existem, regulados pelas diversas normas, instruções e diretrizes existentes na Corporação, valem-se de recursos humanos limitados e de procedimentos manuais que já estão defasados quanto ao papel de auxiliar os gestores na tomada de decisão.

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO NA POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar do estado de Santa Catarina (PMSC) desponta como referência no país. Um dos motivos da excelência nos serviços prestados pode ser atribuído ao seu processo de formação, a sua atividade de ensino.

O ensino na PMSC avança e se desenvolve simultaneamente à evolução educacional da sociedade e, por conseguinte, da própria Instituição. Os avanços são evidentes na medida em que se realiza um levantamento histórico acerca deste tema.

A evolução da formação e a capacitação profissional dos policiais militares podem ser analisadas pelos requisitos educacionais exigidos para ingresso na PMSC, cursos de formação continuada, instruções de revitalização dos policiais, assim como a estrutura física e o corpo docente disponibilizado para formação dos discentes.

Conforme visto anteriormente, as exigências de escolaridade para ingresso nos quadros da Polícia Militar de Santa Catarina foram sendo ampliadas, conforme também avançavam as oportunidades de escolarização da sociedade brasileira. Assim, por quase um século (entre 1835 e 1926, ou seja, por 91 anos) eram admitidos mesmo homens que fossem analfabetos. Seis décadas mais tarde, precisamente em 1989, o requisito mínimo passou a ser o ensino médio e, após mais 20 anos, em 2009, uma nova regulamentação determinou a exigência de curso superior, em qualquer área do conhecimento, para ingresso como soldado (Fazzioni *et al.*, 2016).

Nesse espectro, numa acentuada evolução quando se compara os tempos iniciais aos atuais, partiu-se de um contexto no qual existiam policiais militares,

inclusive, analfabetos, para uma realidade na qual não é mais admitido o ingresso de profissionais sem a formação acadêmica de nível superior. Soma-se a isso o elevado interesse e a grande concorrência entre os indivíduos que desejam o ingresso na Corporação.

A História do ensino na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina não pode ser analisada de forma dissociada da própria História da Corporação. A evolução do ensino na Instituição possibilitou grandes avanços, o que é perceptível quando se avalia o atual grau de excelência da PMSC. No dia 05 de maio de 1835 fundou-se a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, à época nomeada de “Força Pública”. A Instituição possuía estreita ligação com o Exército, sendo que seus elementos recebiam as mesmas instruções adotadas para os Corpos de Infantaria da referida Força Terrestre. Consistiam em ensinamentos envolvendo “ordem unida”, manejo de arma, exercício de tiro etc. (Fernandes, 2013, p. 65).

Recentemente, na toada deste desenvolvimento do ensino policial militar, mais precisamente no final do ano de 2018, o Centro de Ensino da Polícia Militar foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), por meio do parecer nº135/2018 e resolução nº 061/2018, como sendo uma Faculdade. Portanto, surgiu, neste momento, a Faculdade da Polícia Militar de Santa Catarina (FAPOM). Registra-se que o referido parecer restou homologado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, por meio do decreto nº 1.852, de 21 de dezembro de 2018.

O Quadro 3 apresenta os cursos realizados na APMT e o respectivo número de alunos inscritos em 2023.

Quadro 3: Cursos realizados na APMT

Curso	Números de alunos
CFSD	500
CFS	362
CFO	50
CAO	35
CSPM	35

Fonte: APMT (2023).

Além de capacitar os agentes para as operações militares, a formação e instrução têm finalidade de promover o alinhamento com a missão da corporação, em

especial a preservação da ordem pública, que é realizada por meio de prevenção e restauração. A respeito do tema, Danieli, Rosa e Schmidt (2023) constataam que “[...] a partir do texto constitucional é notável a relação intrínseca entre o objetivo de preservação da Ordem Pública e a competência das polícias militares para perseguir este objetivo, como instituição integrante da política de segurança pública.” (Danieli; Rosa; Schmidt, 2023, p. 76).

3.1.1 Missão constitucional da PM

Conforme os autores observam, “é manifestamente claro que a missão precípua das Polícias Militares é a de exercer seu poder de polícia para harmonizar, de forma pacífica, a vida social das pessoas com vistas ao bem comum [...]” (Danieli; Rosa; Schmidt, 2023, p. 76).

Os autores preconizam que:

Para que haja segurança pública real, há que se buscar constantemente o equilíbrio na sociedade, há que se perseguir permanentemente a ordem pública. Ambas são conjugadas e compreendidas a partir da ideia de ordem do sistema social. [...] no sistema social, a ordem pública será condição *sine qua non* para a convivência social pautada na liberdade, mesmo que esta, de fato, não seja absoluta. Haverá ordem pública diante da convivência social em equilíbrio dinâmico com outras condições socioeconômicas da sociedade (Danieli; Rosa; Schmidt, 2023, p. 35).

A atuação da Polícia Militar como polícia administrativa tem o caráter de impedir preventivamente eventuais infrações e atos ilegais. “A polícia administrativa age preventivamente quando orienta, notifica. De igual forma, pode agir repressivamente ao multar, interditar, entre outras prerrogativas.” De modo geral, em se tratando de ação preventiva, considera-se que sua “[...] função basilar é impedir que o comportamento do indivíduo ocasione prejuízos à coletividade.” (Danieli; Rosa; Schmidt, 2023, p. 79).

Por sua vez, Carvalho (2023) afirma que a prevenção consiste em evitar que a ordem seja perturbada. Nesse sentido, o policiamento ostensivo, fardado e facilmente identificado é uma forma de inibir ou desencorajar as pessoas a agirem contra a ordem pública. No entanto, na eventualidade de essa ser quebrada, ocorre a

ação policial de restaurar a ordem, quando os agentes usam seu poder de polícia para interferir de modo a restabelecer o convívio social harmonioso.

Marcineiro e Pacheco (2005) ressaltam que o papel constitucional das polícias sofreu uma modificação na Constituição de 1988, na comparação com a anterior. O texto constitucional de 1967 preconizava que era de competência das polícias “a manutenção de ordem pública”. No texto de 1988, a palavra “manutenção” foi trocada por “preservação”, um termo que compreende prevenção, manutenção e restauração.

É possível concluir que a atuação das Polícias na preservação da Ordem Pública se dá em dois momentos distintos: na manutenção do estado de normalidade e na restauração deste estado quando da ocorrência de algum fato que venha a quebrar a normalidade (Marcineiro; Pacheco, 2005, p. 46).

As atribuições constitucionais brasileiras da polícia refletem as tendências planetárias do uso de força de segurança. Bayley (2002) constata que:

A única característica exclusiva da polícia é que ela está autorizada a usar a força física para regular as relações interpessoais nas comunidades. Essa é uma definição; ela ensina como reconhecer minimamente a polícia. Mas não é uma descrição de tudo o que a polícia faz. A polícia frequentemente recebe outras responsabilidades. Além disso, nem sempre ela emprega a força para regular as relações interpessoais, ainda que esteja autorizada a isso. Em termos de atividades cotidianas, o trabalho que a polícia executa varia enormemente ao redor do mundo, a despeito do fato de que as leis estabelecendo o policiamento são notavelmente semelhantes em termos das obrigações atribuídas. Padrões modais de comportamento e autorização formal não são os mesmos. A fim de entender o que a polícia faz, portanto, é necessário ir além das definições, leis e responsabilidades percebidas para examinar seu comportamento (Bayley, 2002, p. 117).

A insegurança é uma das características centrais da humanidade. Por isso, segurança pública é um tema sempre muito sensível à sociedade e governantes. Daí, que o assunto enseja também a resolução de inúmeros problemas. Por isso, ao saírem da Academia, os policiais devem ter a formação de modo geral voltada para manter e estabelecer a ordem pública. Pode-se citar o exemplo: um cidadão liga para a central de emergência solicitando auxílio, pois em sua rua há uma “cratera” que pode trazer danos e causar acidentes. Ao receber essa chamada, o policial deveria repassar a demanda aos órgãos públicos competentes para a resolução do problema.

3.1.2 Inovações tecnológicas na PMSC

Atualmente, na Polícia Militar de Santa Catarina está em vigor o Plano Estratégico de Comando, no qual toda a sua estrutura está passando por reformulações, visando a atender a evolução tecnológica que envolve os trabalhos de ordem pública, que traz o conceito de evolução 4.0. Na Academia de Polícia Militar da Trindade esse processo já se iniciou, conforme:

Este processo já está em aplicação na Academia da Polícia Militar da Trindade (APMT), uma Instituição de Ensino Superior que visa formar policiais militares com uma visão holística da sociedade e que possam, com o auxílio da tecnologia, entender como trabalhar sua prática profissional diária para, no combate à criminalidade, ser um agente colaborador do Plano de Comando, entendendo suas metas e indicadores, objetivando uma administração pública eficiente e que mantenha o Estado de Santa Catarina, entre os mais seguros do país (Santa Catarina, 2023, p. 146).

Todo este processo de inovações realizadas pela Polícia Militar, instituição essa com 188 anos e considerada umas das que apresentam melhor desempenho na preservação da ordem pública, acontece por meio de diversos fatores, como a formação do Policial Militar, pois a partir do momento que adentra nos portões da Academia, todo o ensino e aprendizagem é voltado para que o Policial veja que a sociedade é parceira na resolução de problemas de segurança pública, e o reconhecimento de suas ações torna-se notícia diariamente nos meios de comunicação, entre elas, no portal de Notícias de Santa Catarina, conforme segue:

Santa Catarina tem a Polícia Militar mais bem avaliada do Brasil, aponta pesquisa. Pesquisa mostrou Santa Catarina como a mais bem avaliada do Brasil 27/04/2023, 21h26 Uma pesquisa da Genial/Quaest mostrou a avaliação de brasileiros em relação aos serviços prestados pela Polícia Militar. Santa Catarina é o estado onde a Polícia Militar tem a maior aprovação entre a população, com 74% de menções favoráveis. Na sequência, aparecem Ceará (71%) e Mato Grosso do Sul (67%). Os números foram revelados nesta quinta-feira, 27, por. [sic] O levantamento entrevistou 2.015 eleitores entre os dias 13 e 16 de abril. O comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Aurélio Pelozato da Rosa, parabenizou todos os policiais militares catarinenses, que defendem os cidadãos mesmo com o risco da própria vida. “Recebemos com muita alegria e satisfação o resultado da pesquisa apontando a PMSC como a melhor corporação avaliada no ranking de todos os estados da Federação, com 74% de aprovação. Isso demonstra a qualidade e a responsabilidade do serviço prestado pelos nossos policiais. Tenho muito orgulho da nossa corporação”, completou (Santa Catarina, 2023, p. 149).

E “o resultado mostra o que já sabíamos, que as nossas forças de segurança são preparadas, dedicadas, diferenciadas, com esse reconhecimento especial ao trabalho da Polícia Militar, reconhecido merecidamente pela população”, avalia o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello. “E estamos trabalhando para melhorar ainda mais, agora com policiais em todas as escolas. É uma união de esforços que dá resultado na prática”, completa (PMSC, 2023, p. 1).

Na perspectiva de uma sociedade conectada, a PMSC não poderia abrir mão de construir seus próprios mecanismos de conexão com a comunidade em que está inserida, utilizando-se dos canais tecnológicos existentes em cada momento histórico. Dessa forma, em décadas passadas, a corporação, seguindo modelo global, criou um canal direto de telefone para alertas de emergência (o tradicional número 190). Persistindo nesta linha, a PMSC está atualizando seus canais de comunicação com a sociedade, com a oferta do aplicativo PMSC Cidadão (Figura 3), “mais uma ferramenta tecnológica a serviço da segurança pública”, e em cuja apresentação² é destacada a possibilidade de registro de emergências, acionamento de botão de pânico de violência doméstica e acesso a inúmeros outros serviços prestados pela corporação, com rapidez e efetividade, “[...] com envio da localização exata da ocorrência, fotos, vídeos e áudios sobre o incidente. Isso permitirá mais agilidade na comunicação e um

² Prezada(o) Cidadã(o),

Este aplicativo tem por objetivo aproximar a Polícia Militar de Santa Catarina ao Cidadão, por meio do oferecimento dos serviços de proteção.

Com ele é possível registrar emergência, acionar botão de pânico de violência doméstica e acessar inúmeros outros serviços prestados pela Polícia Militar.

Uma das vantagens do aplicativo PMSC Cidadão é a possibilidade de acionar a Polícia Militar de forma mais rápida e efetiva, com envio da localização exata da ocorrência, fotos, vídeos e áudios sobre o incidente. Isso permitirá mais agilidade na comunicação e um maior detalhamento da ocorrência para auxiliar o Policial Militar no momento do atendimento.

Não é necessário falar com um atendente, apenas registrar ou enviar os dados para a Polícia Militar, permitindo assim que pessoas com deficiência auditiva e palatal possam utilizar perfeitamente o aplicativo PMSC Cidadão.

Os dados enviados no aplicativo serão usados apenas pela Polícia Militar. Todos os dados enviados são sigilosos!

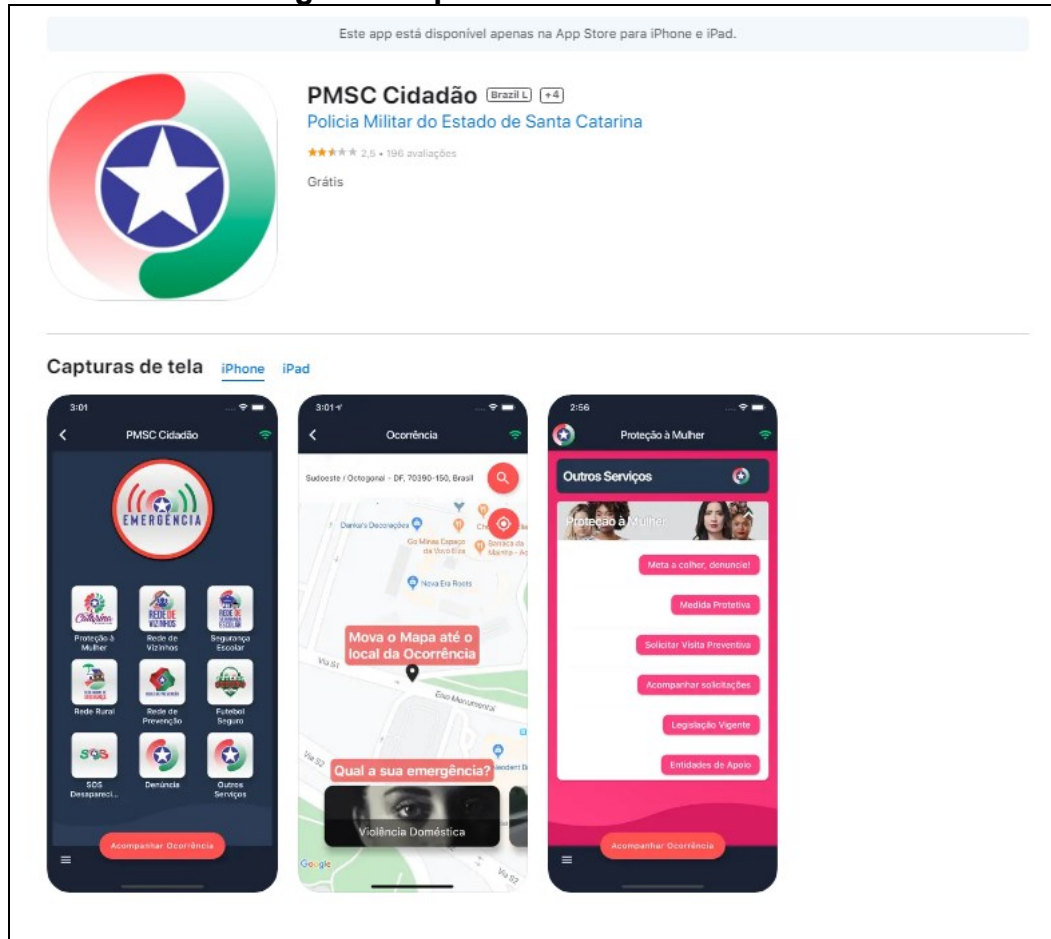
As ocorrências serão atendidas de acordo com a sua gravidade!

Lembrando que é proibido repassar informações falsas durante o uso do aplicativo, sujeitando o responsável às sanções penais, conforme prevê o Art. 340 do Código Penal Brasileiro (Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que não foi verificado. Pena – detenção de um a seis meses, ou multa).

Para o melhor atendimento da Polícia Militar, mantenha sempre o seu número de telefone atualizado, pois se houver necessidade, uma equipe da Polícia Militar entrará em contato pelo telefone cadastrado.

maior detalhamento da ocorrência, para auxiliar o Policial Militar no momento do atendimento” (PMSC, 2020; PMSC Cidadão, 2019-2024).

Figura 3: Aplicativo PMSC Cidadão



Fonte: APP Store/ PMSC (2020).

Disponível gratuitamente para moradores e visitantes, por meio de qualquer versões dos sistemas *Android* e *iOS*, “o aplicativo representa um novo patamar de relacionamento com a sociedade”, oferecendo “inovação e tecnologia para esse contato emergencial, que antes era somente possível por meio do número 190”. O dispositivo também facilita o contato com a PM por pessoas com deficiência auditiva e palatal, tendo em vista não ser necessário contato oral com os atendentes. Conforme destaca a PM, o aplicativo não é apenas “mais uma ferramenta de apoio ao atendimento de emergência”. Ele não elimina a opção de uso do telefone 190. “Quando o cidadão não tiver internet em seu dispositivo móvel, o próprio aplicativo

também informa e cria um *link* direto para uma ligação para o número 190” (PMSC, 2020, p. 1).

3.2 TRATAMENTO A PÚBLICOS VULNERÁVEIS

O exemplo do aplicativo PMSC Cidadão mostra a adequação da corporação a um avanço tecnológico. Mas é necessário observar que a sociedade atual também passa por inúmeras transformações sociais, e entre as mais relevantes, especialmente para a ação policial está a inclusão de diversos públicos nos diversos ambientes sociais (escolas, mundo do trabalho, igrejas, atividades esportivas), a igualdade de oportunidades e de direitos e o combate aos diversos tipos de opressão e preconceito – enfim, o apoio à superação das inúmeras formas de vulnerabilidade. Essas questões se constituem em desafios também para a polícia.

A respeito dos direitos de públicos vulneráveis, Marques e Miragem (2012, p. 16) destacam que “o direito privado não pode prescindir do reconhecimento da fraqueza de certos grupos da sociedade”. E esse reconhecimento se afirma “no direito privado solidário que emerge da Constituição”.

Enquanto a modernidade trouxe o conceito da igualdade, a pós-modernidade traz a ideia do tratamento ou do direito diferente para públicos diferentes. “A igualdade é uma das grandes metanarrativas da modernidade, mas, a pós-modernidade, tende a destacar o que há de ‘diferente’ e ‘privilegiador’ nestes novos direitos humanos, permitindo a desigualdade formal para atingir a igualdade material (Marques; Miragem, 2012, p. 125).

Os autores acrescentam que:

[...] Eric Jaime afirma que o direito pós-moderno caracteriza-se por valorar o *diferente* e a *diferença* (*Unterschied*), por pretender realizar o direito a ser diferente (*droit a la difference*) e manter-se diferente, ser igual mesmo na diferença (ser criança e incapaz de ser reconhecido como um pleno sujeito igual em direitos e qualificações, ser idoso e plenamente capaz e ser reconhecido como o mais fraco a privilegiar de forma especial ser homossexual e realizar opções sexuais diferentes e ser reconhecido como igual em direitos patrimoniais de outras opções sexuais; ser companheiro, não casado em uma em união estável e ser reconhecido como protegível pelo estado, ser consumidor e plenamente capaz e ser reconhecido como vulnerável e leigo a proteger de forma especial, etc.). O pluralismo é o resultado desta visão das diferenças, uma espécie de racionalidade aberta

ou transversal. Daí por que consideramos como novo paradigma o paradigma da diferença no direito privado (Marques; Miragem, 2012, p. 126-127).

A proteção de grupos vulneráveis ou de minorias advém da percepção da composição social. “O pluralismo é um dos aspectos que caracteriza o modelo da sociedade democrática brasileira. A diversidade faz parte do meio social em que vivemos e é um elemento essencial para o desenvolvimento da comunidade” (Emerique, 2008. p. 15).

Mais do que um regramento a ser seguido, os princípios constitucionais se constituem em metas a serem alcançadas, na projeção da Nação que se deseja construir. “Pode-se afirmar que a natureza das normas constitucionais está além do seu aspecto normativo, guardando valores da própria tradição democrática e republicana” (Martins, 2008, p. 227).

Sem a pretensão de esgotar essa discussão, tampouco de abordar todos os públicos, a seguir vamos discorrer sobre algumas questões.

3.2.1 Combate à violência contra a mulher

O aplicativo PMSC Cidadão, citado anteriormente, carrega em sua proposta não apenas o avanço tecnológico ou a facilidade de comunicação com a PM. É destacado, na sua apresentação, o papel significativo que ele apresenta no combate à violência doméstica, notoriamente contra a mulher. No conflito doméstico, o agressor detém o domínio da força, o que praticamente inviabiliza que a vítima faça uma ligação telefônica para pedir socorro. Ela teria que se identificar, explicar o que estaria acontecendo e dar o endereço. É bem provável que a identificação e a explicação do ocorrido pudessem ficar subentendidas ou desnecessárias muito detalhes. Mas pelo menos o endereço é crucial que fique muito bem claro.

O aplicativo facilita esse tipo de denúncia, por ter, em primeiro lugar, um botão de pânico. Da mesma forma que permite a pessoas com deficiência auditiva ou palatal ter acesso à assistência policial, ele permite que uma mulher faça o pedido de socorro em silêncio, mesmo acuada em algum canto.

Esse é um exemplo de como a polícia está se adequando às transformações tecnológicas ou sociais, em que facilita a um público ainda maior e com suas especificidades possa acessar seus serviços.

3.2.2 Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Uma das principais transformações sociais nas últimas décadas foi a acentuada inclusão de pessoas com deficiência (PcD) nas mais diversas atividades sociais. Antes confinadas às residências familiares, essas pessoas começaram a ganhar cada vez mais espaços. O direito à inclusão envolve um conjunto de outros direitos, tais como ser tratado dignamente – sem expressões depreciativas ou pejorativas – e facilidades de acesso físico aos ambientes, textos em braile etc.

O reconhecimento das vulnerabilidades das pessoas com deficiência, atestam Marques e Miragem (2012), afeta tanto o direito público quanto o direito privado, “os limites de autodeterminação e liberdade pessoal”, que, por sua vez, “são ponderadas em vista à proteção da dignidade e integridade do deficiente” (Marques; Miragem, 2012, p. 166).

[...] originalmente, a proteção legal nesses casos manifestava-se quase que exclusivamente por intermédio da declaração de incapacidade absoluta do indivíduo e consequente nomeação de curador para representar aqueles que não tinham discernimento mental. O art. 5.º do CC/1916 fazia referência tanto à criticada expressão ‘dos loucos de todo o gênero’, quanto aos ‘surdos-mudos, que não puderem exprimir vontade’. O código civil de 2002, redigido no início dos anos 70, no século passado, distinguiu entre as situações de incapacidade absoluta dos que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, e dos que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, admitindo, todavia, a incapacidade relativa, dos ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; e ainda dos excepcionais, sem desenvolvimento mental completo. Fora disso, silenciava a legislação civil (Marques; Miragem, 2012, p. 162-163).

Em 1975, a aprovação, pelas Nações Unidas, da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes representou mais um avanço no reconhecimento da cidadania dessa população. Primeiro, a declaração estabelecia a definição da pessoa com deficiência, como “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais” (Marques; Miragem, 2012, p. 164).

Além disso, em seu item 3, a declaração propugnava às pessoas com deficiência “o direito inerente de respeito por sua dignidade humana”. Dessa forma,

acrescentava o texto, “as pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade”. Assim, complementa, era reconhecido às PcD “o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível” (Marques; Miragem, 2012, p. 164).

Em 2009, foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujos princípios são

[...] No art. 3.º da Convenção, são então relacionados seus princípios, em tudo aplicáveis à proteção dos deficientes no direito brasileiro, a saber: (a) o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; (b) a não discriminação; (c) a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; (d) o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; (e) a igualdade de oportunidades; (f) a acessibilidade; (g) a igualdade entre o homem e a mulher; (h) o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade (Marques; Miragem, 2012, p. 165-166).

As pessoas com deficiência (PcD), notadamente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentam necessidades especiais no que diz respeito à comunicação de massa. A afirmativa é de Almeida e Fialho (2022), que discutem a comunicação de massa na Covid-19, que, dada a sua gravidade e complexidade, pode ser considerada uma comunicação de risco, e a influência que exerce sobre crianças com TEA. As análises transcendem essas especificidades e podem ser aplicadas a outras formas de comunicação, mesmo que não sejam de massa, mas que também se caracterizem como de risco. É o caso das abordagens policiais³, que podem ser consideradas de risco, tendo em vista que em geral são feitas em situações críticas ou quando envolvem pessoas cuja interpretação dos fatos está condicionada a fatores que vão além dos tradicionais.

Em qualquer contexto, a assertividade da comunicação depende em grande escala da confiança que o interlocutor apresenta. Conforme os autores, os princípios

³ Importante considerar, no contexto deste trabalho, a expressão “abordagem policial” em sua amplitude, ou seja, qualquer forma ou motivo de aproximação de um agente e um indivíduo. Nos casos, por exemplo, de portadores de TEA, que podem ter dificuldades de interpretação do contexto. A imagem do policial, especialmente se estiver fardado, pode gerar um estresse na pessoa com TEA.

do Design, incluindo os do Design Participativo, são formas de solucionar problemas, como a superação de desigualdades sociais e a promoção da inclusão de pessoas.

Na comunicação de risco, quanto melhor as mensagens forem adaptadas a uma situação específica na vida de uma pessoa, melhor. O desafio é adaptar as mensagens para todos. Idealmente, as iniciativas de saúde pública têm diferentes parceiros ou partes interessadas, como profissionais com diferentes experiências, centros educacionais, organizações comunitárias, organizações religiosas, que entendem a mensagem e como adaptá-la ao seu público. As mídias digitais são úteis nisso pois transformam em realidade a comunicação de massa personalizada às subjetividades dos indivíduos. (Almeida; Fialho, 2022, p. 106).

Ainda conforme os autores, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que, ao se tratar de problemas de sobrevivência com públicos que possam “apresentar dificuldade na apreensão de muitas informações simultâneas”, sejam utilizados no máximo três ou quatro pontos por vez. Orienta ainda que haja a oferta de instruções baseadas em evidências, que “são princípios fundamentais da comunicação de risco.” (Almeida; Fialho, 2022, p. 106-107).

Sobre comunicação de risco, Almeida e Fialho (2022) ensinam que:

[...] diz respeito à troca de informações, conselhos e opiniões em tempo real entre especialistas e pessoas que enfrentam ameaças à saúde, bem-estar econômico ou social. Seu objetivo é permitir que pessoas em risco tomem decisões informadas para proteger a si mesmas e a outros. Historicamente, a comunicação de risco tem sido focada na educação de trabalhadores e da audiência sobre riscos e perigos industriais, médicos, ambientais, sociais ou catastróficos que podem impactar populações, comunidades ou indivíduos expostos, em uma crise ou não. A comunicação de risco usa diferentes técnicas que vão desde mídia e redes sociais, mensagens em massa e participação da comunidade. Requer uma compreensão sólida das percepções, preocupações e crenças das pessoas, bem como de seus conhecimentos e práticas. Exige também a identificação precoce e o tratamento de rumores, desinformação e outros empecilhos (Almeida; Fialho, 2022, p. 107-108).

Diante do exposto, é perceptível que os agentes de corporações de segurança precisam compreender as nuances que envolvem a comunicação com portadores de TEA ou outros grupos vulneráveis e, antes da abordagem, ter conhecimento do envolvimento dessas pessoas.

3.2.3 Combate ao racismo

O episódio do julgamento pelo Superior Tribunal Federal (STF) do *Habeas Corpus* (HC) 82.424, em 17 de setembro de 2003, ficou marcado pelo seu simbolismo e pelo estabelecimento de uma jurisprudência. O escritor, livreiro e industrial gaúcho, de origem alemã, Siegfried Ellwanger Castan, proprietário da Editora Revisão, havia sido denunciado pelo crime de racismo, pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), após publicar livros antissionistas e negando até mesmo a existência do Holocausto.

Absolvido em primeira instância, o acusado foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), e o recurso ao STF era no sentido de garantir sua liberdade, com o argumento de que o princípio constitucional da liberdade de expressão estava sendo desrespeitado. Além disso, a defesa do acusado argumentava que os judeus não representam uma raça, e sim uma etnia ou um povo. Por essa lógica, não haveria ofensa a uma raça.

A tese de que os judeus não compõem uma raça foi acatada pelo relator do processo, o ministro Moreira Alves. Outros dois ministros votaram a favor de Siegfried Ellwanger Castan, um pelo argumento do direito à liberdade de expressão e o outro com a compreensão de que a tipificação legal do crime de racismo foi decidida depois que o acusado tinha feito suas publicações e, portanto, a lei não poderia ser retroativa.

Segundo a votar, o ministro Maurício Corrêa se opôs à tese do relator e da defesa, com argumentos consistentes. Corrêa explicou que a ciência genética banuiu o conceito tradicional de raças, “Negros, brancos e amarelos diferem tanto entre si quanto dentro de suas próprias etnias. Conforme afirmou o geneticista Craig Venter ‘há diferenças biológicas ínfimas entre nós. Essencialmente somos todos gêmeos’” (Brasil, 2003, p. 35).

Ao usar esse preâmbulo, Corrêa poderia concordar com os argumentos da defesa. Mas isso não ocorreu. O ministro prosseguiu, afirmando que

[...] a divisão dos seres humanos em raças decorre de um processo político-social originado da intolerância dos homens. Disso resultou o preconceito racial. Não existindo base científica para a divisão do homem em raças, torna-se ainda mais odiosa discriminatória da espécie. Como todos os homens que habitam o planeta, pobres, ricos, brancos, negros, amarelos, judeus ou muçulmanos, fazem parte de uma única raça, que é a espécie humana, ou, a

raça humana. Isso ratifica não apenas a igualdade dos seres humanos, realçada nas normas internacionais sobre direitos humanos, mas também os fundamentos do Pentateuco ou Torá acerca da origem comum do homem (Brasil, 2003, p. 37).

Dessa forma, Maurício Corrêa concluiu:

Por tudo o que já foi dito, permito-me arrematar que racismo, longe de basear-se no conceito simplista de raça, reflete, na verdade, reprovável comportamento que decorre da convicção de que há hierarquia entre os grupos humanos, suficiente para justificar atos de segregação, inferiorização, e até de eliminação de pessoas. Sua relação com o termo raça, até pela etimologia, tem a perspectiva da raça enquanto manifestação social, tanto mais que agora, como visto, em virtude de conquistas científicas acerca do genoma humano, a subdivisão racial da espécie humana não encontra qualquer sustentação antropológica, tendo origem em teorias racistas, que se desenvolveram ao longo da história, hoje condenadas pela legislação criminal (Brasil, 2003, p. 68).

Com a ressalva de que não desejam retirar a relevância do episódio, nem negar a existência de racismo contra o povo judeu, Borges e Martins (2021) apontam a incongruência de que “uma das maiores decisões referente ao racismo no sistema jurídico brasileiro” não foi tomada em relação a um caso de racismo contra negros, “o povo que mais sofre racismo e mais sofre marginalização no país” (Borges; Martins, 2021, p. 220-221).

Por fim, as autoras asseveram que:

o crime de racismo que ocorre na realidade brasileira tem raízes muito profundas, diferente das sociedades europeias, das quais baseamos nossos códigos, a miscigenação é constante no Brasil, de forma que uma legislação eurocêntrica não será capaz de responder a esse questionamento de forma efetiva (Borges; Martins, 2021, p. 227).

As autoras observam que no Brasil, negar o Holocausto é (corretamente) considerado racismo. Mas negar a existência da escravidão no próprio país, é tido como algo normal.

3.3 CAPACITAÇÃO NO CONTEXTO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

É necessário considerar que, para implementação do conceito da educação 4.0/5.0 no ensino da Polícia Militar de Santa Catarina, foi necessária uma mudança nos processos já em andamento da Academia da Polícia Militar, conforme segue:

Projeto 360-6/PMSC - Ensino na PMSC (APMT) - Conceito de Educação 4.0/5.0.

Este projeto desenvolvido pela Academia da Polícia Militar da Trindade busca a vanguarda na inovação educacional. Em agosto de 2023, foi iniciado o treinamento de dez dias em educação e metodologias avançadas para os coordenadores e instrutores da PMSC, no auditório da APMT. Neste evento foram apresentados os avanços tecnológicos educacionais e como fazer bom uso das ferramentas de inteligência artificial, o que se trata de uma dinamização imposta pelo Plano de Comando, junto aos processos de ensino na PMSC (Santa Catarina, 2023, p. 165).

Ao falar em conhecimento, é evidente que esse não pode ser dissociado da evolução humana. É importante saber que, independentemente do patamar que ele se encontre na sociedade, o conhecimento é um instrumento o qual pode ser utilizado tanto na dimensão das organizações (gestão, planejamento etc.), quanto na dimensão social. O conceito de conhecimento sofreu diversas mudanças ao longo da História. Santos e Rados (2020) descrevem essas transformações da seguinte forma:

De fato, a história da humanidade pode ser definida em diferentes estágios de sociedades. A Sociedade 1.0 era definida como comunidades de caçadores e pescadores em convivência harmoniosa com a natureza. A Sociedade 2.0 era formada por grupos maiores baseados no cultivo agrícola, aumentando a organização e iniciando a formação das nações. A Sociedade 3.0 promoveu a produção em massa a partir da Revolução Industrial. A Sociedade 4.0 é uma sociedade da informação - da qual se obteve maior valor agregado ao conectar ativos intangíveis com redes de informação. E, finalmente, a Sociedade 5.0, que está sendo construída para dar continuidade à Sociedade 4.0. É uma sociedade de conhecimento com uma visão de futuro focada no compartilhamento, de modo a proporcionar benefícios e prosperidade para o gênero humano [...]. (Santos; Rados, 2020, p. 21).

Sendo assim, a partir da conceituação de conhecimento por meio de várias vertentes, tanto de cunho científico, filosófico ou popular, o tratamento dado pela Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC) traz uma reflexão referente ao conhecimento:

O *site* Humantech (2019) apontou que a Engenharia do Conhecimento (EC) busca a análise e a identificação dos problemas relacionados à Gestão do Conhecimento (GC) e da criação e implementação de soluções para resolvê-los. Diante desse conceito inicial, vê-se que a Engenharia atua para melhorar a Gestão, a qual possui direta relação com o rendimento e a produtividade das pessoas e, por sua vez, das corporações (Medeiros *et al.*, 2023, p. 217).

De forma semelhante, a Polícia Militar de Santa Catarina é pautada pelo conhecimento em todas as suas ações, nesse sentido, a Engenharia do Conhecimento apresenta metodologias e ferramentas para adquirir e modelar conhecimento, permitindo apropriação pela corporação, sendo esse um dos objetivos da gestão do conhecimento, para sintetizar. A Gestão do Conhecimento consiste em processos sistemáticos de geração, representação, estoque, disseminação e desenvolvimento do conhecimento, de maneira fundamentada nos recursos existentes. (Medeiros, *et al.*, 2023)

O conhecimento passa a ser a base de qualquer instituição e na Polícia Militar de Santa Catarina, de mesmo modo é valioso e estratégico, pois as decisões tomadas de forma positiva, alicerçadas na gestão do conhecimento, trazem o sucesso da organização. Desse modo, Medeiros *et al.* (2023), citando Amorim e Marcineiro, em publicação de 2013, reiteram os atributos mais relevantes da sociedade do conhecimento, a saber:

- O ser humano faz parte do centro da criação;
- Uso do conhecimento para a inovação;
- Trabalho focado na melhoria do processo produtivo;
- Ligação das pessoas em rede;
- Melhoria da qualidade de vida no futuro.

Nesse viés, o Ten Cel PMSC Marcus Vinicius dos Santos, ex-comandante da Academia de Polícia Militar de Santa Catarina, na mesa redonda realizada por meio da plataforma Zoom, sobre “Formação Policial na Atualidade”, com comandantes de outros estados da federação, traz algo muito importante que merece reflexão, ou seja, o conhecimento que é produzido pelos trabalhos científicos realizados nas Academias de Polícias, na maioria das vezes, permanecem esquecidos nas prateleiras das bibliotecas, não sendo usados para melhorias dos processos dentro da corporação e não permitindo que esse conhecimento técnico seja experimentado e vivenciado para resoluções dos problemas da comunidade. Além disso, evidencia, por meio dessa referência, que a formação do Policial Militar não é para serem heróis que saem da Academia armados e equipados com capa de super-heróis à procura de inimigos, e sim, policiais bem formados com o conhecimento necessário para atender as expectativas da sociedade.

Diante do exposto, a busca pela excelência na qualidade dos serviços ofertados pela Polícia Militar de Santa Catarina evoluiu para um engajamento de toda a corporação, para que a satisfação das pessoas e a qualidade do serviço pudessem ser aferidos, conforme descreve o Plano Estratégico de Comando 360.

A formação do Policial Militar é essencial para a segurança da comunidade, sendo que a Academia de Polícia Militar da Trindade procura capacitar seus policiais a atender todas as situações vivenciadas pela sociedade, numa linha de formação baseada em conhecimentos técnicos, éticos e de responsabilidade. Nesse sentido, o propósito é capacitar os agentes a oferecer alternativas de resolução de problemas com base no conhecimento das leis e no respeito à diversidade e em outros fatores importantes para a formação de profissionais éticos, uma vez que para que isso ocorrer é fundamental que a formação seja contínua.

Além disso, a formação contínua é fundamental para manter os policiais atualizados diante das constantes mudanças no cenário de segurança, incluindo novas tecnologias e estratégias de combate ao crime. Esse investimento contínuo não apenas aprimora as habilidades técnicas dos policiais, mas também reforça a importância da ética profissional e do respeito aos direitos humanos. Essa abordagem holística da formação não apenas fortalece o desempenho individual dos policiais, mas também contribui para a construção de uma relação de confiança duradoura entre a polícia militar catarinense e a comunidade que serve (Santa Catarina, 2023, p. 370).

Como resultado, o Plano Estratégico de Comando apresenta vários projetos voltados para a área do ensino na Polícia Militar de Santa Catarina, como comentado, o conceito de educação 4.0 pela corporação, sendo assim, a formação contínua traz por consequência uma polícia eficaz e com credibilidade para desempenhar um papel primordial na construção de uma sociedade mais segura e a formação deve acompanhar a evolução tecnológica e metodológica no campo educacional, conforme destacado:

Buscando evoluir na construção de cursos de formação de qualidade, além de investir na formação continuada, a PMSC tem investido no conceito da Educação 4.0, um tema atual na área da educação. De acordo com Oliveira e Damasceno (2021), o conceito estabelece um paralelo entre a evolução tecnológica industrial e o progresso tecnológico e metodológico no campo educacional, sendo intrinsecamente ligada à Indústria 4.0. Garofalo (2018) acrescenta que a Educação 4.0 abraça a revolução tecnológica, envolvendo linguagem computacional, inteligência artificial, Internet das coisas (*IoT*) e a abordagem de '*learning by doing*', que se traduz em aprender por meio da

experimentação, projetos, vivências e ação prática. Esses conhecimentos são importantes para que tenhamos uma contextualização e compreensão adequada sobre o tema (Santa Catarina, 2023, p. 370).

Para a proposta de desenvolvimento de uma formação por competência, é necessário, em princípio, conhecer o conceito do tema. O termo competência tem sido utilizado atualmente por profissionais de diferentes áreas do conhecimento: a) os psicólogos conceituam-no como uma medida de habilidade ou para verificar se o desempenho observável representa as características ou capacidades subjacentes ao indivíduo; b) os teóricos da administração têm aplicado a análise funcional para identificar como as metas organizacionais podem ser alcançadas por meio do desempenho individual; c) os gerentes de recursos humanos (ou gestão de pessoas) veem o conceito como uma ferramenta para imprimir uma direção estratégica às suas ações por meio de táticas de recrutamento, seleção, treinamento, avaliação, promoção, sistema de recompensa e planejamento estratégico de pessoal; d) os profissionais da educação procuram relacionar a ideia da preparação para o trabalho e o reconhecimento profissional com a da educação em sua acepção mais ampla; e em alguns países, principalmente no Reino Unido e na Austrália, os políticos estão utilizando o conceito como um meio para melhorar a eficiência do mercado de trabalho.

O desafio da formação por competências está alinhado às transformações sociais e tecnológicas que a humanidade experimenta nas últimas décadas. Conforme Dandolini (2023),

Na sociedade contemporânea em que vivemos, coexistem conhecimento e tecnologias avançadas e problemas perversos ("*wicked problems*") que parecem insolúveis. Nessa dicotomia, a alta velocidade em que inovações surgem e colocam em xeque velhos paradigmas, deixando pessoas e instituições, muitas vezes, perdidas e sem rumo. Fica claro que há a necessidade de transformações que nos levem a um cenário de sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômico, em que o bem comum é o maior valor e orientador das tomadas de decisões. Entende-se aqui por bem comum aquilo que é bom para mim, para os outros, para a sociedade como um todo e para o meio ambiente (Dandolini, 2023, p. 3).

Para a autora, o setor público se insere no contexto de mudanças de paradigmas que influencia organizações e sociedade "em condições cada vez mais incertas e aceleradas." Diante deste contexto de mudanças e transformações, a

inovação deixa de ser opcional ou uma oportunidade se torna um imperativo, gerando novas abordagens de governança, na gestão e nas estruturas dos sistemas (Dandolini, 2023, p. 3).

A autora prossegue:

Especificamente, a Segurança Pública, encontra-se com provocações perante os desafios sociais e ambientes emergentes, assim como o cibercrime. Nesta linha, a Segurança Pública precisa manter a ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, buscando o fortalecimento das ações de prevenção e repressão a crimes e a resolução pacífica de conflitos, combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro e a priorização de políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis, pesquisa e valorização dos profissionais, modernização e inovações nas instituições, entre outros (Brasil, 2021), por meio de ações integradas dos órgãos de segurança pública para atuar de forma cooperativa, sistêmica e harmônica (Dandolini, 2023, p. 3).

3.4 EXPERIÊNCIAS DE TREINAMENTO POLICIAL NO MUNDO

De acordo com a literatura, não há um padrão aceito mundialmente para a formação policial, podendo-se identificar modelos distribuídos no planeta – europeu, norte-americano ou latino-americano, para citar alguns exemplos. No entanto, de acordo com Porto e Costa (2014), pode-se observar algumas tendências globais, como a de elevar o nível de instrução, que vem sendo verificada nas últimas décadas – como vem ocorrendo na Polícia Militar de Santa Catarina, conforme foi visto anteriormente.

Essas mudanças nos níveis de instrução começam pela alteração dos requisitos de ingresso – o que se explica, por exemplo, quando se exige um nível de escolarização mais avançado ou alguma exigência de formação prévia.

O que se observa, segundo a literatura, uma diversificação de fórmulas que vem sendo adotada. Conforme Porto e Costa (2014), em países como a Alemanha, Suécia e Países Baixos, a exigência de formação prévia passou a ser atrelada ao sistema de ensino médio, com ênfase em cursos técnicos-profissionalizantes. Depois, essa formação seria complementada pelo treinamento policial específico.

Em outros lugares, as estratégias para mudar o padrão de recrutamento concentraram-se no aumento de exigências para o ingresso nas escolas e academias de polícia. Em alguns estados dos EUA, como nos estados de Michigan e da Califórnia, os candidatos devem realizar cursos específicos em

alguns *colleges* e universidades para serem aceitos nas academias de polícia. No Texas, são necessárias pelo menos 400 horas de qualquer curso universitário para que o candidato possa ingressar nas academias de polícia. Há ainda os países que transformaram suas academias em instituições de ensino superior. É o caso da França, onde existem diferentes níveis de ingresso para as carreiras da *Police Nationale*. Para o nível mais alto, o de 250 oficial, é exigido dos candidatos a conclusão do ensino intermediário. O treinamento destes oficiais é realizado na academia de polícia, cujos cursos possuem equivalência com os cursos universitários. Outra tendência que podemos observar na formação e treinamento dos policiais é a ampliação dos currículos das academias de polícia. Diversos departamentos de polícia nos EUA, Canadá e Europa passaram a incorporar no treinamento dos policiais disciplinas de caráter humanista, tais como: direitos humanos, relações étnicas, multiculturalismo, ética e deontologia. Em alguns casos, esta ampliação dos currículos foi seguida de políticas de recrutamento de minorias étnicas. A ideia era tornar as polícias mais representativas da diversidade étnica das suas sociedades (Porto; Costa, 2014, p. 103-104).

Em todos os casos, a ampliação das exigências de formação prévia não substitui o treinamento específico para o policial, mas ele se torna complementar. E mesmo o treinamento específico vem sofrendo mudanças. “Aos poucos, ele deixou de ser exclusivamente voltado para o ensino de noções gerais de direito penal e processual penal e passou a se concentrar nas normas de condutas e técnicas policiais.” (Porto; Costa, 2014, p. 104).

Os autores citam alguns dos programas focados no treinamento, de acordo com as novas normas e técnicas que surgiram nos EUA, a partir dos anos de 1980. Entre esses programas estão o *Illinois Basic Law Enforcement Training (IBLET)*, *Ohio Peace Officer Training (OPOT)* e o *Police Officer Standards and Training (POST)* (Porto; Costa, 2014, p. 104).

Os autores ainda destacam a existência de outra linha adotada em âmbito global:

Uma última tendência que podemos observar na formação dos policiais é o treinamento continuado. Alguns departamentos de polícia passaram a adotar sistemas de atualização do treinamento dos seus membros, uma vez que julgaram o treinamento básico ou inicial insuficiente para o desempenho das funções policiais. Desta forma, tornou obrigatória a realização de treinamentos ao longo da carreira (Porto; Costa, 2014, p. 104).

A afirmativa de que treinamento básico ou inicial seja insuficiente transmite uma ideia incipiente de que os agentes saiam dos treinamentos sem a capacitação plena. Sem descartar essa possibilidade, é necessário compreender que as

mudanças comportamentais, sociais e tecnológicas, além do processo de globalização, demandam a educação continuada em todas as áreas – e não seria diferente na polícia. Há a necessidade de uma contínua reflexão sobre as práticas profissionais de todas as áreas, em todas as regiões do mundo.

Um exemplo de treinamento continuado nas polícias militares, pela natureza de sua função, é o das equipes de alta performance, especializadas nas situações de crise – “ocorrências complexas, de alto risco” – que buscam “soluções aceitáveis” em eventos cruciais. São os Batalhões de Operações Especiais (BOPE), como são denominados na maior parte dos estados brasileiros (Carvalho, 2023, p. 13).

Na obra *Liderança Policial em Contextos Perigosos*, Carvalho discorre sobre a importância do comando desses batalhões. A partir de entrevistas com dez ex-comandantes do BOPE nos estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pará e Amazonas (neste estado a denominação é COE), Carvalho analisa o conjunto de aspectos que integram o processo de liderança nessas unidades policiais, incluindo o recrutamento dos integrantes da equipe e os treinamentos – fatores básicos para o sucesso.

A atividade policial, por si só, já é bastante arriscada. Em cenários extremos, particularmente, os riscos são naturalmente potencializados. Alguém precisa organizar o caos, e indubitavelmente, esta pessoa será o líder, sujeito capaz de conduzir sua equipe e outros envolvidos de modo a solucionar situações anormais, inéditas, atípicas. Cada caso é particular, e é neste ponto que reside a problemática do tema em epígrafe, pois a oportuna liderança assegurará a integridade de todos, do contrário, não somente a vida dos policiais poderá ser comprometida, mas a de qualquer terceiro envolvido no incidente, além dos variados resultados desastrosos, inclusive patrimoniais, que poderão advir (Carvalho, 2023, p. 14).

Conforme Carvalho, o treinamento é “fundamental na busca da alta performance no trabalho em equipe, pois permite o desenvolvimento e aprimoramento das habilidades individuais e coletivas necessárias para alcançar resultados excepcionais nos contextos perigosos.” (Carvalho, 2023, p. 82).

Também merecem destaque algumas das respostas obtidas pelo autor nas entrevistas (os entrevistados foram mantidos no anonimato e eles são identificados pela letra E, seguida de um numeral):

‘Em um cenário ideal, o treinamento e a capacitação constantes são o que permitem essas equipes a se manterem com alto rendimento’ (E3). ‘Treinamento é a ferramenta que determina essa performance operacional. As tropas de operações especiais têm esse viés. É um dos momentos, que é treinar. O policial de operações especiais, ou ele está treinando, ou dando treinamento, operando ou evoluindo na doutrina’ (E1). ‘E a gente fala lá do triângulo da OE: é operar, dar treinamento e treinar... treinar é a vida do OE. Ninguém está treinando, mas você está treinando. Pode não acontecer nada, mas o dia em que acontecer alguma coisa, quem que tem que ir lá’ (E5). ‘O famoso trinômio, de treinar, operar, e dar treinamento é uma condição que nos favorece bastante’ (E6). ‘Mesmo que seja o básico, deve ser feito todo o tempo. É uma tropa de alto rendimento, não existe não treinar’ (E8) (Carvalho, 2023, p. 82-83).

Como de modo geral ocorre nas organizações policiais, o processo de seleção dos integrantes das unidades de operações especiais é considerado um “requisito inicial e fundamental”. Apesar de terem estruturas (formato, metodologia e objetivos) semelhantes às demais formações, esses cursos se diferenciam pelo elevado índice de reprovação e requisitos de entrada muito mais rigorosos (intelectuais, físicos e morais). (Carvalho, 2023, p. 67).

Pela sua natureza, o recrutamento chega a níveis extremos de exigência. “O rigor é uma evidente característica da seleção. Os candidatos são submetidos a desgastantes rotinas curriculares e extracurriculares, com privações alimentares e de sono, forte estresse, desconforto e fadiga.” (Carvalho, 2023, p. 68).

A gente o coloca em um mundo que não vai ser mais dele. Aquele mundo vai ser controlado pela coordenação do curso, que vai determinar o horário que ele tem que acordar, dormir, o que vai comer, se é que ele vai comer, vai determinar todas as atividades que ele tem que fazer. Enfim, ele vive em um mundo que será imposto a ele. E aí ele vai ter reações. Nossa missão é pinçar o candidato que melhor se aplica, se adapta a esse desconforto e chega ao fim do curso (E1). (Carvalho, 2023, p. 68).

Outras respostas confirmam estas observações:

‘Eu preciso que você me dê uma parcela maior, mais que seu corpo, eu preciso da sua alma’ (E9). [...] ‘A seleção, eu acredito que em todas as polícias, está sendo feita da forma correta. Sem produzir em massa, mantendo o nível de exigência, porque isso tem mostrado que os resultados têm sido atingidos’ (E4). ‘O curso de operações especiais tem um critério de seleção bem rígido, onde muitos vão entrar e poucos vão sair. O objetivo é selecionar operadores e possibilitar que atuem em ocorrências de alto risco’ (E7). (Carvalho, 2023, p. 67-68).

Aqui significa que é necessária uma dedicação ao trabalho que vai além do turno de trabalho e muitas vezes em condições não muito favoráveis.

3.5 MODELAGEM DA MATRIZ CURRICULAR POR COMPETÊNCIAS

A seguir são apresentados os conceitos de competências.

3.5.1 Acerca do conceito de competência

O termo competência vem sendo utilizado nos meios educacionais, especialmente da educação profissional, como a agregação de pensamentos, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício de “funções de trabalho críticas’ ou realizar tarefas em um ambiente de trabalho definido.” (UFSC, 2021 p. 21).

No mesmo texto consta que:

[...] As competências geralmente servem como base para padrões de comportamento que especificam o nível de pensamento, conhecimento, habilidades e atitudes, exigidas para o sucesso no local de trabalho, bem como critérios de medição potenciais para avaliar a obtenção de competências. Nesse sentido, é importante salientar a diferença entre “competências” e “objetivos de aprendizagem”. De fato, as “competências” definem as habilidades e conhecimentos aplicados que permitem que as pessoas executem com sucesso seu trabalho, enquanto os “objetivos de aprendizagem” são específicos para uma determinada “unidade temática”. As “competências” são relevantes para as responsabilidades de trabalho, funções e capacidades de uma determinada pessoa. Elas são uma forma de verificar se o mestrando/doutorando de fato aprendeu o que se pretendia nos objetivos de aprendizagem. (UFSC, 2021, p. 21).

Conforme Rigo (2019, p. 13, 14):

Atualmente, os dicionários apresentam um entendimento diferente no que se refere ao indivíduo, como observado no Michaelis on-line, que define competência como ‘Aptidão que um indivíduo tem de opinar sobre um assunto e sobre o qual é versado; Legitimação conferida a um indivíduo de atuar em seu próprio benefício; conjunto de conhecimentos; indivíduo com profundo conhecimento de determinado assunto’. Na mesma linha, Léxico on-line apresenta competência como ‘1. conhecimento e capacidade em determinada área: ter competência para ensinar 2. atribuição: Isso não faz parte das minhas competências’ (Rigo, 2019, p. 13-14).

O senso comum e mesmo muitos escritos aparentam limitar o conceito de competência às capacidades individuais. No entanto, o termo é muito mais abrangente e aplicado em diferentes áreas, como na gestão de pessoas, administração, educação e no trabalho. Queiroz Barbosa e Rodrigues (2006, p. 23) observam que “Em um esforço de recenseamento na literatura corrente sobre o significado do conceito, é observado o emprego do termo com nada menos que duas dezenas de diferentes conotações e ênfases [...]”

Nesse contexto, conforme a Unesco, a educação de adultos cumpre um papel fundamental:

Educação de adultos denota o conjunto de processos educacionais, seja qual for o conteúdo, nível e método, quer sejam formais ou não, quer prolonguem ou substituam a educação inicial das escolas, faculdades e universidades, bem como estágios profissionais, por meio dos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou tomam uma nova direção e provocam mudanças em suas atitudes e comportamentos na dupla perspectiva de desenvolvimento pessoal e participação plena na vida social, econômica e cultural, equilibrada e independente (Unesco, 2010a, p. 13).

Na definição defendida pelo Brasil (2014), essa capacidade de mobilização para a ação em diferentes situações da atividade profissional deve promover reflexões que precedem, coincidem e sucedem as ações, de maneira a estimular a autonomia intelectual.

Nesta definição, os conhecimentos, habilidades e atitudes são reforçados. As “competências cognitivas” requerem “o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento” e, assim, “habilitam o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.” Já as competências operativas “preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.” Por fim, as competências atitudinais têm o propósito de “estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais; a conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo”, além de “conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.” (Brasil, 2014, p. 18).

Dias *et al.* (2013), em referência a Carvalho (2000), observam que a competência se associa à valorização do capital, noção presente também na definição de qualificação e numa perspectiva que se aproxima do maniqueísmo do mundo do trabalho: qualificação-desqualificação, emprego-desemprego, estabilidade contratual-vínculos precários e inclusão-exclusão, entre outros.

Dias *et al.* (2013) citam conclusões como a da utilização do conceito de competência como forma de motivar os trabalhadores – presente em Carrion, de 2002 – e da necessidade de que, além do interesse econômico das empresas, o conceito seja considerado sob a ótica do valor social que proporciona ao indivíduo, apresentada por Brandão e Guimarães, de 2001, dentro de uma lógica da sociologia do trabalho.

Há, segundo Dias *et al.* (2013, p. 25), um “amplo espectro de entendimentos e tratamentos acerca da noção de competência.” Segundo os autores, citando Santos, de 2001, “uma das ideias mais frequentes entre os artigos que abordam o subtema ‘conceito de competência’ é que ele se refere a alguma coisa pouco tangível, diferenciada, heterogênea e de articulação complexa.” (Dias *et al.*, 2013, p. 25),

Na linha de que falta consenso, clareza ou nitidez para a definição de competência, Dias *et al.* (2013) ainda citam autores que preferem se referir a um *mosaico de competências*, de Barbosa *et al.*, 2002, ou que seja um *conceito em construção*, dada a diversidade de tratamento, de Fleury e Fleury, 2002. Por isso, Dias *et al.*, (2013) advertem que:

[...] Sem contradizer essas elaborações, mas ao mesmo tempo avançando na tentativa de compreender essa configuração, entendemos que uma das causas possíveis de tal heterogeneidade tem origem na própria evolução do conceito de competência, processo que transita por diferentes campos disciplinares e formas de abordagem nos campos organizacional e acadêmico. [...] a consolidação da noção de competência inicia pela transição do conceito de qualificação para o de competência, período em que a ênfase principal é a identificação das capacidades necessárias para atuar em certo tipo de tarefa e obter um desempenho superior. [...] nos anos 90, a nova dimensão do mundo do trabalho demanda a inclusão, em seu contexto, de novos elementos, como a instabilidade, o evento, a flexibilidade, a responsabilidade. É a fase em que o foco da competência se movimenta para o momento da ação, para a combinação e a mobilização das capacidades, pois é ali e somente ali que se afirma e se coloca a questão da competência. [...] Finalmente, já nos primeiros anos deste século, um período em que são intensificados os processos de avaliação de desempenho coletivos e individuais, são valorizados os sistemas de mensuração e o uso de indicadores (*Balanced Score-Card*, por exemplo), é o momento em que

'competência' é pensada na perspectiva de sua contribuição econômica e social para a empresa. É a fase da difusão e afirmação do conceito associado de "entrega" [...], através do qual se reafirma que pessoas e grupos não são avaliados pelo que fazem, nem tampouco pelo domínio de capacidades, mas sim pelo que entregam (Dias *et al.*, 2013, p. 25).

Assim, para Dias *et al.* (2013, p. 25), "a heterogeneidade desse conceito não provém apenas de dificuldades de entendimento (o que também é factível de análise), mas especialmente da dinâmica e da mobilidade da ênfase [...]."

Dessa forma, pode-se considerar que o conceito permeia vários campos do conhecimento e isso contribui para a dificuldade de sua plena compreensão.

3.6 A COMPETÊNCIA NO TRABALHO POLICIAL

O contexto do desenvolvimento de competências do policial está associado à sua profissionalização, tema que Bayley (2002) explora em sua obra. Para o autor, nos últimos séculos, a profissionalização da polícia emergiu como um atributo essencial das forças de segurança modernas, caracterizada por uma atenção explícita à qualidade do desempenho.

O autor precede a análise a respeito da profissionalização policial com a discussão a respeito do caráter público ou privado da polícia, na qual ele descarta a origem do financiamento como sendo a principal característica que possa definir sua natureza. Para ele, a polícia assume a condição de pública ao representar um estado soberano. Para traduzir melhor sua teoria, ele usa o exemplo dos nativos Cheyenne, nos Estados Unidos, que tinham uma força de segurança. Conforme Bayley (2002), se aqueles nativos fossem considerados soberanos em seu território, sua força de segurança seria pública. No entanto, se a soberania coubesse aos colonos ingleses e depois ao Estado americano, então a polícia Cheyenne tem o caráter privado, por combater o estado soberano. Nesse sentido, numa eventual vitória dos Cheyenne e a expulsão do homem branco, a história seria contada como a expulsão de invasores pelo exército nacional.

Então, a profissionalização avança para além da simples caracterização como pública ou privada ou a dedicação a um fim específico, a profissionalização da polícia, no entendimento do autor, compreende rigorosos critérios de recrutamento,

remuneração adequada para uma carreira sólida, treinamento formal e supervisão sistemática por oficiais superiores (Bayley, 2002, p. 60).

Apesar de inúmeros casos registrados ao longo da História, as experiências pioneiras na era moderna são da Inglaterra, em termos de profissionalização e do Japão, no que se refere ao treinamento. Os ingleses criaram a Polícia Metropolitana de Londres, em 1829, com o recrutamento baseado em critérios como sexo, altura, peso e habilidade de ler e escrever. “O treinamento era obrigatório, embora consistisse quase exclusivamente na repetição das ordens.” (Bayley, 2002, p. 62).

Essa formação básica praticada na Inglaterra foi adotada também no Extremo Oriente.

A prioridade é do Japão, porque não apenas profissionalizou sua polícia, como os outros países europeus, mas também foi o primeiro país a desenvolver escolas de treinamento para os policiais de todos os níveis. Tóquio tinha um programa de treinamento de tempo integral para postos mais baixos em 1880, Paris só após 1883, e mesmo então apenas em meio período, alternado com outras tarefas. A escola de treinamento da polícia foi fundada em 1907 (Bayley, 2002, p. 62).

Ao longo de sua carreira, um policial militar acumula horas de treinamento e a própria experiência do trabalho, além dos exemplos compartilhados por seus colegas. Esse arcabouço vai gerar um conjunto de conhecimentos explícitos e tácitos, que podem reger as técnicas e condutas desses agentes.

Conforme Porto e Costa (2014, p. 102),

O exercício continuado da atividade policial possibilita a acumulação de conhecimentos que permitem a análise das situações quais a força deve ser empregada, bem como qual a melhor forma de usá-la, para a melhor proteção dos policiais e dos cidadãos. Tais conhecimentos podem ser incorporados ao trabalho cotidiano dos policiais. Para tal, precisam ser transformados em técnicas policiais contidas nos códigos de conduta. Isso permite que as condutas individuais sejam avaliadas não só com relação a sua legalidade, mas também do ponto de vista profissional. O estabelecimento de normas de conduta e seu correto cumprimento pressupõem a ideia de que as técnicas mais adequadas à segurança dos cidadãos e policiais estão sendo empregadas (Porto; Costa, 2014, p. 102).

A questão que envolve o trabalho policial e o uso da força tem sido amplamente discutida na sociedade atualmente, gerando acalorados debates. De um lado estão os defensores de ações mais duras por parte da polícia e, de outro, aqueles

que desejam que o uso da força seja moderado, limitado ao que se considera suficiente para a ação em curso. Evidentemente que ambas as perspectivas estão sujeitas a um elevado grau de subjetividade, o que torna difícil estabelecer qual seria o limite do uso da força em cada ação policial. Para reduzir a lacuna, nebulosa, imprecisa, variável, decorrente da subjetividade, Porto e Costa (2014) advogam pelo estabelecimento de parâmetros, por meio da elaboração de normas de conduta.

As normas de conduta não se prestam apenas a proteger os cidadãos da violência policial, servem também para salvaguardar os próprios policiais. Por se tratar de uma profissão de risco, com alto grau de imprevisibilidade, é imperativo que se estabeleça uma série de normas e procedimentos operacionais destinados a reduzir essas incertezas e proteger as vidas dos policiais (Porto; Costa, 2014, p. 102).

Nesse caso, em que um determinado conhecimento é codificado e publicado, ou seja, formalizado em um documento, ele deixa de ser tácito e passa a ser explícito, ou seja, o conhecimento informal, que não ganha amparo nas comunicações oficiais, mas vai se estabelecendo pelas entranhas (caráter) das organizações. Esse conhecimento tácito muitas vezes é apelidado de “rádio corredor”, pois é transmitido nos corredores das organizações.

Porto e Costa (2014, p. 102) salientam que “a falta de normas de conduta apropriadas tem posto, desnecessariamente, em risco a vida dos policiais militares”. Os autores apresentam comparações entre diversas grandes cidades do planeta. A cidade do Rio de Janeiro, que não possuía normas claras de orientação da conduta dos agentes, teve, em 1986, uma taxa de mortalidade de policiais de 22/10.000, ou seja, 22 mortes para cada 10 mil agentes na ativa. Enquanto isso, nas cidades norte-americanas de Nova Iorque e Chicago, essa taxa ficou inferior a 1/10.000.

Por isso, segundo os autores, departamentos de polícia têm editado normas internas de conduta, com o objetivo de restringir ao máximo a discricionariedade da atividade policial, adequando-a a princípios explicitados nos códigos de deontologia.

Tais normas têm a finalidade disciplinar a atuação dos policiais em diversas situações, sobre as quais a legislação penal não é muito clara. Visam, portanto, estruturar a relação entre a polícia e a sociedade. Se o código de deontologia dita os princípios norteadores da ação, as normas de conduta mostram como agir. É a partir dessas normas de conduta que o treinamento é realizado, bem como o policial é avaliado (Porto; Costa, 2014, p. 103).

Constata-se, portanto, a aplicação do tripé da competência – conhecimentos, habilidades e atitudes. Há o conhecimento explícito (código de deontologia) que fundamenta o treinamento para a ação e para a conduta.

Ao se alimentar os conhecimentos explícitos e treinar para a conduta, nos aproximamo-nos da “cultura organizacional”, expressão definida por Shein (*apud* Russo, 2010, p. 18) como sendo “um padrão de pressupostos básicos compartilhados que um grupo aprendeu ao resolver seus problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionou bem o suficiente para ser considerado válido”. Após obter essa validação, o modelo passa a ser “ensinado a novos membros como a forma correta de perceber, pensar e sentir com relação a esses problemas” (Shein, *apud* Russo, 2010, p. 18).

Russo acrescenta que:

O padrão de pressupostos básicos diz respeito aos valores que regem o comportamento. Esses valores vão sendo internalizados e se tornando inconscientes a ponto de passarem a ser considerados naturais. O conceito mostra, também, que a cultura é coletiva, pois é compartilhada por um grupo, surgindo da vida prática, na resposta aos problemas específicos encontrados (Russo, 2010, p. 18).

Esses valores “exercem forte influência sobre a maneira como são conduzidos o trabalho e os negócios”, acrescenta Russo (2010, p. 18). Esses valores podem estar descritos em documentos de apresentação de cada organização ou mesmo permanecerem invisíveis. No entanto, quando incorporados integrantes da organização, “exercem grande impacto sobre seus pensamentos e ações”, acrescenta Russo (2010, p. 18).

Pode-se adicionar que a cultura organizacional pode ser a *alma da organização*. Os valores são aprendidos pelo conjunto dos integrantes e compartilhados, sendo validados pela sociedade, pelo sucesso da organização. Shein (*apud* Russo, 2010) descreve que os valores que estão no núcleo da cultura organizacional são “certezas tácitas” e podem até mesmo não ser reconhecidos pelos membros da organização.

Os valores são mais bem aceitos e assimilados pela sociedade quando inspirados no *ethos* dessa sociedade – e, evidentemente, em acordo com o sistema legal dessa sociedade. É possível dizer que há uma tensão, uma correlação de forças

entre as organizações e a sociedade para se estabelecer os valores que possam ser aceitos. Um exemplo, já muito em desuso, é a aceitação de cheques pré-datados. No caso, a confiança mútua é o valor que rege essa negociação e a empresa que eventualmente se valesse do direito de apresentar a ordem de pagamento antes do prazo combinado perderia sua credibilidade.

Os debates públicos que ocorrem em relação aos limites do uso da força policial são uma forma de mediação dos valores aceitos pela sociedade e podem determinar os limites dentro da margem referida anteriormente.

Numa análise preliminar, constata-se que, de maneira geral, os estudantes chegam à APMT com as competências cognitivas desenvolvidas no âmbito de sua formação prévia. No entanto, precisam construir suas habilidades no âmbito das atividades policiais e alinhar suas competências atitudinais ao preconizado para um policial militar.

As características que revestem a atividade policial militar exigem padrões rígidos de conduta profissional, como meio para garantir a qualidade do serviço prestado, a legitimidade das ações desenvolvidas e o necessário respaldo jurídico à atuação dos policiais militares (Marcineiro, 2020, p. 107).

A exemplo de outros assuntos relevantes para a sociedade, a segurança pública é um dos temas que vêm sendo discutido em âmbito acadêmico, em diversos espaços públicos ou não, e em congressos e eventos nacionais e internacionais. Da mesma forma que o crime está cada vez mais globalizado, as propostas de prevenção e combate precisam ser buscadas em todas as esferas possíveis. Dessa forma, são discutidas inúmeras teorias que possam alicerçar melhorias no universo da segurança pública e da qualidade de vida. Assim, surgem inúmeras propostas de temas e disciplinas que possam permear a Segurança Pública, tais como formações ou capacitações em libras, atendimento de grupos vulneráveis, utilização de novas tecnologias, valorização profissional, entre outros.

É necessário salientar a estreita relação que existe entre a atividade profissional e os pilares ético, legal e técnico (Brasil, 2014) – e nem poderia ser diferente, já que esse tripé deve estar presente em qualquer atividade humana. No âmbito formação profissional da área da segurança pública, Balestreri (1998) defende abordagens ética, técnica e legal.

Em linha semelhante, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2010b) propôs os Quatro Pilares da Educação - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, que são aliados às dimensões do conhecimento – saber, saber fazer e saber ser.

É de extrema importância para o presente estudo se cotejar os quatro pilares da Unesco com os três princípios da Matriz Curricular da Senasp (Brasil, 2014), para os princípios didáticos: ético, educacional e didático.

- Ético: os princípios contidos neste grupo enfatizam a relação existente entre as ações formativas e a transversalidade dos direitos humanos, contribuindo para orientar as ações dos profissionais da área de segurança pública num Estado Democrático de Direito.
- Educacional: os princípios contidos neste grupo apresentam as linhas gerais sobre as quais estarão fundamentadas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.
- Didático-pedagógico: os princípios deste grupo orientam as ações e atividades referentes aos processos de planejamento, execução e avaliação utilizados nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública (Brasil, 2014, p. 37).

Nesse sentido, a compatibilidade dos princípios éticos e garantias dos direitos humanos e cidadania é que vai determinar a eficiência da atuação do policial militar. No tocante aos princípios educacionais é de grande valia a flexibilidade, diversificação e transformação, contribuindo para o advento de um processo aberto de ensino e aprendizagem de forma aberta, contribuindo para o fortalecimento do aprendiz. E os princípios didáticos pedagógicos devem permitir uma reflexão crítica que emerge da prática do indivíduo, da experiência profissional e das pessoas que o cercam. Essa reflexão crítica possibilitará o desenvolvimento da universalidade, interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática dos saberes.

A questão dos direitos humanos e suas intercorrências com a atuação e formação da polícia tem despertado muita atenção e discussões polêmicas. Em seus volumes 5 e 6, a coleção *Pensando a Segurança Pública*, editada pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) reitera, em várias pesquisas relatadas, uma mesma condição relacionada à formação profissional dos agentes e que se repete nas abordagens policiais de diferentes públicos vulneráveis. Ainda que descrevam a adição dos temas relacionados aos direitos humanos na formação dos policiais (militares ou civis) e guardas municipais, os textos citam

aspectos que agem como forças contrárias à formação oferecida – descritos como “currículo oculto”, “código das ruas”, “saber prático”, preconceitos enraizados na sociedade ou a concepção dos “direitos humanos como privilégio dos bandidos”. Tal dicotomia se constitui em “[...] ‘zonas de conflito’ entre o campo formativo e o *ethos* profissional” (Duarte *et al.*, 2014, p. 103; Sinhoretto *et al.*, 2014, p. 136; Minayo *et al.*, 2016, p. 23; Trad *et al.*, 2016, p. 60).

Temos aqui que o conhecimento explícito, aquele que, como já foi afirmado, é codificado em documentos oficiais, como os manuais, as apostilas de treinamentos, os próprios treinamentos, portarias, ofícios, não conseguem superar o conhecimento tácito ou implícito, ou seja, aquele adquirido e transmitido informalmente, nas ruas e nos contatos entre os agentes e outras pessoas. Se nas organizações que funcionam em ambientes fechados, em edifícios, fala-se em “rádio-corredor”, a polícia, por sua atuação nas vias urbanas, acaba por desenvolver esse conhecimento nas ruas.

Apesar dessa perspectiva, é necessário considerar quem nem sempre a cultura ou valores tácitos que proliferam dentro de uma organização são oriundos exclusivamente dela. Eles podem surgir ou derivar de um contexto social mais amplo. Na questão do trabalho policial, por exemplo, sem querer minimizar os aspectos que lhe digam respeito, não seria possível avançar em questões se elas não forem abraçadas pela sociedade como um todo. Será visto adiante, por exemplo, que ausências de políticas públicas impedem que o trabalho policial seja feito plenamente conforme os treinamentos são dados.

Em pesquisa sobre a atuação dos órgãos da segurança pública junto à população LGBT nas cidades de Brasília-DF, João Pessoa-PB e Rio de Janeiro-RJ, Minayo *et al.*, (2016) entrevistaram integrantes da população LGBT e agentes da polícia civil e militar e guardas municipais, incluindo pessoas LGBT que fazem parte dessas corporações. A pesquisa recolheu relatos de crimes contra a integridade física (“assassinatos, brigas de rua, agressões físicas à população LGBT – principalmente travestis”) e de violência psicológica (“xingamentos, humilhações, ofensas e expulsão de estabelecimentos comerciais, discriminação na família e agressões contra casais homoafetivos que expõem publicamente gestos de carinho”). Vários agentes de segurança se disseram afrontados e reclamaram de assédio sexual por parte de pessoas LGBT. “Muitos alegam também que agem (preconceituosamente)

pressionados pela população [em geral] que se sente desrespeitada e incomodada pela presença de manifestações afetivas entre os homossexuais”. Além disso, acrescentam os autores, “na visão de alguns agentes de segurança, o homoerotismo em si é uma violência ou ‘atentado ao pudor’ e, o machismo, compreendido como uma característica da formação policial” (Minayo *et al.*, 2016, p. 18).

Prosseguem os autores:

As demandas para atuar de modo repressivo contra a população homossexual que exhibe comportamento considerado desviante, como é o caso de abuso ou tráfico de drogas ou demonstração de carícias em público são consideradas uma exigência da própria sociedade. Essa visão é reiterada principalmente pelos policiais militares e guardas municipais. Dessa forma há uma retroalimentação do preconceito e da discriminação, num movimento recursivo que enreda a população em seus valores conservadores e as forças de segurança que também os mantêm e os reproduzem (Minayo *et al.*, 2016, p. 19).

Os autores afirmam que a pesquisa demonstra uma “progressiva melhora” no que diz respeito à formação dos agentes de segurança na questão dos direitos das pessoas LGBT. Destaca-se, nesse sentido, “as competências técnicas e operacionais e o compromisso dos agentes com a garantia dos direitos humanos da população em geral”. Entretanto, o estudo aponta que “é unânime a constatação da incipiência e insuficiência do tratamento do tema da diversidade sexual”. Muitos entrevistados argumentam que as capacitações “não os preparam para uma efetiva mudança de comportamento, de atitudes e de valores”, daí não alcançarem o objetivo almejado. “Segundo eles, os preconceitos fazem parte da sociedade e estão cristalizados em muitas pessoas.” (Minayo *et al.*, 2016, p. 23).

Mesmo assim, muitos agentes se sentem capazes de lidar com os grupos LGBT a partir das capacitações que receberam. Houve quase uma unanimidade quanto à “importância da capacitação para promover mudanças de atitude e de comportamentos, ressaltando a reflexão e o debate de que os cursos propiciam.” Os entrevistados manifestaram, também quase em consenso, que as formações devem capacitar os agentes de segurança para o “acolhimento às pessoas LGBT, para o estabelecimento de uma postura compreensiva do policial e para desconstrução de preconceitos e mitos desenvolvendo sua empatia para a interlocução com outro.” (Minayo *et al.*, 2016, p. 23).

A pesquisa também concluiu que, apesar de suas contribuições, as formações realizadas são “pontuais e com dificuldades para alcançar todos os profissionais”, sendo efetivadas ou não de acordo com o interesse de cada governante. “Praticamente todos os entrevistados comentaram a inexistência de uma diretriz institucional sobre como proceder em relação à população LGBT.” (Minayo *et al.*, 2016, p. 23).

Outra pesquisa presente nos cadernos Pensando a Segurança Pública, que aborda a relação dos agentes de segurança com a população LGBT, é relatada por Prado *et al.*, (2014) em artigo intitulado “Segurança pública e população LGBT: formação, representações de homofobia.” Para os autores, a homofobia se caracteriza como um “sistema de humilhação cotidiano e generalizado, que se expressa pelas ações de indivíduos, grupos e instituições, de forma a manter ou criar mecanismos coercitivos da adequação dos indivíduos às normas hegemônicas de gênero/sexualidade.” (Prado *et al.*, 2014, p. 68).

Assim, para os autores, “esse sistema de humilhação se retroalimenta no silenciamento e na ausência de políticas específicas de combate ao preconceito e de promoção dos direitos de minorias” e “constitui elemento decisivo na educação e na formação profissional, indo desde as formas de exclusão mais sensíveis até as formas de violências físicas e psicológicas mais cruéis.” (Prado *et al.*, 2014, p. 68).

O preconceito racial é discutido em três artigos das edições 5 e 6 dos Cadernos de Segurança Pública – nos relatos de pesquisas realizadas por Duarte *et al.* (2014), Sinhoretto *et al.*, (2014) e Trad *et al.* (2016).

Duarte *et al.* (2014) salientam que, apesar de serem presentes na lida cotidiana da ação policial, temas com potencial discriminatório, incluindo racismo e machismo, ainda são pouco estudados nas formações de policiais. Na análise dos autores, estes temas “não estão presentes no conjunto da formação de modo transversal ou estão confinados, quase sempre, em determinadas disciplinas mais amplas sobre direitos humanos ou grupos vulneráveis.” (Duarte *et al.*, 2014, p. 103).

Os autores ratificam o contraste e desequilíbrio entre o conhecimento formalizado codificado e o conhecimento subjacente:

[...] Ao mesmo tempo em que os referidos cursos são a base da formação do profissional de Segurança Pública – e por isso merecem atenção-, a literatura

aponta, o que foi reprisado em vários dos depoimentos dos Grupos Focais, que a atuação das policiais se pauta menos nessa formação institucional de base e mais na formação que advém da vivência cotidiana da profissão. Em outras palavras, em detrimento da aplicação dos conceitos e habilidades desenvolvidos a partir do currículo oficial, a prática policial está intensamente fundada no que se chamou anteriormente de 'currículo oculto' [...] que compõe o 'código das ruas' (Duarte *et al.*, 2014, p. 103).

No texto intitulado “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?”, anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília Curitiba e Salvador, os autores sugerem duas estratégias. A primeira é fortalecer a “cultura de valorização da igualdade formal, referindo-se apenas aos procedimentos corretos que, caso adotados, eliminariam a discriminação”. A segunda estratégia consiste em fomentar a empatia, estimulando a “compreensão da sociedade brasileira com suas contradições e conflitos, inclusive a dimensão do racismo institucional, apresentando instrumentos não apenas para tratar igualmente, mas para filtrar o racismo social e institucional.” (Duarte *et al.*, 2014, p. 103).

A pesquisa “A filtragem racial na seleção policial dos suspeitos de suspeitos: segurança pública e relações raciais”, realizada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal, investigou “a existência de mecanismos de filtragem racial na abordagem policial e as respostas institucionais construídas pelas polícias militares” (Sinhoretto *et al.*, 2014, p. 121).

Uma das constatações mais relevantes foi observada no Rio de Janeiro, onde “foi possível verificar que o modo pelo qual o conhecimento da rua informa e orienta a ação policial tem implicações na forma como a abordagem policial se efetiva no espaço público.” Conforme a pesquisa,

[...] Os manuais da PMERJ possuem um papel secundário na abordagem policial, sendo que é a prática da rua que confere elementos ao policial para a prática da abordagem e da construção dos tipos suspeitos: ‘o fazer policial se aprende na rua e na prática cotidiana da atividade policial’ (Sinhoretto *et al.*, 2014, p. 136).

Também evidenciando o antagonismo entre os conhecimentos explícito e tácito, com preeminência desse, a pesquisa mostra que “para as polícias há uma polarização entre o conteúdo formativo das academias e o ‘fazer policial’. Os policiais estão

submetidos a critérios e normas que organizam sua atividade, mas não necessariamente regulam o modo de se ‘fazer polícia’ na rua (Sinhoretto *et al.*, 2014, p. 137).

Além disso, a pesquisa concluiu que

A análise estreita das entrevistas permitiu compreender que os ‘tipos suspeitos’ são construídos pelos policiais, a partir de critérios estigmatizantes que informam a ação policial. Ainda que muitas vezes a cor da pele não seja a principal característica apontada pelos policiais, este diacrítico, associado com a corporeidade, tipo de vestimenta, local, horário, é um dos elementos que deteriora a identidade do abordado, reiterando a lógica da suspeição policial, transformando o estado de sua identidade: de cidadão a potencial suspeito (Sinhoretto *et al.*, 2014, p. 137).

A disparidade entre os conhecimentos formal e informal novamente surge em Trad *et al.*, (2016), e mais uma vez o conhecimento informal se sobrepõe.

O enfoque temático dos direitos humanos enquanto componente curricular obrigatório da formação policial enfrenta desafios de ordem cultural e metodológica na medida em que, no quadro de mentalidades da corporação militar coexistem com concepções correntes que se comunicam com a lógica da construção dos ‘direitos humanos como privilégio de bandidos’ e por conseguinte instituiu os direitos humanos no lado oposto aos interesses da corporação militar, o que cria ‘zonas de conflito’ entre o campo formativo e o Ethos profissional (Trad *et al.*, 2016, p. 59).

No artigo “Segurança pública questões raciais: abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros”, em que relatam pesquisa realizada nos municípios de Salvador, Fortaleza e Recife, Trad *et al.*, (2016) revelam também que os entrevistados reconhecem “avanços advindos na reestruturação dos currículos de formação inicial básica”, mas apontam “limitações e dificuldades enfrentadas no campo da formação policial militar no Ceará, que afetam a qualidade da prestação dos serviços de segurança pública.” São listadas três limitações: (1) o predomínio dentro da estrutura curricular da formação geral sobre aspectos técnico-profissionais; (2) diminuição do tempo de capacitação e da carga horária na formação inicial de policiais de ponta, e (3) falta de regularidade de uma educação permanente em serviço. Esse último item afeta em especial os agentes lotados em unidades de policiamento ordinário e comunitário (Trad *et al.*, 2016, p. 59).

Ao descrever os resultados de pesquisa sobre os desafios políticos e pedagógicos relacionados à segurança pública e população de rua nas cidades de

Cuiabá-MT, Belém-PR e São Luís-MA, Castilho, Rondon Filho e Carvalho (2016) destacam que sobressaiu a defesa de preparação adequada para lidar com a população em análise, desconstruindo o preconceito e a intolerância, “sem deixar de ensinar a técnica necessária à formação e atuação profissional do policial.” (Castilho; Rondon Filho; Carvalho, 2016, p. 90).

Nesse caso, os entrevistados defendem que o atendimento à população de rua deva ser prioritariamente uma ação social antes de ser uma ação policial e sugerem que seja dado auxílio à preparação e inserção no mercado de trabalho. Para isso, a população e os políticos deveriam ter maior envolvimento, “retornando o discurso de que não basta retirar da rua aquele que lá está, pois tal condição exige oportunidades para recomeço da vida fora daquele ambiente.” (Castilho; Rondon Filho; Carvalho, 2016, p. 90).

A complexidade das relações que envolvem os profissionais de segurança pública e a população em situação de rua apenas reflete a complexidade da nossa sociedade e nos leva a refletir o quão difícil é tentar entender a natureza humana e este mundo relacional em que vivemos (Castilho; Rondon Filho; Carvalho, 2016, p. 91).

Os autores também detectam na pesquisa a dissonância entre a teoria e a prática policial. Mas, nesse caso, a causa apontada está mais na inexistência de “redes de atendimento, ficando latente na fala de alguns entrevistados a sensação de impotência ante o quadro encontrado na realidade” (Castilho; Rondon Filho; Carvalho, 2016, p. 91).

Ou seja, ainda que o preconceito possa estar presente, nesse caso, parece claro que se o treinamento orienta para o acolhimento, há necessidade de que exista uma estrutura (espaço e pessoas) trabalhando para que esse acolhimento ocorra. E, ainda nesses casos, a natureza ou forma de acolhimento (se compulsório ou não, se focado em inserção no mercado de trabalho, se focado na saúde mental, entre outras perspectivas mais ou menos polêmicas) transcende o trabalho do agente de segurança, que é chamado para solucionar uma questão imediata e pontual. E pode ser chamado inúmeras vezes para atender ocorrências.

Mais do que trabalhar pelo desenvolvimento da formação plena dos seus estudantes, proporcionando-lhes a oportunidade de ampliar seus conhecimentos,

habilidades e atitudes, para que possam aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade, a própria APMT deve adotar na prática sua proposta de ensino-aprendizagem. Uma das alternativas é que a APMT ofereça um atendimento especializado, por uma equipe multidisciplinar, aos discentes em situação de vulnerabilidade. A equipe será formada por psicopedagogos, psicólogos, bibliotecários e outros profissionais que irão auxiliar no desenvolvimento das competências sugeridas para a formação do policial militar.

3.7 COMPETÊNCIAS CRÍTICAS DO FUTURO DOCENTE NA PMSC

O mundo novo, repleto de transformações, exige mudanças nos mais diversos campos sociais. E como sempre “A globalização e os avanços das tecnologias da informação e da comunicação imprimem às primeiras décadas desse século a necessidade de repensar, dentre tantos outros aspectos, os processos formativos e suas formas de certificação.” (Brasil, 2014, p. 18-19).

Nesse sentido, os professores também precisam reconfigurar sua forma de agir, tornando-se sempre mais apoiadores ou facilitadores do processo de desenvolvimento das competências empreendidas pelos alunos, entre as quais estão as competências digitais. As novas tecnologias de informação e comunicação trazem consigo o potencial de estabelecer novas relações pedagógicas entre docentes e estudantes. Neste contexto, os professores precisam motivar os alunos a buscar uma compreensão mais profunda dos conceitos e orientá-los na busca e avaliação crítica da informação (Claro; Castro-Grau, 2023).

Já no âmbito da UFSC, o tema é tratado da seguinte forma:

[...] os avanços nas comunicações digitais, internet das coisas (IoT), inteligência artificial, blockchain e toda a transformação digital que está atingindo todos os setores da atividade humana, estão transformando fundamentalmente a maneira como vivemos, trabalhamos, comunicamos, processamos conhecimento e aprendemos. (UFSC, 2021, p. 9).

Na área de administração, mais especificamente, no âmbito da gestão de pessoas e recursos humanos, o termo competência assume dois significados. Um deles no sentido dos requisitos que uma pessoa deve ter para demonstrar o

desempenho necessário. O segundo sentido é o da entrega, o resultado do trabalho, ou seja, o próprio desempenho competente (Steil, 2006).

Outro conceito recorrente na área educacional é o da educação continuada, que tem como um de seus pilares a ideia do aprender a aprender. Nesse modelo, o foco do professor não está na transmissão de conteúdo, e sim no apoio ao desenvolvimento da autonomia do estudante em aprender – reconhecer suas necessidades e saber identificar fontes adequadas e corretas das informações necessárias a cada objetivo que tenha. Esse modelo requer do professor a capacitação compatível com as necessidades de atualização dos currículos das diversas disciplinas, alinhado com o objetivo da instituição.

Nesse sentido e

de acordo com Perrenoud *et al.*, (2001), o termo ‘currículo’ não significa simplesmente o conjunto das disciplinas de um curso, ou o conjunto de conteúdos programáticos, mas abrange também a expressão de princípios e metas do projeto educativo, que deve ser flexível, possibilitando a promoção de debates e sua reelaboração em sala de aula, a partir da interação entre os sujeitos que compõem o referido processo. (Brasil, 2014, p. 18).

Outra forma de conceituar currículo é como “o conjunto das aprendizagens que se pretende provocar nos alunos de um ciclo” (Perrenoud, 2000, p. 112).

O aprender a aprender compreende mais do que apenas acumular informação, mais do que a quantidade de informação, a capacidade de utilização crítica e criativa do conhecimento. Por isso,

a Matriz Curricular Nacional fornece, no mapeamento das competências, nos significados dos eixos articuladores e das áreas temáticas, no desenho da malha curricular, nas diretrizes pedagógicas e na proposta metodológica, subsídios e instrumentos que possibilitam às instituições de ensino de segurança pública a planejarem as ações formativas (inicial e continuada) para que os profissionais da área de segurança pública possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho (Brasil, 2014, p. 18).

Ao refletir sobre tais explicitações, pode-se concluir que as instituições de ensino precisam continuamente analisar seus processos para a devida adequação ao modelo. Da mesma forma que os indivíduos, as instituições precisam aprender a aprender. Nesse sentido, observa-se que a APMT necessita de uma revitalização dos

currículos dos docentes para que eles possam se habilitar com o intuito de desempenhar suas funções com eficiência e qualidade, especialmente no que tange à interação professor-aluno.

A gestão do quadro de docência, nesse caso, deve seguir os parâmetros da gestão de pessoas no setor público, que, segundo Bergue (2010, p. 18), precisa estar focada no “suprimento, na manutenção e no desenvolvimento de pessoas nas organizações públicas, em conformidade com os ditames constitucionais e legais, observadas as necessidades e condições do ambiente que se inserem”. Como “qualquer recurso escasso”, a gestão dos recursos humanos, no caso, de docentes de uma instituição educacional, passa por aquilo que o autor cita (e grifa) como “*ciclo administrativo*” e que

Envolve um conjunto de ações preliminares de *planejamento* das necessidades mútuas entre a organização e as pessoas, o *arranjo dos recursos* necessários à satisfação dessas necessidades, seguido dos esforços de *direção* desse conjunto orientado pelo vetor resultante do produto dos objetivos institucionais e individuais, constantemente balizado pelo *cotejo entre o desempenho efetivo e previsto*, com vistas às correções de curso do processo (Bergue, 2010, p. 112).

Nesse sentido, a gestão do quadro docente, incluindo seu aperfeiçoamento, a gestão das competências necessárias ao atendimento das demandas.

Em estudo sobre os motivos do desenvolvimento escolar não uniforme, Perrenoud (2000) trata da utilização de pedagogias diferenciadas, da individualização dos itinerários formativos e da transferência do conhecimento. Pedagogias diferenciadas são aquelas que respeitam as diferenças entre os estudantes para propor formas alternativas de ensino para os diferentes públicos que existem dentro de uma escola, incluindo alternativas de individualização do ensino.

Pedagogias diferenciadas e individualizadas implicam oferecer situações “fecundas de aprendizagem”, uma “educação sob medida.” E “é o sonho de todos aqueles que acham absurdo ensinar as mesmas coisas no mesmo momento, com os mesmos métodos, a alunos muito diferentes.” (Perrenoud, 2000, p. 9).

Já a transferência do conhecimento se caracteriza pela apropriação e utilização do conhecimento em situação diversa daquela em que ele tenha sido

apreendido. Ou seja, o conhecimento adquirido ou construído em um contexto é utilizado (transferido) para outro contexto. O autor explica que:

Em geral, a transferência é definida como a capacidade de um sujeito para *reinvestir* suas aquisições cognitivas, no sentido mais amplo, em situações novas. [...] Sem um mínimo de transferência, toda aprendizagem seria, portanto, totalmente inútil, visto que corresponderia a uma situação passada e não reprodutível em sua singularidade (Perrenoud, 2000, p. 56).

Dessa forma, a transferência é a ferramenta orientada para a construção de competências. “Trabalhar a competência equivale a formar para competências mais do que apenas para conhecimentos.” O autor Perrenoud acrescenta que “a competência é uma capacidade de produzir hipóteses, até mesmo saberes locais que, se já não estão ‘constituídos’, são ‘constituíveis’ a partir de recursos do sujeito.” (Perrenoud, 2000, p. 69).

Perrenoud prossegue:

[...] toda competência é transversal, no sentido de que ela *atravessa* diversas situações e não se encerra na situação inicial. Mesmo uma competência estritamente disciplinar é, a esse respeito, transversal. Ela é, de certa maneira, uma ‘promessa de transferência’. A competência é indissociável da capacidade de enfrentar o novo com a condição de que se possa reduzi-lo ao conhecido (Perrenoud, 2000, p. 69).

Perrenoud (2000) cita Le Boterf (1995), para quem o potencial da competência não está no estoque inicial de conhecimento ou mesmo na capacidade de transformar e atualizar esse conhecimento inicial. Nessa condição, a competência se efetiva na capacidade de gerar novas informações com base nas informações existentes.

As especificidades do ensino policial militar e a pertinência de um regimento próprio são reconhecidos na legislação educacional desde 1971. Ao longo desse tempo, as instituições de ensino de segurança pública buscaram a certificação e validação de seus cursos e o necessário reconhecimento nos Conselhos Estaduais de Educação, por meio de alternativas como parcerias com universidades ou a aprovação de legislação própria no âmbito dos estados federados.

Ainda que hierarquia e disciplina estejam nas fundamentações do ensino policial militar, é necessário que haja um olhar diferenciado no que diz respeito ao processo de formação, ensino e aprendizagem. As parcerias com outras instituições

de ensino são um passo importante, especialmente para a formação do docente com a visão multidisciplinar.

3.7.1 Interações necessárias do professor

É importante para o bom desenvolvimento do processo de aprendizagem que o professor de uma disciplina entre em contato com os colegas que lecionam a mesma disciplina naquele semestre ou em outros, para juntos discernir melhor o que é necessário que os alunos de determinado curso aprendam com aquela disciplina para sua formação profissional.

A área de conhecimento de uma disciplina é muito extensa e bastante profunda. Não se trata de o aluno vir a conhecer tudo que ela pode oferecer, mas as informações próprias para o curso que frequenta. Juntos, os professores dessa disciplina poderão identificar melhor o que é necessário que o aluno aprenda naquele curso e como fazer para que a aprendizagem daquela disciplina seja significativa.

Assim procedendo, o professor, embora seja o único no comando da aula, levará para sua ação docente a experiência de todo um grupo de especialistas na matéria.

Além disso, seria igualmente importante que os professores das diversas disciplinas lecionadas no mesmo semestre, ou em anteriores ou posteriores, pudessem se encontrar para analisar as possibilidades de integração entre elas, uma vez que todas cooperam para a formação do profissional. Por vezes, assuntos podem se complementar, temas poderiam não se repetir, situações e experiências profissionais poderiam ser exploradas conjuntamente, cases estudados com a participação de diversas disciplinas, projetos realizados com a participação de várias cadeiras, visitas técnicas preparadas, executadas e debatidas com mais de um professor. Esses são exemplos de interação entre professores que facilitam e promovem aprendizagem.

A interação professor-aluno, tanto individualmente quanto com o grupo, destaca-se como fundamental no processo de aprendizagem e se manifesta na atitude de mediação pedagógica por parte do professor, na conduta de parceria e corresponsabilidade pelo processo de aprendizagem entre aluno e professor e na aceitação de uma relação entre adultos assumida por professor e aluno.

Por mediação pedagógica se entende a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador e incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem.

A forma de apresentar e tratar um conteúdo ou tema é o que de fato ajuda o aprendiz a coletar informações, relacioná-las, organizá-las, manipulá-las, discuti-las e debatê-las com seus colegas, com o professor e outras pessoas (interaprendizagem), até chegar a produzir um conhecimento que seja significativo para o aprendiz, que se incorpore ao seu mundo intelectual e vivencial e ajude a compreender sua realidade humana e social, e mesmo a interferir nela.

Citando Perez e Castillo, em obra de 1999, Masetto (2010), observa que a mediação pedagógica estabelece caminhos para as relações dos estudantes com seu aprendizado, envolvendo seus colegas e professores, seu contexto e seu futuro e com materiais e textos que integram esse processo.

Para o autor, “a mediação pedagógica coloca em evidência o papel de sujeito do aprendiz, fortalecendo-o como ator de atividades que lhe permitirão aprender e alcançar seus objetivos”. (Masetto, 2010, p. 31)

Masetto também relaciona características da mediação pedagógica:

- dialogar permanentemente de acordo com o que acontece no momento;
- trocar experiências;
- apresentar perguntas orientadoras;
- auxiliar nas carências e dificuldades técnicas ou de conhecimento quando o aprendiz não consegue se conduzir sozinho;
- garantir a dinâmica do processo de aprendizagem;
- propor situações-problema e desafios;
- desencadear e incentivar reflexões;
- criar intercâmbio entre a aprendizagem e a sociedade real onde nos encontramos, nos mais diferentes aspectos;
- colaborar para estabelecer conexões entre o conhecimento adquirido e novos conceitos, fazendo a ponte com outras situações análogas;
- colocar o aprendiz frente a frente com questões éticas, sociais, profissionais, conflituosas;
- por vezes, colaborar para desenvolver a crítica com relação à quantidade e validade das informações obtidas;
- cooperar para que o aprendiz use e comande as novas tecnologias para aprendizagem e não seja comandado por elas ou por quem as tenha programado;
- colaborar para que se aprenda a comunicar conhecimentos, seja por meios convencionais, seja mediante novas tecnologias. (Masetto, 2010, p. 30-31)

A atitude de parceria e corresponsabilidade entre professor e aluno, visando desenvolver o processo de aprendizagem, estabelece-se e fortifica-se mediante atitudes e comportamentos que os colocam juntos, lado a lado, trabalhando pelos mesmos objetivos como equipe de trabalho.

Tais atitudes estão longe daquelas que, por vezes, ainda são encontradas, ou seja, o professor que consciente ou inconscientemente se coloca como obstáculo a ser vencido pelo aluno para que esse se forme, ou que entende que as funções de professor e aluno são dicotômicas, isto é, cada um deve fazer sua parte no processo, independentemente do outro. Se ambos cumprirem com suas obrigações, a aprendizagem acontecerá. Se porventura ela não se realizar, a responsabilidade recai sobre o aluno que não conseguiu dar conta de sua tarefa.

Parceria e corresponsabilidade começam com um pacto entre alunos e professor para, juntos, buscarem aprendizagem (desenvolvimento pessoal e profissional, como visto). E, para que haja um compromisso, o primeiro passo é abrir uma discussão sobre a razão de se encontrarem naquela situação de professores e alunos e o que vão juntos buscar. Dialogar sobre a situação de ser um grupo, e como tal deve-se conhecer (quem são, o que fazem ali...) e definir alguns interesses comuns que os unam.

É o momento de envolver a classe na discussão de programação dos trabalhos que poderão ser realizados. Ouvir as expectativas e necessidades dos alunos quanto ao que poderiam aprender naquela disciplina, conhecer seus interesses, identificar a falta de motivação, demonstrar a relação da disciplina com outras do curso e com a vida profissional, responder às dúvidas e a outras questões que os alunos possam ter, saber se já ouviram falar do conteúdo da disciplina, que tópicos conhecem e de onde obtiveram essas informações, comentar como membro do grupo quais assuntos precisam ser estudados naquela disciplina e por quê.

É também o momento de organizar com a classe o conteúdo da disciplina relacionando os vários tópicos com a realidade profissional dos alunos, procurando trazer o dia a dia para a sala de aula, fazendo-os realizar ou levantar aplicações práticas do assunto, organizando-os por grandes temas que integrem o maior número de informações, permitindo, assim, que o aluno desenvolva a aprendizagem de conhecimentos integrados.

Pode-se também dialogar com os alunos sobre quais técnicas devem ser utilizadas nas aulas. Mostrar-lhes a importância de estar aproveitando o período das aulas para estudar, ler, debater, resolver casos, fazer exercícios, discutir casos clínicos, participar de aulas expositivas etc. Ajudar os alunos a perceber que o espaço de aula não é apenas para o professor falar e o aluno ouvir, mas um tempo para ambos trabalharem no sentido de a aprendizagem ocorrer. Para tanto, será necessária uma preparação de leitura e estudo fora do período de aula. As aulas, então, serão desenvolvidas com técnicas que motivem os alunos, diversificando a forma de aprender, incentivem a participação, propiciem a integração do grupo e explorem a possibilidade da interaprendizagem.

A revisão do processo de avaliação colabora eficazmente para uma atitude de parceria e corresponsabilidade. Ela deve ser vista como uma contínua informação ao aluno e ao professor sobre o desempenho do primeiro, de modo a saber se está aprendendo ou não, o que deverá ser feito caso esteja com dificuldades e como superá-las. Fazer da avaliação um processo sem tensão, voltado a identificar o que o aluno aprendeu e motivá-lo a aprender o que ainda não foi capaz, é uma forma de solidificar a coparticipação. Ao se avaliar o desempenho do professor e a adequação do programa em desenvolvimento demonstra-se que os vários integrantes de um processo de aprendizagem são corresponsáveis por ela, e não apenas os alunos.

Desenvolver por parte do professor e do aluno uma relação entre adultos pode parecer algo utópico, uma vez que, na percepção de muitos professores não existe por parte do aluno tal condição: ainda são jovens, quase adolescentes, e como tais um tanto irresponsáveis. É um grande desafio.

Não se defende que os alunos do ensino superior demonstram a mesma maturidade que os professores. No entanto, desde o início da faculdade, o estudante do ensino superior é capaz de iniciar e desenvolver um relacionamento adulto com seus professores, o qual se caracteriza por assumir com responsabilidade o processo de aprendizagem. É notável que, como o desenvolvimento de um comportamento adulto sempre é um processo, contará com momentos de atitude de maturidade e outros em que o aspecto adulto deixa a desejar, aliás, o que também acontece com os professores. Mas perseverança em continuar com o processo é fundamental.

Espera-se que o aluno que firme com o professor e com os colegas um compromisso de se empenhar para levar a frente o plano de trabalho, de maneira cooperativa, respondendo por sua parte tanto ao realizar as atividades programadas como ao deixar de cumprir o combinado, o que então o levará a discutir com o professor e com os colegas de que maneira poderá recuperar os conteúdos.

Propõe-se então que a relação entre professor e aluno parta do princípio de que ambos são capazes de assumir um processo de aprendizagem, de que o aluno está apto a trabalhar em parceria com o professor e com os colegas para aprender.

Esse relacionamento adulto pode ser facilitado centrando-se a aprendizagem em problemas e experiências significativas para o aprendiz, deixando claros os objetivos que se pretende alcançar, quando se tratar de mudança de comportamento, motivar o aluno para tal, fazendo que ele perceba a inadequação do comportamento anterior. Os adultos podem ser fortemente motivados para aprender nas áreas relevantes para o desenvolvimento de suas tarefas e de seus papéis sociais e profissionais; aprender mediante variados estilos de aprendizagem e por diferentes caminhos que precisam ser respeitados; aprender pela troca de ideias, por informações e experiências.

Desenvolver uma reflexão crítica é fundamental para o adulto, permitindo-lhe conhecer diferentes teorias e pontos de vista, discutir alternativas para o exercício de sua profissão, dialogar sobre os valores embutidos nas soluções técnicas apresentadas, analisar as perspectivas do mundo social e político.

Participar efetivamente em todas as atividades programadas, trazendo sempre sua colaboração fundamentada, buscar explicitar sempre o significado das aprendizagens que se propõe a adquirir, desenvolver uma aprendizagem significativa (como já considerado antes), definir claramente objetivos e metas, bem como recursos adequados e eficientes, e criar um sistema de *feedback* contínuo, esses são aspectos importantes e fundamentais que precisam ser combinados entre professor e aluno e pavimentam uma relação forte de compromisso entre parceiros adultos, em um processo de aprendizagem, assumindo ambos as consequências quando não realizado o combinado, abrindo-se novas chances de acertos.

Aprendizagem significativa é um conceito desenvolvido por David Ausubel, psiquiatra americano e professor emérito da Universidade de Columbia, em Nova York. Em sua carreira acadêmica, focou os estudos na psicologia educacional.

Para Ausubel, a psicologia educacional tem interesse “em propriedades de aprendizagem, que possam ser relacionadas a meios eficazes de deliberadamente levar a mudanças na estrutura cognitiva” (Ausubel, 1968, p. 8).

Diversos autores em todo o planeta estudam as teorias de Ausubel. Farias (2022) destaca:

Quanto às contribuições de Ausubel, a aprendizagem significativa acontece quando uma nova informação interage com outra existente na estrutura cognitiva do sujeito, levando à aprendizagem. A teoria desse autor propõe a explicação do processo de assimilação que ocorre com o indivíduo na construção do conhecimento e na organização de significados em sua estrutura cognitiva. Fica evidente na teoria de Ausubel que se deve partir do que o sujeito já conhece e de sua história, sendo esta a base para uma aprendizagem significativa. Ele descreve que o profissional deve estar atento a fazer intervenção, tanto para a apresentação do conteúdo como para as formas de organização desse conteúdo, levando em consideração a formação da estrutura cognitiva do indivíduo, e traz importantes contribuições para diversas áreas do conhecimento, principalmente, para o campo da Competência em Informação (Farias, 2022, p. 74).

A prática de trabalhar com a educação de adultos supõe, por parte dos professores, estabelecer um clima físico (desde a arrumação das carteiras em círculo até o emprego de técnicas participativas que permitam deslocamentos no espaço de aula) e psicológico que propicie uma atmosfera de mútuo respeito e confiança entre os participantes, enfatizando assim a aprendizagem como algo agradável; envolver os participantes no diagnóstico de suas necessidades e encorajá-los a identificar recursos e estratégias que lhes permitam atingir os objetivos; compartilhar com os alunos a avaliação de sua aprendizagem.

A terceira dimensão de interação do professor (professor-professor, professor-aluno) diz respeito à interação do professor com a direção. Essa também é um participante importante no processo de aprendizagem.

O professor necessita interagir com o coordenador de disciplina, pois este é o responsável para levar as demandas necessárias para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça da melhor forma possível, deverá ser o principal interessado para que o processo de aprendizagem se realize da melhor forma possível. Informar

o que se pretende fazer, os resultados esperados, motivar e interessar os alunos como participantes eletivos do processo de aprendizagem.

E o professor precisa de:

- apoio;
- alguns recursos pedagógicos;
- utilização de espaços físicos;
- recursos para atividades fora do espaço tradicional das aulas;
- equipamentos como computadores, internet, *softwares*;
- apoio para adaptações no sistema de avaliação;
- recursos para realizar visitas técnicas;
- aprovação para uma reorganização do próprio currículo.

Enfim, é preciso que a direção conheça e aprove as mudanças no processo de aprendizagem para se poder contar com seu apoio e seu envolvimento. Se, porventura, essa interação se mostrar muito difícil ou mesmo impossível no momento, deve-se esperar outra oportunidade. Enquanto isso, segue-se com propostas de melhorar o processo de aprendizagem nos cursos de graduação.

Essa interação fecha o círculo de interações do professor com vários integrantes do processo de aprendizagem. Mas há outro membro desse processo – o aluno – cujo comportamento de interação é preciso comentar.

3.8 TEORIAS DE APRENDIZAGEM

Ao se estudar o tema competências, é relevante que se compreenda os aspectos relacionados a um dos seus pilares, o conhecimento. A primeira condição a se considerar é que, de acordo com texto publicado pela UFSC, “o conhecimento é o resultado de uma análise sistemática da nossa experiência sensorial, de um ‘knowable’ da realidade externa.” Então, o papel central dos sistemas cognitivos (como é o cérebro), “é representar este mundo com a maior precisão possível”. Por ser o conhecimento de caráter universal, objetos ou situações devem ter a mesma representação, mesmo que em distintos sistemas cognitivos (UFSC, 2021, p. 25).

O mesmo texto acrescenta que:

O conhecimento é possível de ser codificado e armazenado e, da mesma forma, de ser transmitido a outros, em resumo, pode-se concluir que, segundo esta abordagem, a maior responsabilidade da engenharia, da gestão e das mídias do conhecimento está na ênfase colocada na posse dos conhecimentos, que estão localizados na mente do sujeito do conhecimento. O conhecimento existe a priori e independentemente do objeto de conhecimento a ser conhecido, que não gera conhecimento no ato de apropriação (UFSC, 2021, p. 26).

Expressões como “o conhecimento” transmitem uma ideia – equivocada – de que o tema seja uma espécie de “corpo único”, que possa ser apropriado, codificado, armazenado e transmitido, como se fossem objetos, que possam ser acumulados no cérebro. Como se a cada dia, um estudante, um estudioso, um leitor, acumulasse um pouco mais de peças “em prateleiras” de seu cérebro. Mas o conhecimento tem outra natureza. Não funciona como um acúmulo de objetos físicos.

Teorias da aprendizagem oferecem respostas, ainda que metafóricas, a essa questão. Um exemplo é a teoria construtivista, fundamentada pelo biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço Jean Piaget, e pelo psicólogo bielorrusso Lev Semionovitch Vygotsky. Piaget fundamentou o construtivismo na epistemologia genética, que “parte do princípio de que o saber não está concluído, mas num processo constante de construção na relação com o meio.

Para Piaget, há um processo de “equilibração progressiva” na aquisição do conhecimento – “de um estado de menor equilíbrio para um estado de equilíbrio superior.” Dessa forma, “o conhecimento é construído por meio da ação, da elaboração e da geração de aprendizado fruto da conexão do material e social, a partir dos símbolos produzidos e interações vivenciadas (UFSC, 2021, p. 26).

Nesse sentido, Santos e Rados – citando escritos de Takeuchi, 2001, e de Von Krogh, Roos e Solum, de 1994 – destacam que:

Na abordagem construtivista, a cognição é um ato criativo que permite evidenciar um mundo, e o conhecimento é criado por meio do processo de interpretação e da cognição social, ligado à observação [...]. Esta abordagem está de acordo com a tradição intelectual japonesa, na qual o conhecimento envolve sentimentos, valores e crenças, e não é visto simplesmente como dado ou como informação que podem ser armazenados (Santos; Rados, 2020, p. 68).

Sendo assim, é primordial que o aprendiz desenvolva sua capacidade de criação e desenvolvimento do conhecimento, de forma a atender a demanda de cada disciplina ou curso.

3.9 EPISTEMOLOGIA CONEXIONISTA

O termo conexão é chave no mundo contemporâneo, marcado pelo avanço das comunicações, instantâneas, via internet, pelas redes sociais e pelo advento da chamada “internet das coisas” (IOT, na sigla em inglês) – dentro do contexto da indústria 4.0 ou manufatura avançada. As pessoas se conectam ou reconectam por meio de redes sociais. Essas redes podem ser abertas ao mundo ou limitadas à agenda telefônica e ainda conter os mais variados objetivos, como entretenimento, relacionamentos afetivos ou sociais, compartilhamento de opiniões ou informações ou desenvolvimento profissional (*networking*).

Conforme Gomes,

[...] o futuro da rede nos reservou uma *rede ubíqua*, isto é, uma rede que acessamos por meio de diferentes dispositivos, em diferentes ambientes e numa oferta tal que, em qualquer lugar e circunstância, estamos conectados ativa ou passivamente (Gomes, 2015, p. 69, grifo do autor).

As pessoas podem se expor mais ou menos, de acordo com o perfil de cada um. Podem compartilhar imagens de qualquer gênero, informações pessoais ou profissionais, seus compromissos diários. Podem consumir gêneros de qualquer natureza e mesmo produtos da indústria cultural.

Ao se tratar de internet das coisas ou indústria 4.0, percebe-se que máquinas e equipamentos podem estar conectados. Por exemplo, quando um cliente conclui um pedido de um produto, a autorização para a sua fabricação pode ser automática, sem que passe por uma pessoa. As máquinas recebem a informação diretamente do *software* de *e-commerce* que intermediou a venda.

Da mesma forma, as pessoas podem ter sua casa automatizada, com informações disponibilizadas via internet. Da mesma forma, em maior ou menor intensidade, cada indivíduo pode ter seu cotidiano automatizado – por exemplo, sua

agenda de compromissos sincronizada com o aplicativo de transporte urbano ou sua lista de compras associada ao cardápio recomendado por um nutricionista.

De outro lado, os algoritmos possibilitam também que cada indivíduo receba informações alinhadas aos temas sobre os quais trata na internet, ou até mesmo comenta em voz alta – e é captada pelo microfone do *smartphone* ou algum outro dispositivo que captura a voz. Os serviços de *streaming* de áudio ou vídeo oferecem alternativas de acordo com o consumo anterior de cada pessoa.

Gomes (2015) alerta para novos problemas que surgem nesse contexto de hiperconectividade, como por exemplo, o motorista se perde ao seguir as sugestões de um GPS equivocado.

Esse tipo de contradição emerge do desafio, enfrentado pela engenharia de *software*, em fazer que os aplicativos sejam tão independentes que por fim se tornem à *prova* de usuário. No limite, porém, isso significa que o usuário nem sabe que está usando um aplicativo, o que pode implicar dilemas technoéticos. Por exemplo, a fim de facilitar a vida do consumidor, o *site* de busca de compras que ele regularmente consulta começa a, de forma *transparente ao usuário*, coletar informações sobre os seus padrões de compra, armazenar essas informações e criar um consultor virtual, que, discretamente, *sugere* melhor compra. Por meio de qual contrato entre usuário e *site* isso está sendo realizado? (Gomes, 2015, p. 69, grifo do autor).

São inúmeros os exemplos que confirmam que “conexão” é a palavra-chave do século 21. Há que se observar que, para além desses aspectos, o ser humano tem em sua natureza a vida em grupo ou em sociedades, sendo que entre as mais antigas formas de conexão estavam as realizadas por sinais de fumaça ou sonoros (como tambores), evoluindo de maneira substantiva até as descritas anteriormente, especialmente com o advento do rádio, da TV, do computador, da informática e da internet, que surgiram ao longo do século 20 e que deixaram a sociedade humana hiperconectada. É o que Castells (2011) descreve como “Sociedade em Rede”, que surgiu exatamente com as novas tecnologias e proporcionou novas formas de organização social.

Gomes adverte que “a informática corresponde, porém, a uma espécie de utopia social construída apenas por matemáticos: se as pessoas não se relacionarem, não haverá conflitos.” No extremo, as novas tecnologias da informação trazem “uma mediação de relações que elimine as próprias relações.” (Gomes, 2015, p. 72).

O autor prevê que cada vez menos teremos usuários críticos nos ambientes digitais de conexão. “Crianças e adolescentes estão pendurados nas redes sociais, conectados a seus amigos”. Aos poucos, as próprias escolas adotam essas redes como espaços para a troca de informações e para a transmissão das atividades. Nessa condição, “em breve, não haverá mais possibilidade crítica para o usuário, porque para ser crítico é preciso conhecer *alternativas*, e o ambiente das tecnologias de comunicação vai se apagando como novidade no cotidiano.” (Gomes, 2015, p. 74, grifo do autor).

A hiperconectividade também possibilitou o surgimento de uma nova teoria de aprendizagem, intitulada “Conexionismo” ou “Conectivismo”, proposta em 2004, por George Siemens e Stephen Downes, pesquisadores canadenses, e que aborda a gestão do conhecimento nas organizações. Essa abordagem se distingue dos modelos construtivista e cognitivista, por tratar dos fluxos do conhecimento organizacional (UFSC, 2021, p. 27).

Em relação à teoria cognitivista, o connexionismo estabelece outras relações de afinidade e de diferenciação. A abordagem connexionista

[...] pode ser considerada, também, uma abordagem cognitivista. Da mesma forma que a abordagem cognitivista, as representações do ambiente surgem como resultado do processamento da informação. Contudo, o processo de representação desta realidade é diferente, na medida em que esta abordagem considera que o conhecimento organizacional é criado por meio de redes e relações, e não por sujeitos do conhecimento. Nesta abordagem, as organizações são entendidas como redes de interações, gerenciadas pela comunicação e, como tal, o foco de análise não deve centrar-se no sujeito do conhecimento, mas sim nos seus relacionamentos. Portanto, o conhecimento organizacional é encontrado nas interações que existem entre os sujeitos (UFSC, 2021, p. 27).

Temos, então, que o modelo de aprendizagem connexionista representa a transição da “Sociedade Industrial” para a “Sociedade Digital”. Neste caso, “o aprender não será mais ‘interno ou individual’, mas sim, ‘externo e coletivo’” (UFSC, 2021, p. 27).

É preciso estar preparado para essa realidade que visa ao trabalho de forma externa e coletiva.

3.10 INOVAÇÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DIGITAL NA PMSC

A sociedade em constante transformação: sociedade conectada, aprendizagem colaborativa, aprender a aprender, aprendizagem ao longo da vida. Nos novos paradigmas, “[...] o professor exerce o papel de facilitador, quando auxilia na aprendizagem por meio de experiências que possibilitam o resgate de conhecimentos e experiências prévias. [...]” (UFSC, 2021, p. 34).

Ao desempenhar esse novo papel, o professor instiga seus discentes a desenvolverem estilos de aprendizagem. Assim, ele estimulará o desenvolvimento do pensamento inovador, motivando os alunos a criar modelos próprios para a solução de problemas e para a construção de seu aprendizado.

Até o ano de 2020, observava-se os avanços da transformação digital como as novidades que viriam e seriam gradativamente absorvidas pela sociedade. Entretanto, a ocorrência da pandemia da Covid-19 acelerou esse processo. O isolamento social necessário para conter o avanço da doença acelerou a transformação digital de empresas e outras organizações.

Foi o que ocorreu na APMT, com o incentivo ao uso de educação a distância na formação de praças e oficiais. Dessa forma, percebeu-se avanços, com a possibilidade de que os alunos experimentassem novos aplicativos.

A transformação digital ainda se apresenta como um grande desafio às organizações em geral. E continuará sendo, enquanto, em ritmo acelerado, for capaz de apresentar inovações. Esse fenômeno coincide – ou mesmo pode ser decorrente – das demandas pela excelência nos produtos, na prestação de serviços e relações institucionais. É nessa lógica que o desafio se renova diuturnamente, pois as organizações, sejam públicas ou privadas, precisam manter a capacidade de se renovar sem perder o esmero em suas atividades. É como se trocasse o pneu com o veículo em movimento e em alta velocidade.

A transformação digital é um caminho sem volta, mesmo porque carrega um conjunto de benefícios para os públicos (*stakeholders*) de cada organização. No caso de uma instituição de ensino aprimora os resultados para a comunidade acadêmica, ainda que exija a capacidade de resiliência e adaptação.

Conforme documento da UFSC (2021, p. 60), “o processo de transformação digital torna-se então um elemento que apoia ativamente a inovação em todas as missões e em todas as suas dimensões [...]” E prossegue:

Neste contexto, a Polícia Militar de Santa Catarina está inovando e buscando alternativas para colocar em prática tanto em sala de aula e também no que tange a pesquisa científica desenvolvida através do apoio da biblioteca da APMT. Essa interação poderá ser desenvolvida por meio de parcerias com outras instituições e profissionais qualificados nas mais diversas áreas do saber (UFSC, 2021, p. 60).

Os avanços bem-sucedidos verificados no período pandêmico não garantem e eliminam a necessidade de investimentos em laboratórios especializados e treinamento dos professores e estudantes.

3.11 NEOAPRENDIZAGEM

Entre os reflexos da transformação digital no mundo acadêmico ou universitário há a migração de um modelo vertical para uma plataforma de rotas de conhecimento. É nesse contexto que surge o conceito da neoaprendizagem, cujos protagonistas centrais são aprendentes digitais, que, na essência são as pessoas que têm maior familiaridade e confiança nas novas tecnologias de comunicação e informação (UFSC, 2021).

É necessário ressaltar que neoaprendizagem não trata apenas do uso de novas tecnologias, mas trata com muita ênfase de mudança de metodologia. “Um dos impactos da transformação digital nas universidades é a reestruturação do modelo vertical para o modelo como uma plataforma de rotas de conhecimentos. [...]” (UFSC, 2021, p. 30).

Conforme o documento, o cerne da neoaprendizagem reside no aprendizado em situações da vida real, que proporciona o desenvolvimento de competências intuitivas, cognitivas, técnicas, temáticas, socioemocionais e digitais e aumentam a atuação em rede (UFSC, 2021).

Como se fundamenta na andragogia, a neoaprendizagem tem reflexo especial na educação de jovens e adultos, que se embasa em seis princípios, a saber:

[...] (1) a necessidade do aprendente de saber, os adultos precisam saber o motivo de aprender algo antes de começar a aprendê-lo; (2) o autoconceito do aprendente, pois os adultos são responsáveis pelas próprias decisões, e desenvolvem uma necessidade de serem vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir; (3) a experiência anterior do aprendente, está relacionada a autoidentidade de cada indivíduo. Portanto, coloca-se mais ênfase na individualização do ensino e nas estratégias de aprendizagem com ênfase na aprendizagem experiencial; (4) a prontidão para aprender, os adultos estão em prontidão para aprender e aplicar os conhecimentos em situações da vida real; (5) a orientação para a aprendizagem, os adultos são motivados a aprender conforme percebem que a aprendizagem os ajudará a executar tarefas ou lidar com problemas que vivenciam em sua vida; (6) a motivação para aprender, respondem a fatores motivacionais externos e internos, sendo os internos os que acarretam maior motivação para a aprendizagem. (UFSC, 2021, p. 31-32).

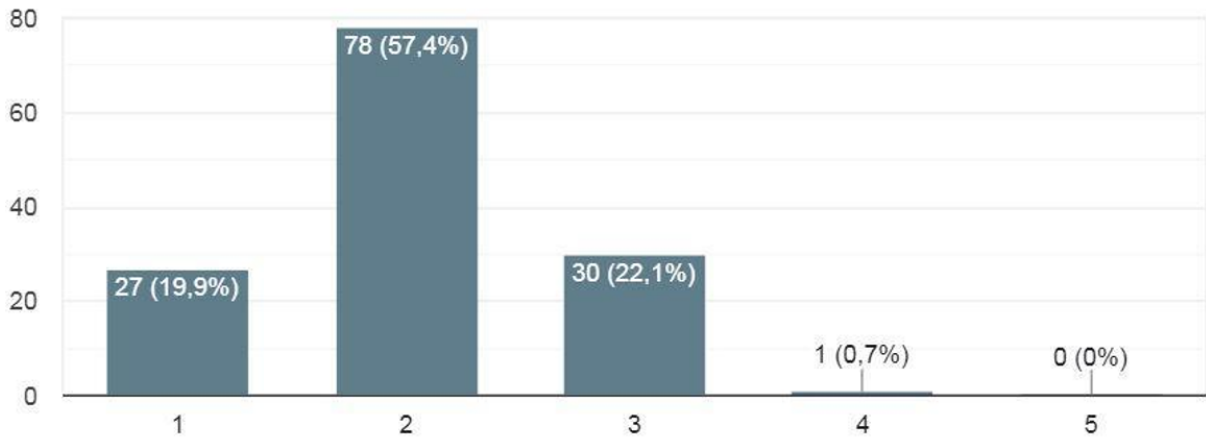
Dessa forma, é interessante preparar o professor para que possa trabalhar com seus alunos o ensino e a aprendizagem visando aos interesses institucionais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A seguir serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, que obteve 136 respostas. Foram apresentadas 29 questões relacionadas ao tema tratado e mais duas, para a caracterização sociodemográfica (quanto à região de origem e entrevistado e quanto ao gênero). As perguntas referentes ao tema central de pesquisa foram aplicadas em forma de escala de Lickert. No questionário, os entrevistados foram indagados quanto à intensidade da frequência de vivenciarem ou concordância em relação a cada tema exposto. Tendo em vista a relevância de uma visão mais ampla, optou-se na análise dos resultados pelo arredondamento dos percentuais.

1) Você se sente capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



Fonte: Do Autor (2023).

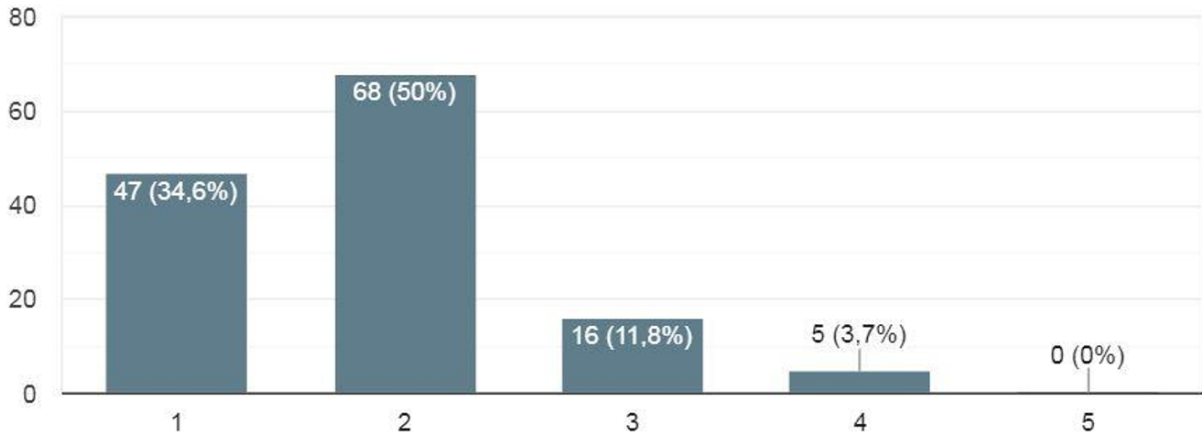
A primeira indagação foi quanto à capacidade de cada entrevistado agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites. O maior número de respostas (78, que corresponde a 57%) foi “frequentemente”, o que não caracteriza a plena segurança dos agentes em relação aos referidos conhecimentos.

Na análise das respostas, constata-se que a opção “1 – muita frequência” obteve 20% das respostas, enquanto a opção “3 – Ocasionalmente” chegou a 22%. Há também uma resposta em que o entrevistado cita que raramente se sente capaz de agir de acordo com os preceitos de legislação, normas ou regimentos internos.

Temos então que por mais de 2 pontos percentuais, os sargentos entrevistados se sentem mais inseguros do que seguros em relação à capacidade de aplicar os conhecimentos sobre legislação, normas e regimentos internos. Não é possível inferir as causas dessa insegurança, o que sugere a possibilidade de outro estudo que aprofunde esse tema, em que fique esclarecido quais são os pontos de insegurança. Importante destacar que a questão não se refere à ação policial de acordo com o regramento, e sim quanto ao sentimento do policial em relação ao tema proposto.

2) Você tem a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente

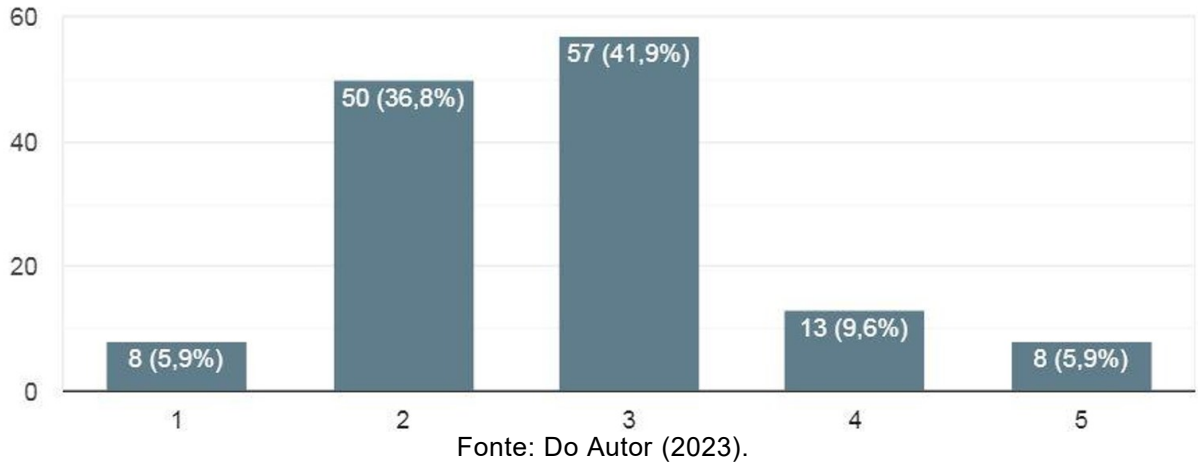


Fonte: Do Autor (2023).

Na segunda pergunta, os entrevistados foram indagados quanto a sua capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social. Nesse caso, cerca de 85% se sentem confortáveis nessa interação – 35% disseram concordar totalmente e 50% concordar. Há 21 entrevistados (cerca de 15%) que não se sentem confortáveis nessa interação, o que também merece um aprofundamento de análise para se identificar as causas.

3) Ao compor sindicância policial militar, você demonstra conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares?

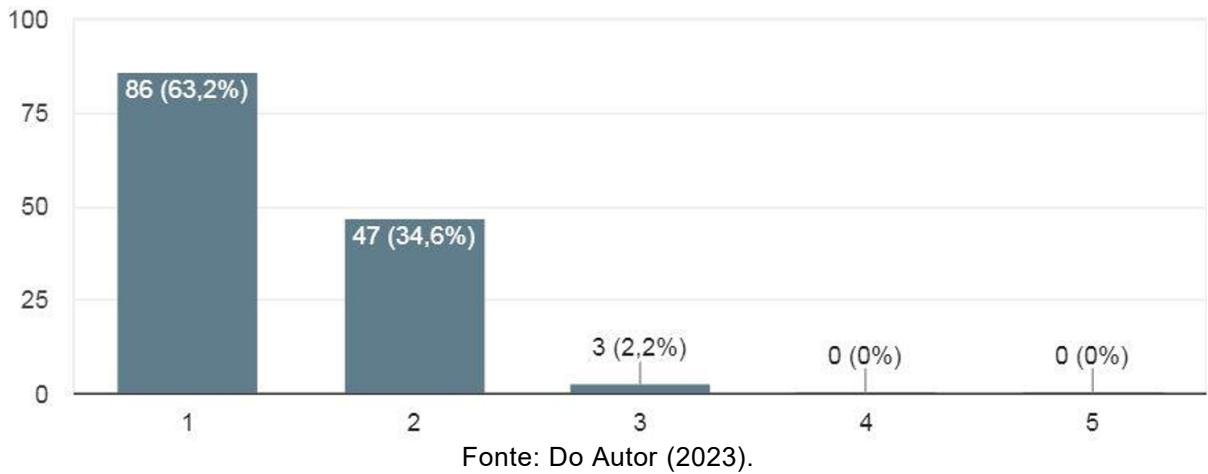
- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



Os entrevistados sentem insegurança quanto a seus conhecimentos sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares, que devem utilizar em sindicâncias. Em torno de 42% (57 deles) dizem demonstrar tais conhecimentos ocasionalmente; 10% (13), raramente e 6% (8) nunca conseguem demonstrar esses conhecimentos. No outro extremo, 6% (8) dizem-se capazes de demonstrar esses conhecimentos com muita frequência e cerca de 37% (50) com frequência.

4) Na sua atuação profissional você demonstra conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



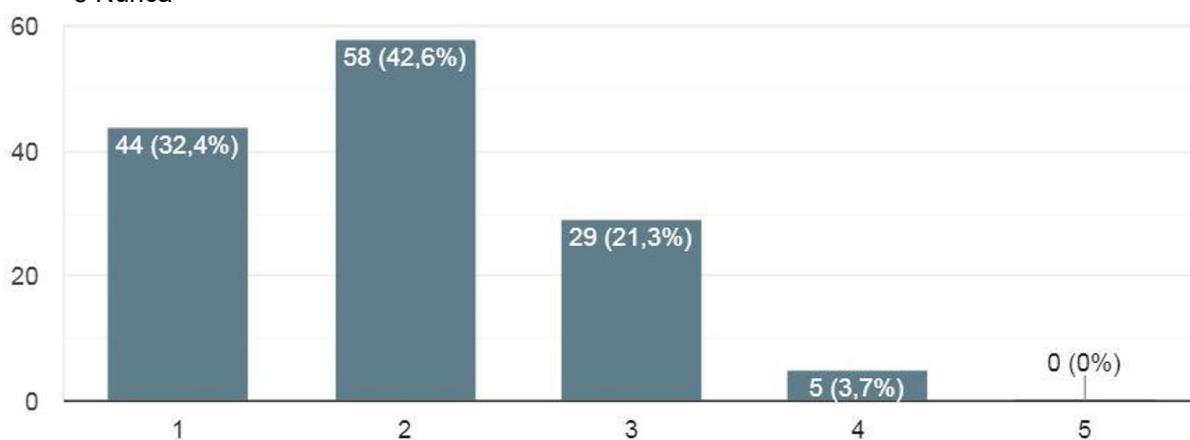
Os entrevistados sentem-se muito mais seguros quanto aos seus conhecimentos e respeito à ética, cidadania e direitos humanos. Na pergunta

formulada sobre o tema, 86 participantes (pouco mais de 63%) apontaram que demonstram conhecimento e respeito aos três princípios, com muita frequência e 47 (35%) com frequência. Três sargentos (2%) responderam à opção “ocasionalmente” e nenhum optou por “raramente” ou “nunca”.

É muito importante comparar esse resultado com o da questão seguinte, pois ambas as perguntas tratam do sentimento dos agentes em relação à dimensão humana do trabalho policial. Visualmente os dois gráficos tendem a estar mais carregados em respostas que apontam para a segurança dos policiais em relação aos temas propostos.

5) **Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia?**

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



Fonte: Do Autor (2023).

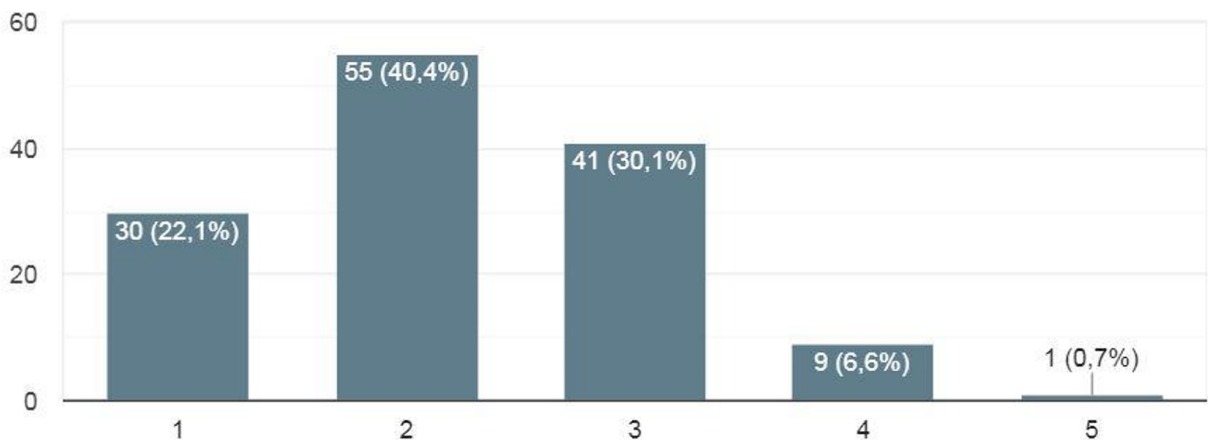
Quando se trata de conhecimentos em relações humanas e noções de psicologia, três em cada quatro dos participantes da pesquisa dizem sentir-se mais seguros. Nesse caso, 58 respostas (ou seja, em torno de 42%) citam a opção “com frequência”; 44 respostas (32%) citam a opção “com muita frequência”. Percepção diferente têm os 29 entrevistados (21%) que assinalaram a opção “ocasionalmente” e os 5 (4%) que optaram por “raramente”.

Como nos demais casos, essas duas questões mais recentes apontam o sentimento dos agentes policiais em relação aos temas abordados. Outros estudos

podem aprofundar, por exemplo, o quanto a percepção dos agentes está em acordo com as demandas gerais da sociedade, da qual, as forças de segurança também fazem parte.

6) Na sua atuação você demonstra conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

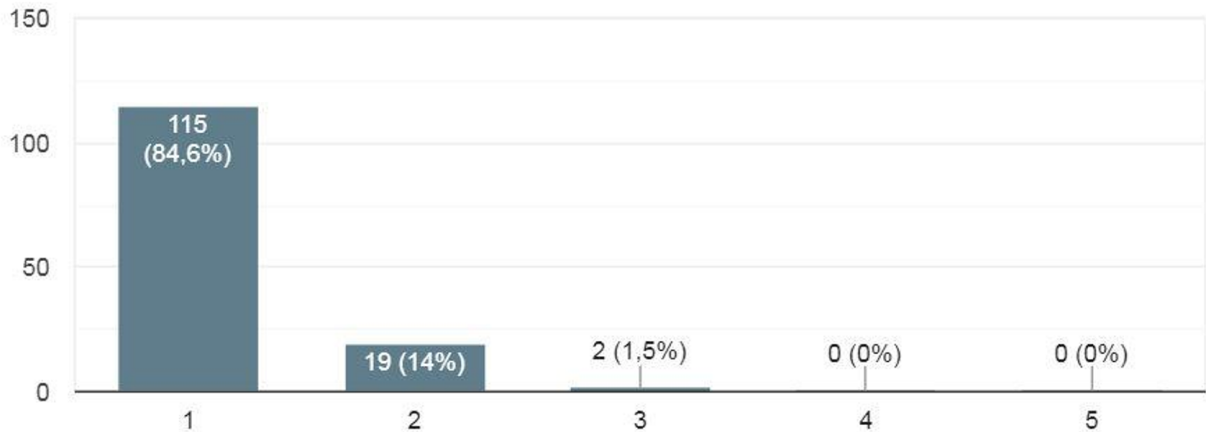


Fonte: Do Autor (2023).

No que tange ao respeito dos valores de cada localidade, embora haja uma maioria de respostas favoráveis, o número de respostas desfavoráveis é relativamente alto. A pergunta formulada foi: “Na sua atuação você demonstra conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade?”. Nesse caso, três em cada cinco sargentos responderam que demonstram esses conhecimentos “com muita frequência” (30 respostas, 22%) ou frequentemente (55 respostas, 40%). Dessa forma, ainda que seja minoritário, é elevado o número de respostas nas quais os entrevistados reconhecem não ter a preocupação que o tema merece. São 41 respostas (30%) para “ocasionalmente”, nove respostas (7%) para “raramente” e até mesmo uma resposta (0,7%) para “nunca”. Essa foi, por sinal, uma das raras vezes em que alguém assinalou o número cinco, que, neste questionário, aponta para as respostas extremas negativas dos temas tratados.

7) Você demonstra sua capacidade de zelar pela boa imagem própria e da corporação?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

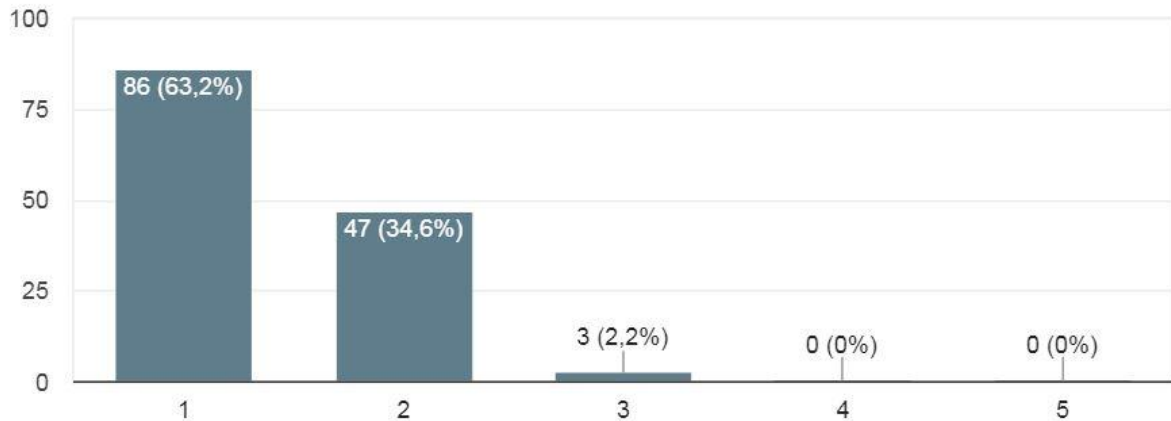


Fonte: Do Autor (2023).

Há quase que um consenso dos entrevistados quanto à preservação da boa imagem sua e da corporação. 115 deles (85%) dizem que demonstram isso “com muita frequência” e outros 19 (14%) “frequentemente”. Somente dois (1,5%) responderam que o fazem “ocasionalmente” e não houve respostas para “raramente” ou “nunca”. Soaria estranho se os sargentos, que ocupam uma das patentes mais altas entre os praças, não se preocupassem com sua imagem ou a da corporação. Ainda assim, as respostas de dois deles, reconhecendo uma fragilidade em seu comportamento, causa espanto.

8) Qual a frequência que você demonstra conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



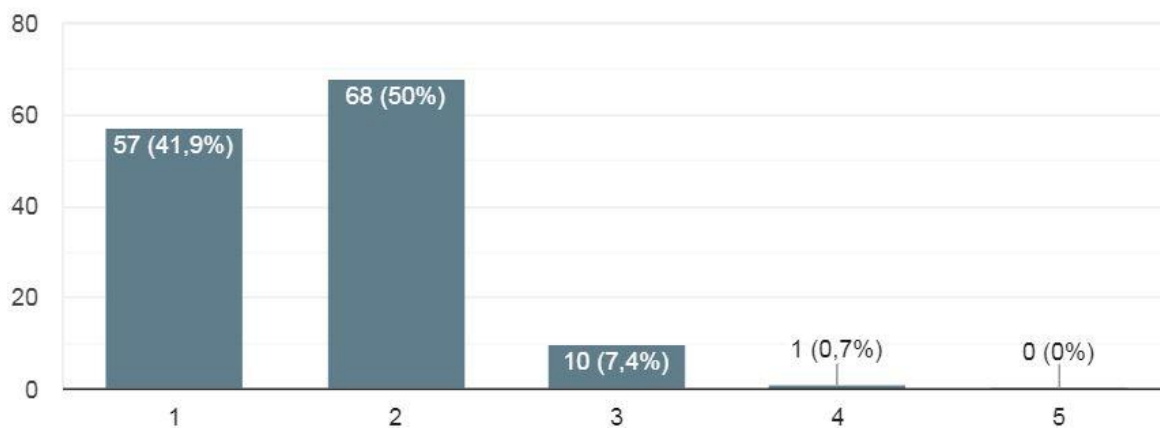
Fonte: Do Autor (2023).

Uma das funções primordiais da Polícia Militar de Santa Catarina, a manutenção da ordem pública, é atividade para a qual os sargentos entrevistados demonstram especial atenção. Isso porque, 86 participantes da pesquisa (63%) e 47 (35%), respectivamente, disseram demonstrar conhecimentos sobre técnicas e preservação da ordem pública “com muita frequência” e “frequentemente”. A resposta “ocasionalmente” foi assinada por três respondentes (2%) e nenhum optou por “raramente” ou “nunca”.

Esse é mais um caso em que as respostas comprovam aquilo que “se esperava”, mas resta a dúvida de que motivos teria levado aqueles três salientarem essa dificuldade.

9) Quando você utiliza a sua experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

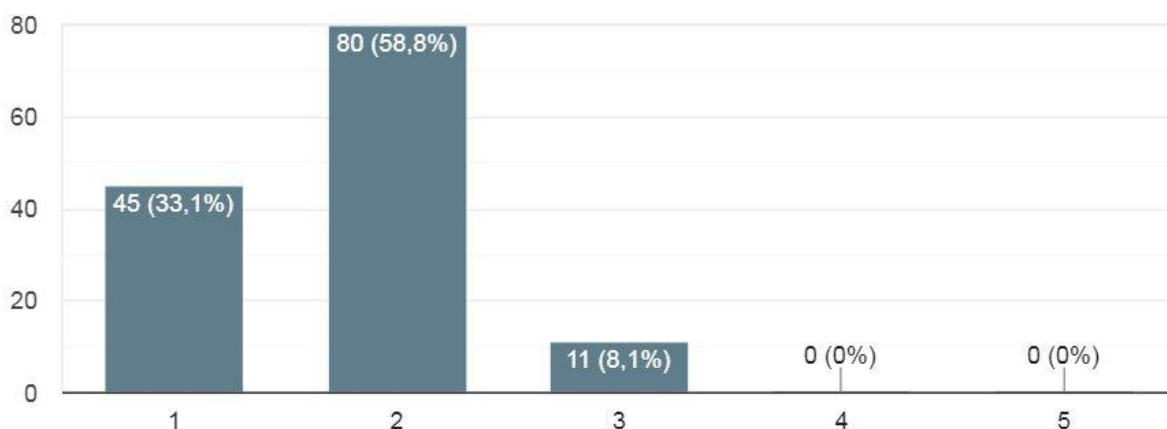


Fonte: Do Autor (2023).

Dos 136 entrevistados, 11 disseram utilizar “ocasionalmente” ou “raramente” a experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública. Esse número corresponde a 8% dos entrevistados. Embora baixo, esse percentual pode se mostrar preocupante, tendo em vista a necessidade da ação desses agentes de segurança pública. Os 92% restantes o fazem com “muita frequência” (42%) ou “frequentemente” (50%).

10) **Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções ou gerenciamento de conflitos e/ou de intervenção?**

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente



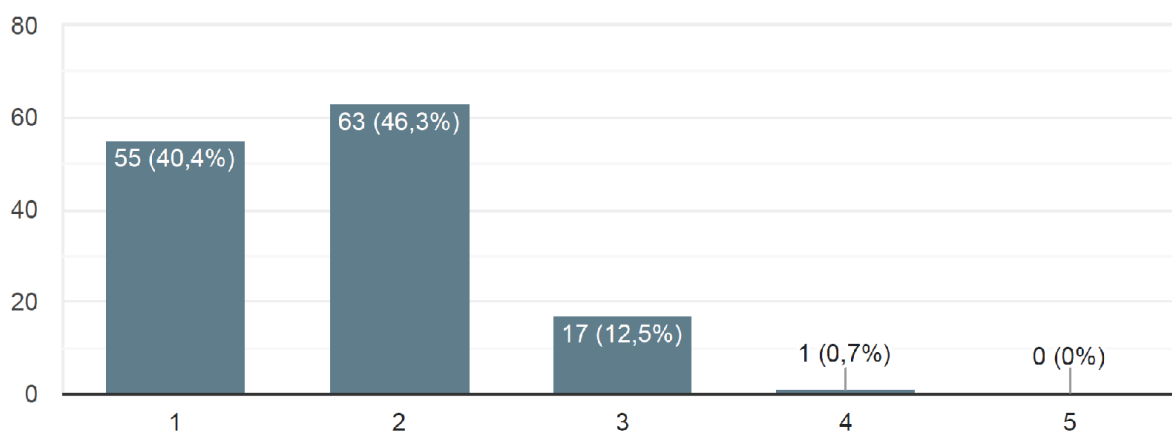
Fonte: Do Autor (2023).

Esse é mais um caso em que as respostas desfavoráveis preocupam, embora em pequeno número. A indagação é quanto à capacidade de o entrevistado agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções ou gerenciamento de conflitos e/ou de intervenção. É também uma atividade inerente a uma força de segurança. Nesse caso, 11 respondentes (8%) se disserem “indecisos”. Ou seja, quase que um em cada dez sargentos entrevistados não se sentem seguros nesse aspecto decisório.

Além disso, entre os que apresentaram resposta favorável, em menor número se apresentam com plena segurança. Foram 45 (33%) respostas para “Concordo totalmente” e 80 (59%) para “Concordo”.

11) Você se sente capacitado para identificar situações de risco e antever sua ocorrência?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



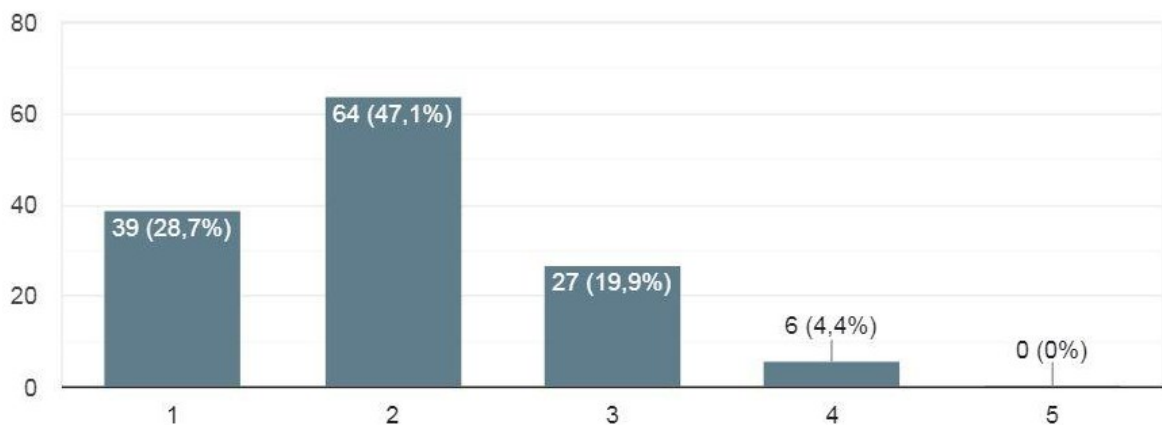
Fonte: Do Autor (2023).

Novamente uma questão em que o número de respostas desfavoráveis deve ser motivo de preocupação, já que aborda uma ação relevante dentro do escopo de ação da Polícia Militar de Santa Catarina. Foram 17 (12,5%) respostas em que os entrevistados afirmaram apenas “ocasionalmente” se sente capacitado a identificar situações de risco e antever sua ocorrência. Um outro entrevistado respondeu “raramente”. Ou seja, uma a cada 10 pessoas manifestaram essa deficiência de análise de situações de risco.

E mesmo entre os que apresentaram respostas favoráveis, nesse caso, também há uma pequena tendência para uma insegurança nesta análise de conjuntura. A opção “frequentemente” obteve mais respostas (63, ou 46%) do que a alternativa “com muita frequência” (55 ou 40%). O assunto, da mesma forma que outros aspectos desta pesquisa, merece um estudo mais acurado para identificar causas e consequências.

12) Com qual frequência você avalia sua capacidade de atendimento de ocorrência de vulto, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



Fonte: Do Autor (2023).

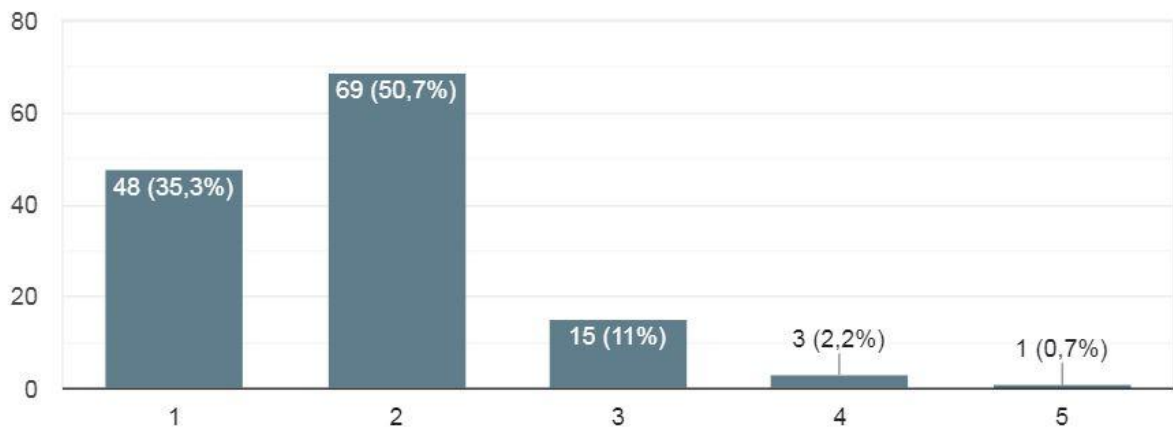
A reflexão a respeito da própria capacidade profissional é uma boa estratégia para se buscar a excelência. Isso porque, dessa forma, o profissional vai identificar suas potencialidades e, principalmente, as fraquezas que podem ser consideradas como oportunidades de melhoria, ou seja, aspectos nos quais o profissional em questão pode se aprimorar.

Na pesquisa realizada, os resultados aparentam ser satisfatórios, pois 103 entrevistados (76%) dizem fazer essa reflexão “com muita frequência” ou “frequentemente”. Entretanto, 33 (24%) reconhecem que realizam essa reflexão “ocasionalmente” ou “raramente”. Esse é mais um caso em que o número de

respostas desfavoráveis pode levar a uma preocupação, pois é relativamente elevado. Mais elevado do que o esperado.

13) Você é capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais e demonstrando domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente

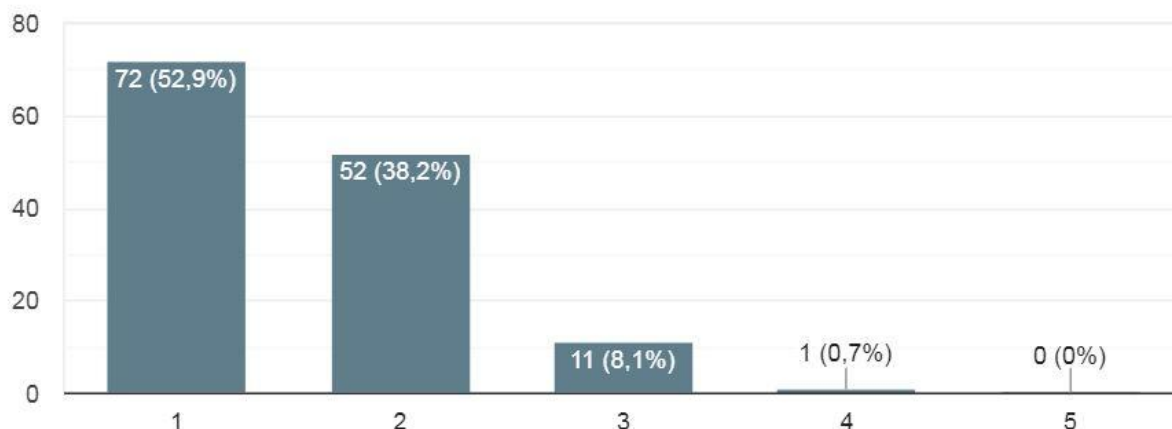


Fonte: Do Autor (2023).

Quanto à capacidade de aplicar técnicas de imobilização, se necessárias, para o cumprimento de mandados de prisão, 86% (107) dos entrevistados se disseram capacitados. Por outro lado, 19 dos 136 entrevistados (14%) se disseram indecisos ou discordaram do enunciado. Esse é mais um exemplo de situação em que as respostas, ainda que em minoria, são preocupantes.

14) Você se considera capacitado para agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessário?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

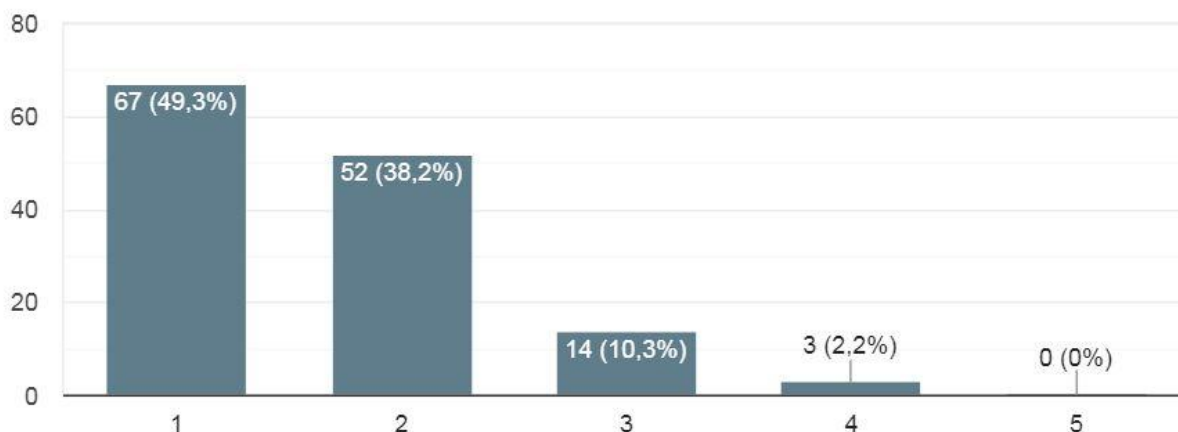


Fonte: Do Autor (2023).

Nove em cada dez entrevistados se dizem aptos a utilizar equipamentos de proteção individual (EPI). Um dos entrevistados afirmou não se sentir preparado e outros 11 se disseram indecisos quanto a esse aspecto.

15) Você se considera capacitado em demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



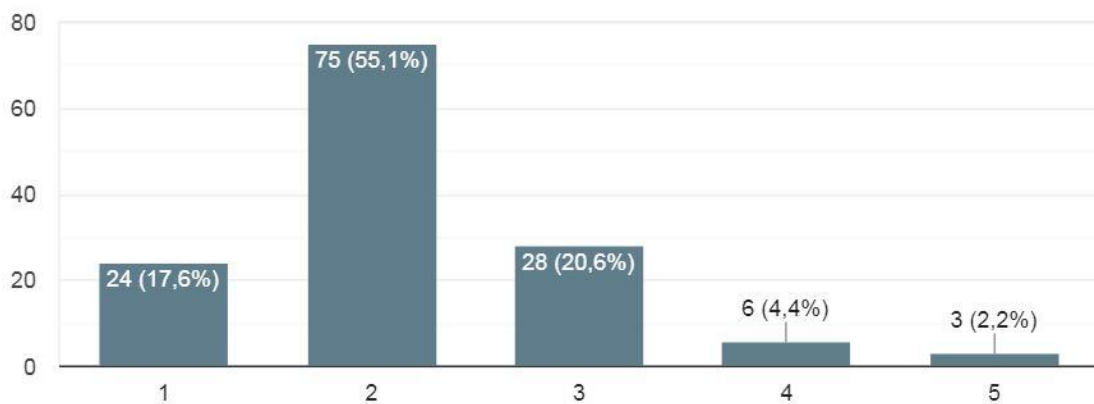
Fonte: Do Autor (2023).

No que diz respeito ao condicionamento físico, 119 entrevistados (87%) consideram que com frequência ou muita frequência estão com o condicionamento físico adequado ao desempenho das tarefas relacionadas ao cargo. No outro lado,

estão 14 entrevistados (10%) que dizem estar ocasionalmente nessa condição. E seis (4%) revelaram raramente estar no condicionamento físico desejado para a função.

16) Você possui conhecimentos sobre técnicas de operações especiais (fundamentos)?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente



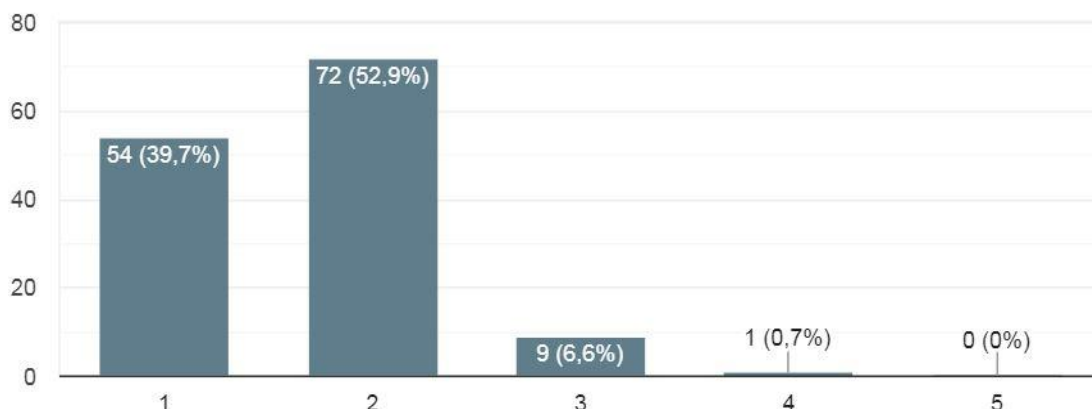
Fonte: Do Autor (2023).

Embora 73% (99) dos entrevistados considerem ter conhecimento sobre técnicas de operações especiais (fundamentos), é relativamente elevada a quantidade de sargentos que se consideram indecisos ou com pouco conhecimento. Os indecisos nesta resposta totalizam 28 entrevistados (21%). Já 7% (9) se reconhecem pouco preparados.

Essa também é uma questão em que o índice de entrevistados que não se sentem preparados é preocupante, mesmo que seja minoritário.

17) Você é capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



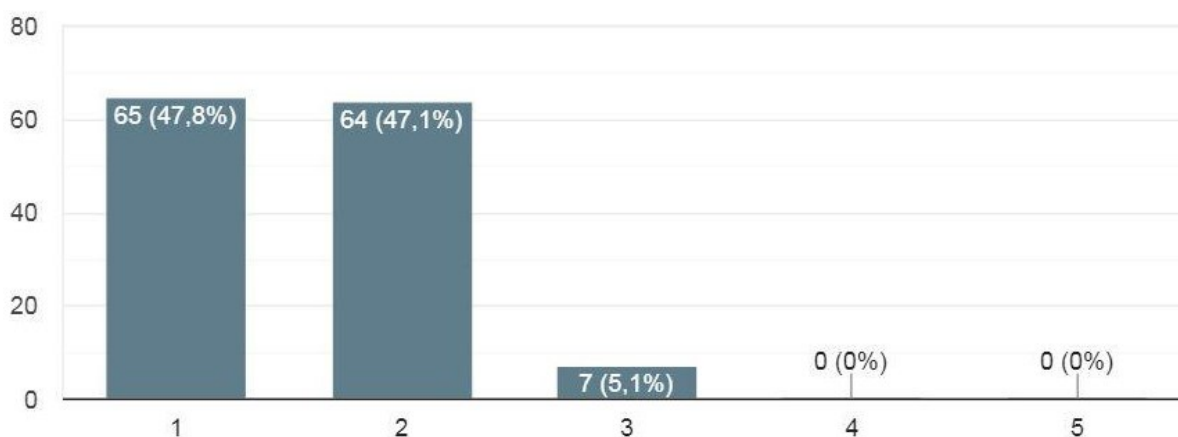
Fonte: Do Autor (2023).

Na indagação a respeito da capacidade de identificar vítimas e suspeitos em potencial, 93% (126) dos entrevistados dizem que o fazem frequentemente (72 deles) com muita frequência (54). No outro lado, estão nove que responderam a opção “ocasionalmente” e um que assinalou “raramente”.

Nesse caso, o conjunto de entrevistados demonstra mais segurança na atividade indagada.

18) Ao fazer a escolta de presos, agir demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnicas de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA),, você se sente treinado?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente



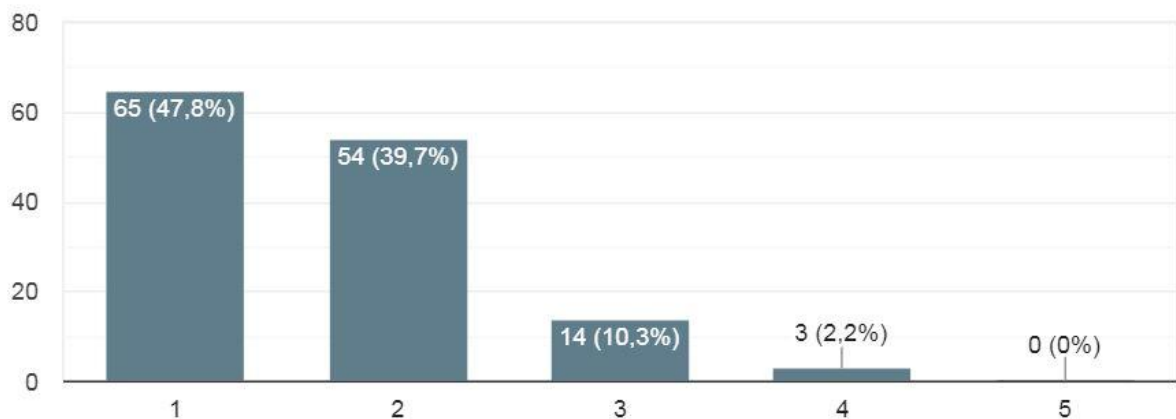
Fonte: Do Autor (2023).

À exceção de sete entrevistados (5%) que se disseram indecisos, todos os demais 129 entrevistados se consideram treinados quanto a normas de abordagem, procedimentos e técnicas de condução e legislações pertinentes para os casos de condução de presos. São 65 respostas (48%) para “concordo plenamente” e 64 (47%) para “concordo”.

Há aqui também um viés de mais segurança do conjunto de entrevistados no domínio das técnicas e procedimentos para escolta de presos.

19) Ao comparecer e preservar o local de crime, você se sente capaz de aplicar técnicas de preservação?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

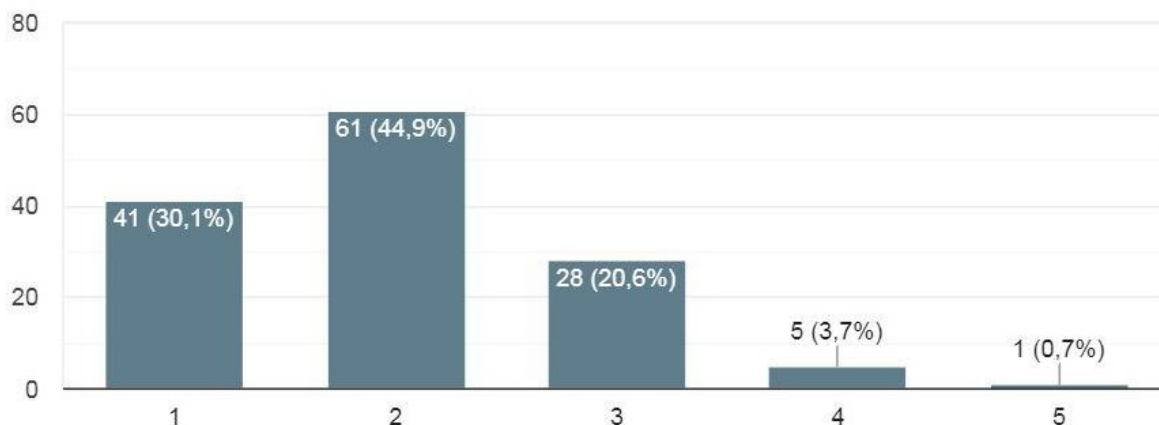


Fonte: Do Autor (2023).

Quanto à capacidade de aplicar técnicas de preservação dos locais de crimes, 65 entrevistados (48%) dizem que se sentem capacitados “com muita frequência” e 54 (40%) “frequentemente”. Nessa questão, 17 participantes da pesquisa não demonstraram muita segurança, pois 14 deles (10%) assinalaram “ocasionalmente” e 3 (2%) “raramente”.

20) Você se sente capacitado para aplicar conhecimentos de informática ao realizar as tarefas inerentes ao cargo?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca



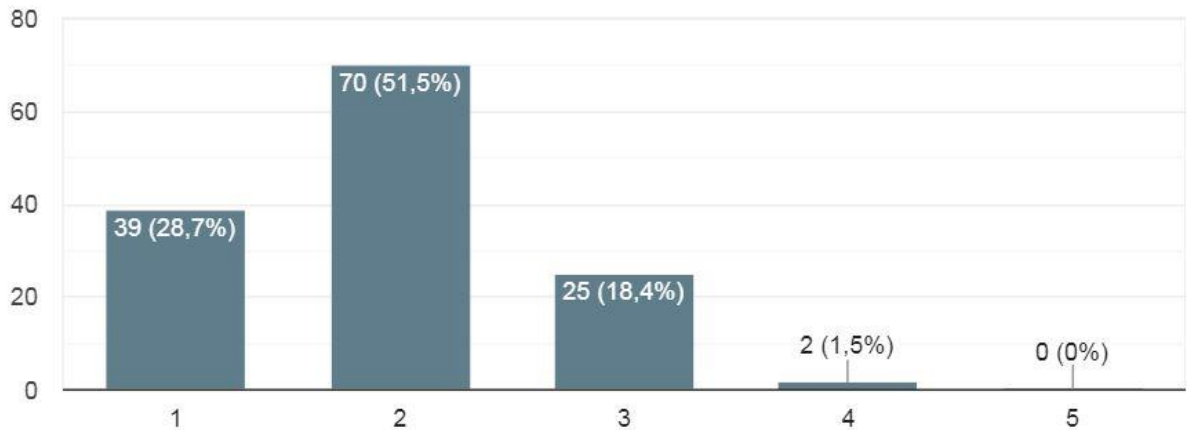
Fonte: Do Autor (2023).

A análise visual do gráfico mostra que o conjunto de entrevistados não sente, na utilização dos recursos de informática, a mesma segurança que sentem, por exemplo, ao identificar vítimas e suspeitos em potencial ou quanto ao regramento da condução de presos. Na questão do conhecimento em informática, constata-se que 75% dos entrevistados (102 pessoas) se sentem capacitados com “muita frequência” (41 deles) ou “frequentemente” (61). No entanto, 28 participantes assinalaram a opção “ocasionalmente”; cinco (4%), “raramente” e um disse que “nunca” se sente preparado para utilizar os recursos de informática.

Esses números indicam a necessidade de ampliar o treinamento aos profissionais que ainda sentem dificuldade no uso dos recursos de tecnologia da informação, ou estimulá-los a buscar essa capacitação.

21) Você se sente capacitado para utilizar Sistemas de Segurança da Informação ao desempenhar uma ação?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente

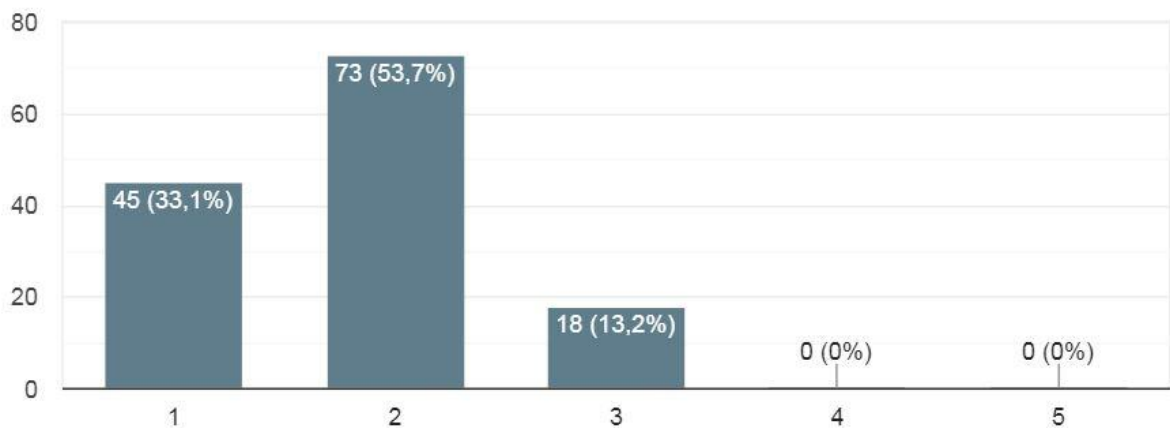


Fonte: Do Autor (2023).

Na comparação com os resultados da questão anterior (capacitação para uso de informática), constata-se uma pequena elevação entre os participantes da pesquisa que se sentem mais capacitados para utilizar sistemas de segurança da informação. Nesse caso, 80% dos entrevistados (109 pessoas) afirmam concordar totalmente (39, ou 29%) ou simplesmente concordar com o enunciado da questão – “você se sente capacitado para utilizar Sistemas de Segurança da Informação ao desempenhar uma ação”. Na outra condição, estão os 25 (18%) que se dizem “indecisos” e dois (1%) que discordam daquele enunciado.

22) Você tem capacidade em prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar (APH)?

- 1 Concordo totalmente
- 2 Concordo
- 3 Indeciso
- 4 Discordo
- 5 Discordo totalmente

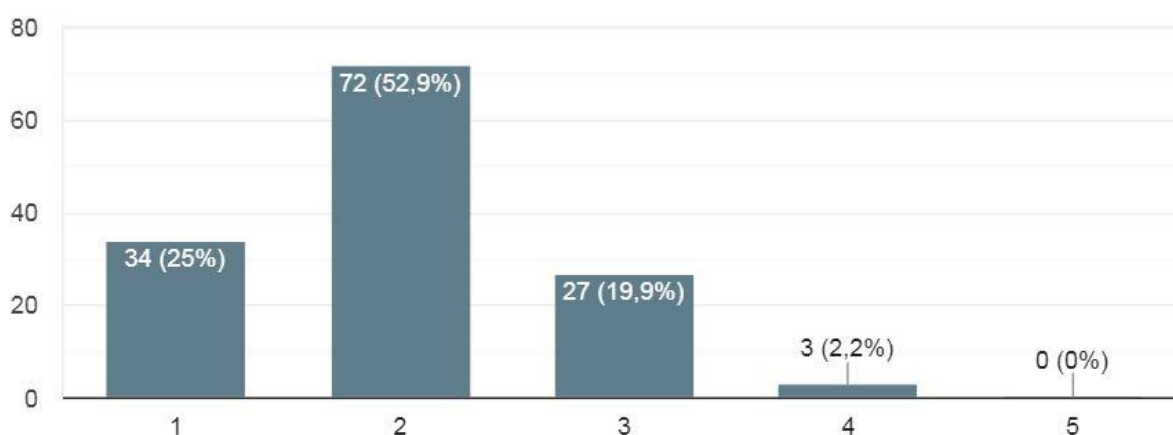


Fonte: Do Autor (2023).

É possível verificar que 87% dos entrevistados (ou seja, 118 pessoas) compreendem que estão capacitados a prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar (APH). Desses, 45 (33% do total) concordam totalmente com o enunciado da pergunta. No entanto, 18 participantes (13%) se dizem indecisos diante da pergunta, o que infere não terem segurança na resposta, tampouco na prática.

23) Você se sente capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e linguagem técnica segundo padrões de redação oficial e da Língua Portuguesa?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

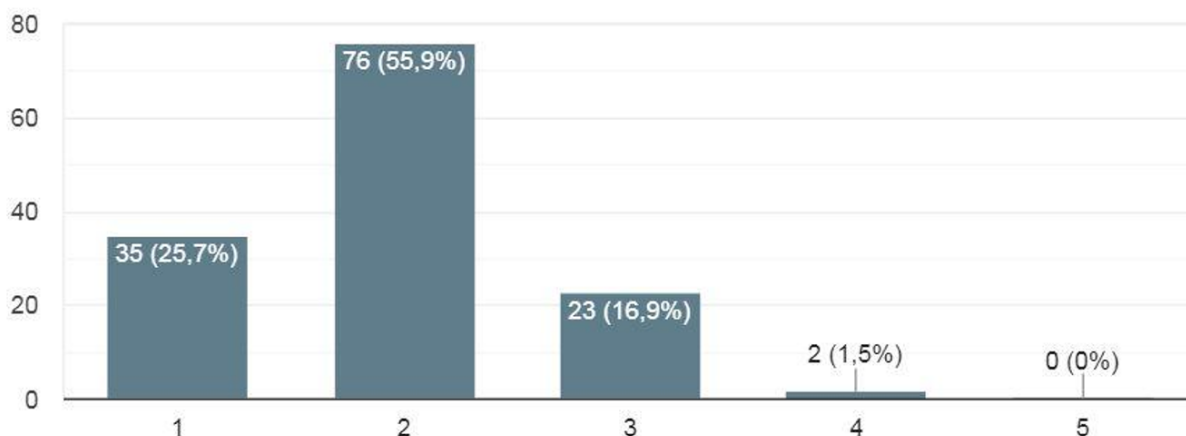


Fonte: Do Autor (2023).

Quase um quarto dos entrevistados manifestaram insegurança quanto ao uso do padrão formal da Língua Portuguesa e da redação oficial. À pergunta a esse respeito, 34 participantes (25%) se dizem capacitados com “muita frequência” e 72 (53%) assinalaram a opção “frequentemente”. No outro lado, estão 27 respondentes (20%) que se dizem capacitados a utilizar padrões de redação oficial e de Língua Portuguesa “ocasionalmente” e três (2%) que “raramente” se sentem nesta condição.

24) Com qual frequência você demonstra conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

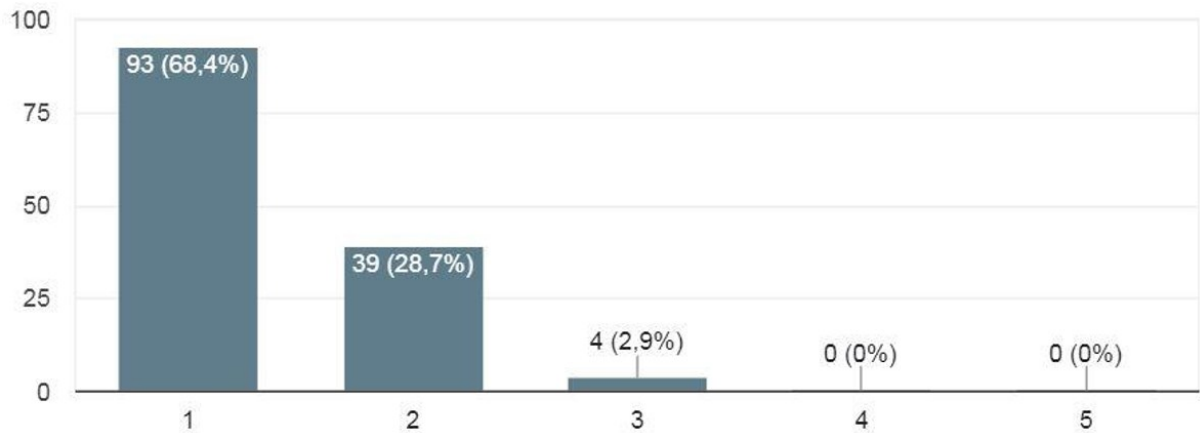


Fonte: Do Autor (2023).

Resultado semelhante à questão anterior é observado na abordagem sobre conhecimento em relação à forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados. Nesse caso, 35 entrevistados (26%) disseram se sentir capacitados com “muita frequência”, 76 (56%), “frequentemente”. Por outro lado, 23 entrevistados (17%) optaram pela alternativa “ocasionalmente” e dois entrevistados (1,5%) responderam “raramente”.

25) Você possui capacidade de trabalhar em equipe?

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

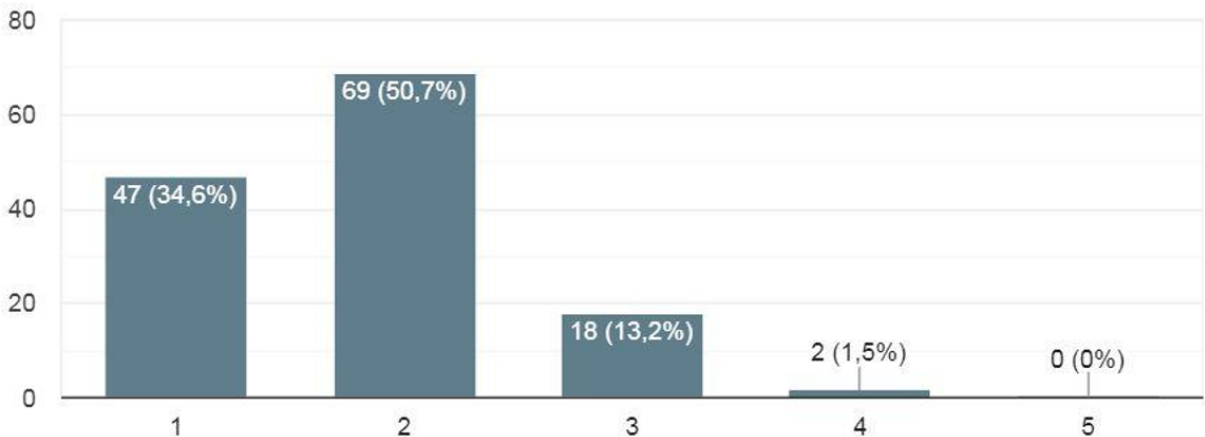


Fonte: Do Autor (2023).

Trabalho em grupo é um no qual os sargentos entrevistados demonstraram muita segurança, chegando quase a uma unanimidade. Na pergunta sobre o assunto, 93 entrevistados (68%) disseram que se sentem capacitados a trabalhar em equipe com “muita frequência”. Outros 39 (29%) se dizem “frequentemente” capacitados a tal. Apenas quatro (3%) participantes da pesquisa destoam, afirmando que se sentem capacitados a trabalhar em equipe “ocasionalmente”.

26) Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa, você faz isso:

- 1 Muita frequência
- 2 Frequentemente
- 3 Ocasionalmente
- 4 Raramente
- 5 Nunca

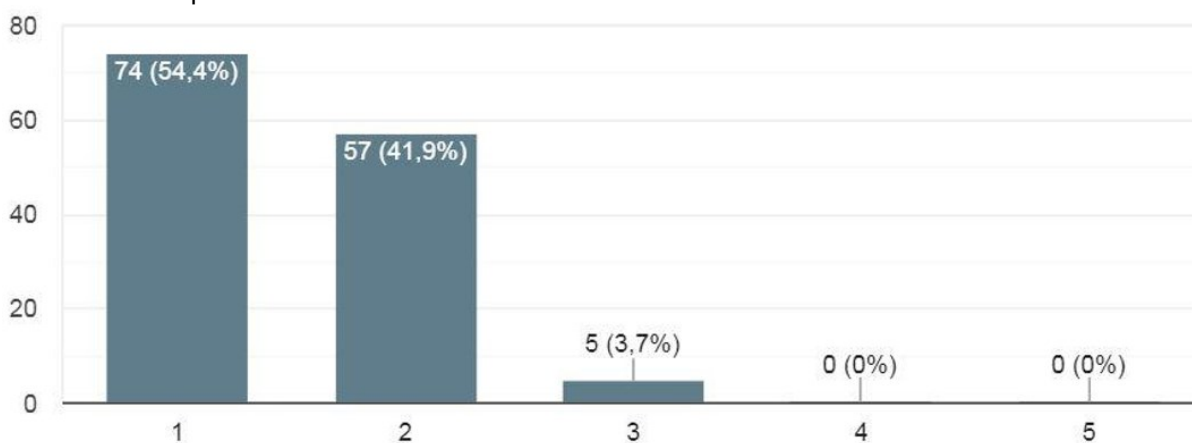


Fonte: Do Autor (2023).

Entre os entrevistados, 47 (35%) responderam que com “muita frequência” analisam o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa. Outros 69 (51%) responderam que o fazem “frequentemente”. Outros 18 (13%) disseram que o fazem “ocasionalmente” e dois (1,5%) “raramente”.

27) Qual a importância que você atribui para ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar?

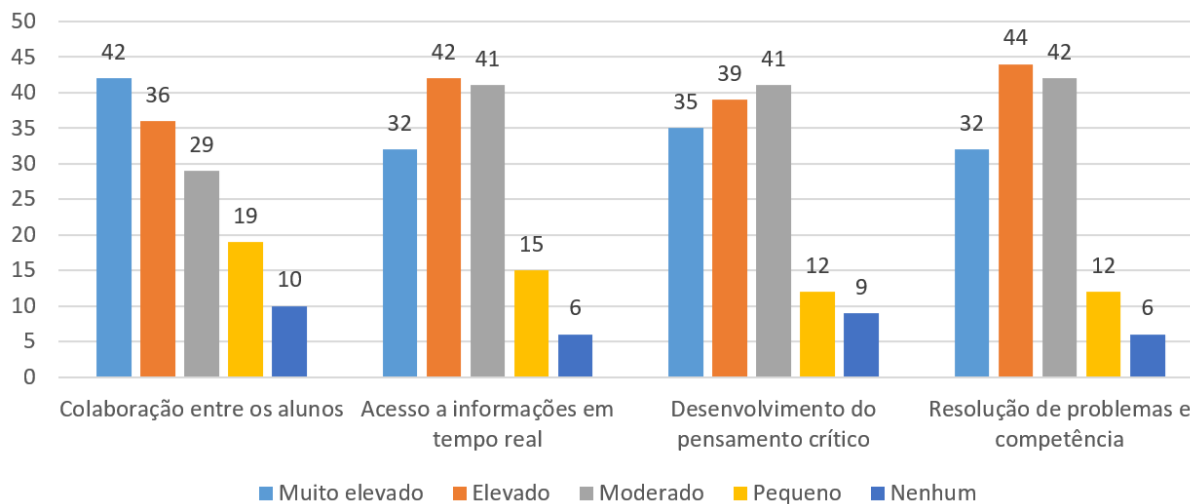
- 1 Muito importante
- 2 Importante
- 3 Razoavelmente importante
- 4 Pouco Importante
- 5 Sem importância



Fonte: Do Autor (2023).

O trabalho interdisciplinar é muito valorizado para os entrevistados de maneira geral. É considerado “muito importante” para 74 (54%) entrevistados; “importante” para 57 (42%); “razoavelmente importante” para 5 entrevistados (4%).

28) Indique seu grau de dificuldade em relação aos atributos abaixo, considerados como estratégicos para a educação 4.0:



Fonte: Do Autor (2023).

Em relação a atributos estratégicos para a educação 4.0, à **colaboração entre os alunos** foi atribuído grau de dificuldade “muito elevado” por 43 entrevistados (32%), “elevado”, por 36 participantes (26%), “moderado” por 29 (21%). Já 19 entrevistados (14%) consideram sua dificuldade neste quesito pequena e 10 (7%) entendem que não têm qualquer dificuldade neste atributo.

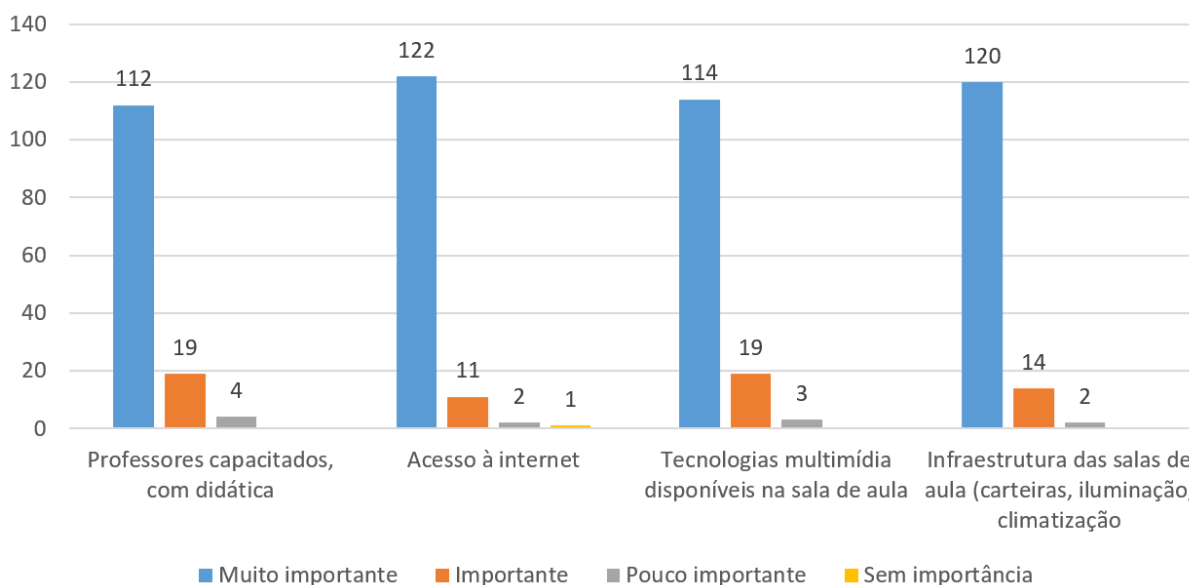
Quanto ao atributo **acesso a informações em tempo real**, o grau de dificuldade é considerado elevado para 42 entrevistados (31%) e “moderado” para 41 deles (30%). O número dos que têm um grau de dificuldade muito elevado (32, ou 24%) neste atributo é menor do que no atributo anterior. Para 15 entrevistados (11%), a dificuldade é pequena e seis (4%) participantes não identificam dificuldades neste item.

O terceiro atributo pesquisado foi o **desenvolvimento do pensamento crítico**, para o qual 41 entrevistados (30%) consideram ter dificuldade moderada e 39 (29%), elevada. Já 30 participantes (22%) consideram sua dificuldade muito elevada. Respectivamente 12 (9%) e 9 (7%) consideram que têm pouca ou nenhuma dificuldade.

Por fim, ao requisito **resolução de problemas e competência** é atribuído grau de dificuldade “elevado” por 44 entrevistados (32%), “moderado” para 42 (31%)

e “muito elevado” para 32 (23%) participantes. Por outro lado, 12 pessoas (9%) consideram que há pequena dificuldade e seis (4%) nenhuma.

29) Qual é sua percepção a respeito da importância dos atributos para a educação 4.0



Fonte: Do Autor (2023).

Os entrevistados ficaram muito próximos da unanimidade ao determinarem o grau de importância elevado a quatro atributos da educação 4.0 – professores capacitados, com didática, acesso à internet, tecnologias multimídia disponíveis na sala de aula e infraestrutura das salas de aula (carteiras, iluminação, climatização).

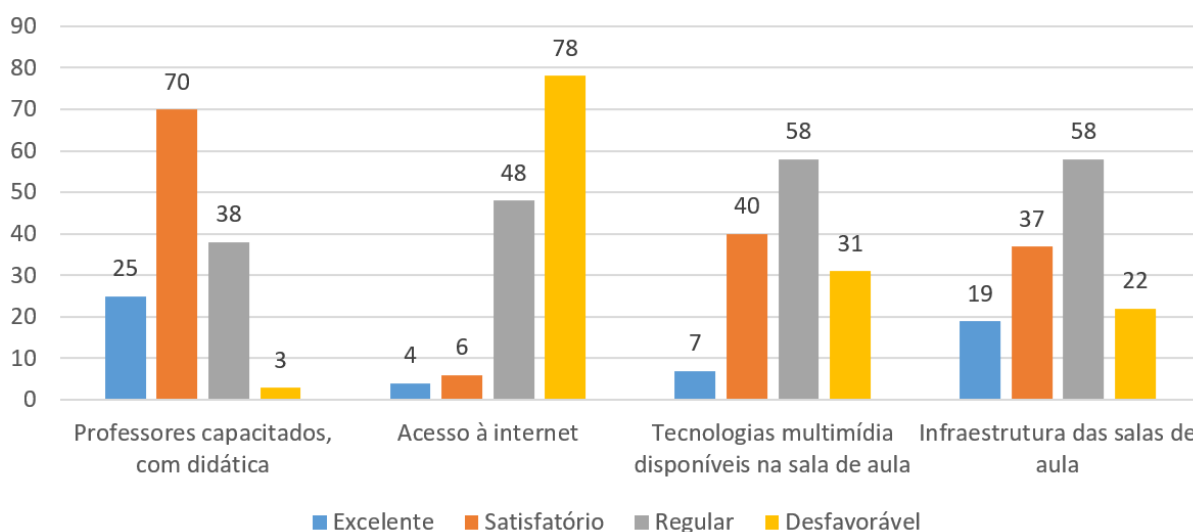
O **acesso à internet** é o item mais relevante, pois é classificado como “muito importante” por 122 entrevistados (90%); “importante”, por 11 entrevistados (8%). Três pessoas qualificaram esse item como de pouca ou sem importância.

A **infraestrutura da sala de aula** (carteiras, iluminação, climatização) também recebeu elevada consideração. O item foi classificado como “muito importante” por 120 entrevistados (88%); “importante” por 14 entrevistados (10%). Neste item, duas pessoas assinalaram a opção “pouco importante” e ninguém lhe atribuiu sem importância.

As **tecnologias multimídia disponíveis na sala de aula** foram consideradas de grande relevância. Foram 114 (84%) respostas como “muito importante”; 19 (14%) como “importante” e três (2%) como de “pouca importância”.

Por fim, a capacitação e o didatismo dos professores receberam relativamente menor consideração. Ainda assim, é considerada como “muito importante” para 112 entrevistados (83%), “importante” para 19 (14%) entrevistados e de “pouca importância para 4 pessoas” (3%).

30) Qual é sua percepção a respeito das condições da APMT em relação aos atributos considerados necessários para a educação 4.0?

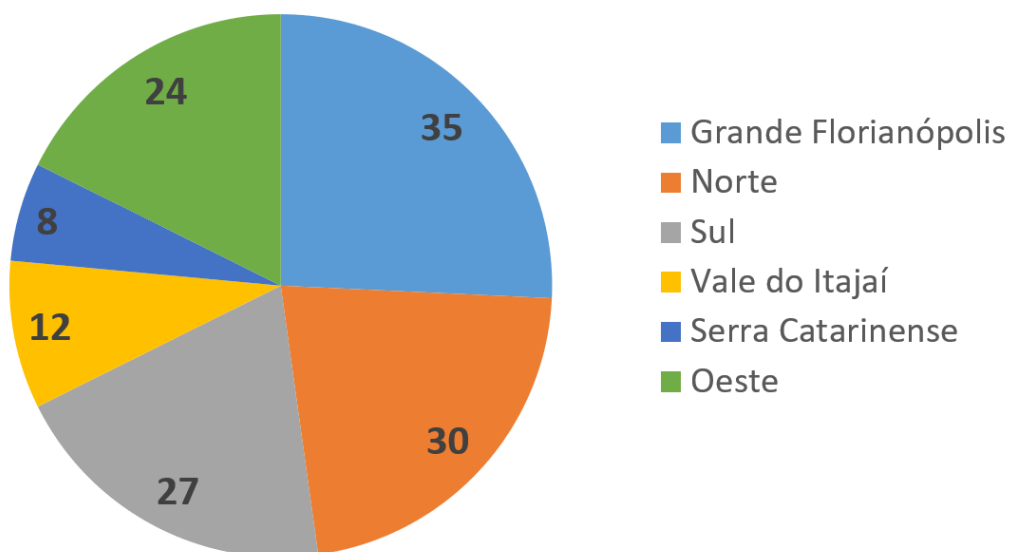


Fonte: Do Autor (2023).

Item considerado de maior relevância, é também o apontado como a maior deficiência da APMT. O **acesso à internet** é considerado desfavorável por 78 respondentes (57%). Os elogios aos serviços se limitam a 10 pessoas.

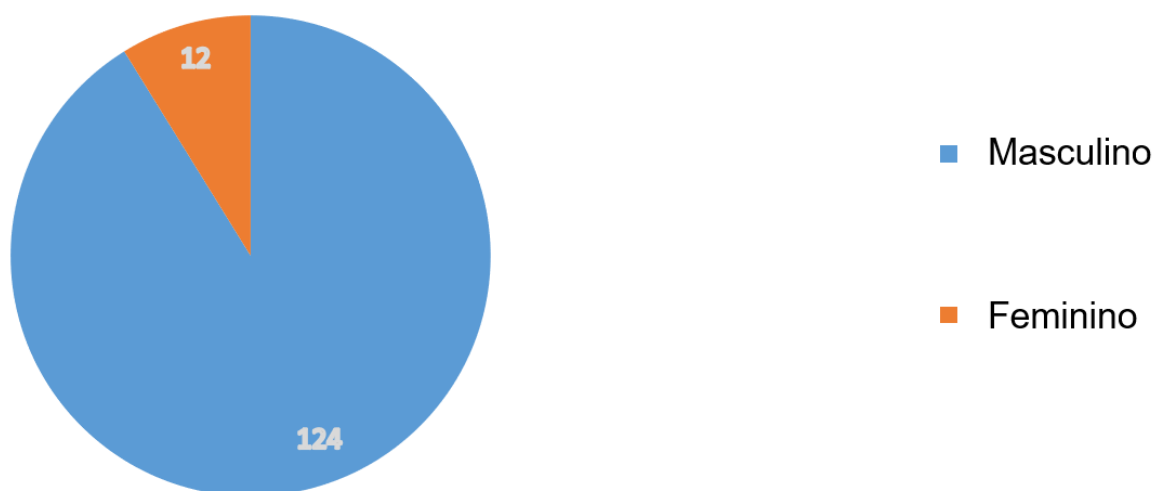
Capacitação e didatismo dos professores receberam moderada aprovação. O item é considerado satisfatório por 70 pessoas (51%) e “muito importante” por 25 entrevistados (18%). Mas é considerado desfavorável por 38 entrevistados (28%).

Tecnologias multimídia disponíveis na sala de aula e infraestrutura das salas de aula receberam qualificação desfavorável por parte de 58 entrevistados (43%). Para além dessa avaliação, a infraestrutura é levemente mais bem avaliada que as tecnologias multimídias em sala de aula, conforme se constata na verificação do gráfico.

31) Em qual mesorregião de SC você trabalha?

Fonte: Do Autor (2023).

Na caracterização sociodemográfica, constata-se que a Grande Florianópolis concentra 35 entrevistados. Na sequência, aparecem as regiões Norte (30 participantes), Sul (27), Oeste (24), Vale do Itajaí (12) e Serra Catarinense (8).

32) Qual seu gênero?

Fonte: Do Autor (2023).

Quanto ao gênero dos entrevistados, 91% são do masculino e 9%, do feminino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, pode-se apresentar conclusões extraídas da pesquisa de campo, bem como da fundamentação teórica. Esta conclusão está estruturada com (a) identificação de pontos que se destacam como fracos e fortes das competências dos entrevistados, a partir de suas respostas ao questionário; (b) propostas de melhorias no processo-ensino aprendizagem da PMSC, com proposição de critérios para o desenvolvimento do processo, incluindo a educação continuada e a melhorias na rede de internet da APMT, associadas ao desenvolvimento da competência digital dos usuários; (c) propostas de outros estudos, especialmente no aprofundamento das questões apresentadas nesta pesquisa; (d) a análise das conexões da consecução dos objetivos deste trabalho e (e) considerações finais.

De maneira geral, em todas as competências abordadas no questionário, a maioria dos entrevistados se mostram seguros quanto ao conhecimento e prática. No entanto, a condição ideal seria a de que todos se sentissem seguros na execução e conhecimento dos temas do dia a dia. Essa condição ideal pode ser considerada utópica, mas precisa ser colocada como a almejada no processo de ensino-aprendizagem de qualquer corporação. Dessa forma, qualquer resposta que evidencie dificuldade ou desconhecimento se torna uma oportunidade de melhoria. Nesse sentido, as questões que apresentaram maior índice de respostas desfavoráveis reportam aspectos mais preocupantes e podem ser considerados pontos fracos. Da mesma forma, aquelas perguntas que receberam menor número de repostas favoráveis podem ser considerados pontos fortes, sem esquecer que elas ainda possuem entrevistados que reportam dificuldades.

Dessa forma, serão apresentados a seguir os pontos que se destacam como fortes e fracos, a partir das respostas obtidas na aplicação do questionário.

Em relação aos pontos fracos, as respostas mais preocupantes, pela ordem, dizem respeito às questões 1, 3, 6, 6, 10 e 15, conforme o Quadro 4.

Quadro 4: Competências demonstradas pelos entrevistados - pontos fracos

Questão 1: Você se sente capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites?

Questão 3: Ao compor sindicância policial militar, você demonstra conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares?

Questão 6: Na sua atuação, você demonstra conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade?

Questão 10: Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções ou gerenciamento de conflitos e/ou de intervenção?

Questão 15: Você se considera capacitado em demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo?

Fonte: Do Autor (2024).

Os entrevistados demonstraram insegurança em aspectos como a legislação que possa ser necessária em sindicâncias ou sobre normas e regimento internos. Ao menos o conhecimento das normas e regimentos é possível minimizar essa insegurança com uma formação contínua, a qual permita acompanhar as alterações que possam surgir nesse campo.

Outro ponto que precisa de uma intervenção é sobre o conhecimento a respeito da comunidade que os agentes atuam. O índice de respostas que indica o desconhecimento foi relativamente elevado, indicando a necessidade de voltarmos nossos olhares para dentro da Academia, na formação do policial militar, para incutir nele a importância de maior integração com as comunidades, o que pode fortalecer as parcerias para a resolução dos problemas. É dever, e mais do que isso, é estratégico para o policial conhecer a realidade da comunidade, incluindo seus costumes e sua história.

Aspectos que precisam ser trabalhados na academia são os conhecimentos referentes às técnicas de resolução, gerenciamento e intervenção de conflitos. Observou-se no resultado que o percentual que precisa de uma atenção é elevado. É mais uma situação a ser revista com uma disciplina voltada diretamente para a resolução de conflito na profissão policial militar.

A profissão policial militar requer um bom condicionamento físico do policial, até porque muitas vezes é necessário o uso da força. Quando questionado ao discente sua capacidade, uma porcentagem de resposta causou espanto, fato que pode ser melhorado com programas internos de qualidade de vida e outros que estimulem o policial a cuidar de seu condicionamento físico.

Não podemos deixar de explicitar também pontos positivos dos resultados apresentados pelos discentes. Esses pontos positivos dizem respeito às questões 4, 8, 14 e 25, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5: Competências demonstradas pelos entrevistados - pontos fortes

Questão 4: Na sua atuação profissional, você demonstra conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os?

Questão 8: Qual a frequência que você demonstra conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública?

Questão 14: Você se considera capacitado a agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessário?

Questão 25: Você possui capacidade de trabalhar em equipe?

Fonte: Do Autor (2024).

Nas questões relacionadas ao conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, os resultados foram positivos. Esses temas estão incluídos na formação do policial, sendo seu alicerce a matriz curricular nacional. Isso deixa claro que o policial é o promotor dos direitos humanos, defendendo e preservando a vida.

Outro ponto que chama atenção é o elevado índice de policiais que demonstram conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública. Pode-se afirmar que esse resultado está relacionado ao treinamento, pois as disciplinas que trabalham o assunto têm uma carga horária adequada na formação policial militar.

Trabalhar em equipe é outro ponto importante na profissão policial e o resultado da pergunta relacionada ao tema foi satisfatório. Os discentes demonstram essa convicção de trabalho em equipe, um tema necessário e que é estimulado desde o primeiro curso de formação.

A profissão policial militar é considerada de risco, o que requer do policial os cuidados necessários na preservação de sua vida. A pesquisa confirma que os discentes têm essa visão de utilizar equipamentos de proteção individual.

Os pontos positivos merecem, evidentemente, ser celebrados. Entretanto, os aspectos negativos – e não apenas os destacados acima – são desafios para o ensino e instrução da PMSC. Não há que se falar em “preocupação demasiada”, muito menos com uma abordagem do tipo “situação caótica” ou de “terra arrasada”, visto que a insegurança relativa demonstrada pelos sargentos entrevistados também pode ser atribuída às incessantes mudanças sociais e tecnológicas, implicando, entre outros

fatores, na transformação digital das organizações, incluindo corporações da segurança pública. Provavelmente, essas inseguranças podem ser vistas também em outros segmentos da sociedade.

Ao longo do trabalho, tanto na pesquisa quanto na revisão de literatura, foram identificados aspectos que podem contribuir para a melhoria nos processos de ensino aprendizagem na APMT, e que são apresentados a seguir, a título de sugestão. Essas sugestões estão agrupadas como (a) critérios para o desenvolvimento do capital humano, (b) processo de educação continuada e (c) sugestões para melhorias na infraestrutura. Considera-se que as estratégias para a PMSC alcançar seus desafios devem privilegiar o debate permanente e a formação de equipes multidisciplinares, compostas pelos profissionais das diversas áreas, buscando estabelecer ações de longo prazo e superar dificuldades pontuais que já se apresentam.

Quanto aos **critérios para o desenvolvimento do capital humano** e a devida valorização profissional, independentemente da modalidade de ensino ou patente em formação, eles devem ter como fundamentos os preceitos da Senasp e do Regulamento de Ensino R-10.700 da PMSC. Ou seja, sem prejuízo das disciplinas operacionais, os agentes desenvolvem autonomia intelectual que lhes permita refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho, ampliando sua capacidade de tomada de decisão para a resolução de problemas.

Esta proposição compreende desde a capacidade de trabalho em equipe, de maneira articulada, sob um comando estratégico, até enfoques técnicos, legais, éticos, de cidadania e direitos humanos. Assim, o processo de ensino-aprendizagem se alinha ao desenvolvimento de competências - aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, que estão englobados nas dimensões do conhecimento: saber, saber fazer e saber ser.

É necessário buscar a essência de tais enunciados e que não sejam percebidos meramente como retóricos. Dessa forma, uma das práticas propostas é que os estudantes tragam à sala de aula para discussão em grupo os problemas reais que enfrentam em seu cotidiano. Assim, as experiências de campo, muitas das vezes “das ruas”, passam a ser debatidas como estudos de casos, permitindo reflexões a

respeito dos temas. Exemplos são abordagens a pessoas com espectro autista, cujas reações podem ser diferenciadas das demais, mas merecem ser consideradas em suas especificidades.

A **educação continuada** também surge como elemento fundamental para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Como afirmado, as respostas às indagações apresentadas em questionário *on-line* permitiram constatar que os sargentos entrevistados, em sua maior parte, sentem-se seguros nos temas concernentes às suas atividades, sejam as relacionadas às atividades-fim do policial, isto é, aquelas que envolvem a abordagem das pessoas e demais práticas operacionais, sejam as atividades administrativas ou intermediárias e a utilização das novas tecnologias. Há, porém, em praticamente todos os temas levantados, um índice relativamente elevado, ainda que minoria, de respostas que denotam insegurança dos sargentos na compreensão dos referidos temas e execução das atividades inerentes, o que pode derivar para uma prática não recomendada ou incompleta.

Além disso, o mundo está em constante transformação, seja em termos de avanços tecnológicos, seja em termos de aspectos socioeconômicos, inter-relações etc. A educação continuada auxilia os policiais a acompanharem tais evoluções.

Para cobrir tais lacunas, os desafios que se impõem são no sentido de estabelecer programas e, mais do que isso, uma cultura de educação continuada. Os programas são os treinamentos que precisam ser oferecidos (cursos internos) ou estimulados (cursos externos) pela corporação. A cultura implica criar um ambiente favorável e uma visão de cada agente sobre a necessidade de buscar seu contínuo aperfeiçoamento. Se a corporação tem a necessidade de manter seu quadro continuamente atualizado, deve ser do interesse de cada indivíduo reconhecer suas limitações e buscar superá-las, como estratégia da permanente melhoria de seu desempenho. Independentemente de sua natureza, as organizações e seus integrantes têm a obrigação de compreender as mudanças sociais e tecnológicas, interagir com a sociedade, defendendo aspectos que lhes representem valores, oferecer soluções inovadoras e contribuir para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Quanto ao aspecto de **melhorias na infraestrutura**, o acesso à internet foi disparado o serviço mais criticado na APMT, com 126 (92,6%) respostas citando as opções desfavoráveis ou regulares. As tecnologias multimídia e a infraestrutura da sala de aula também receberam avaliações negativas, embora em índices inferiores. Dessa forma, é relevante que os gestores da instituição atentem a esses aspectos, com a ressalva de que não basta ampliar o acesso à rede. É importante que, dentro do espírito da educação continuada, haja sempre a capacitação para as competências digitais, principalmente para o acesso crítico, de maneira que os usuários façam o melhor uso do recurso, utilizando as ferramentas e conteúdos que contribuam para a consolidação de suas competências e identificando as informações falsas. Da mesma forma, faz-se necessário absorver e disseminar na corporação os avanços na área, tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e recursos como a inteligência artificial.

No que diz respeito a **propostas de outros estudos**, é oportuno considerar que, a exemplo de outras pesquisas do gênero, este trabalho fez a leitura instantânea das competências de algumas turmas do Curso de Formação de Sargentos da APMT. Dessa forma, ele aponta situações e condições, oportunidades de melhoria, pontos favoráveis ou negativos, com o grau de profundidade a que foi proposto. Assim, este estudo não encerra as discussões a respeito do tema. Mais do que isso, abre espaços para outras pesquisas que o complementem ou atualizem as informações coletadas. A exemplo da recomendação de que os profissionais devem adotar a educação continuada, a instituição precisa estar em constante autoavaliação e aperfeiçoamento de seus processos.

Desta forma, seguem algumas sugestões para novas pesquisas:

1. Aprofundar os estudos sobre as diversas competências exigidas de um policial militar e em grande parte citadas no questionário, tanto para aprofundar as análises relacionadas a cada tema quanto para planejar e implementar ações estratégicas, incluindo eventuais alterações curriculares. Nesses estudos, poderão ser analisadas as especificidades e necessidades de cada competência ou grupo delas

- por exemplo, as competências para o uso de tecnologias, para formas de abordagem, para aspectos como preconceitos ou tratamento dispensado a pessoas com deficiência, entre outros. Trata-se aqui da compreensão e do uso adequado de armamentos (letais ou de contenção), de informática, das novas tecnologias veiculares, da capacidade de atendimento de pessoas feridas, da adequada abordagem de grupos vulneráveis, enfim, todo o escopo da ação policial.

2. Analisar a formação policial militar nas diversas competências, comparando com pesquisas de opinião pública relacionadas a expectativas e satisfação da população em relação às demandas da população.
3. Sob a mesma ótica, analisar se a capacitação dos docentes atende as demandas pela formação do policial militar.
4. Pesquisar e analisar a capacidade que os policiais militares têm para absorver as inovações tecnológicas, tais como a inteligência artificial.
5. Pesquisar sobre a possibilidade de utilização de plataformas digitais na formação dos policiais militares.
6. Estudos específicos a respeito da relação dos policiais militares com pessoas com deficiência.
7. Estudos a respeito da repercussão de *fake news* nas atividades policiais militares, desde o risco de disseminação por parte da corporação, até o seu uso no âmbito do registro falso de ocorrências.
8. Estudos sobre a relação da PMSC com a comunidade, notadamente os programas institucionais – SOS Desaparecidos, as redes Catarina de Proteção à Mulher, de Vizinhos, de Segurança Escolar e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). As pesquisas podem tratar do desempenho dos referidos programas, bem como das competências dos agentes em sua operação.
9. Estudos de *cases* de atividades desenvolvidas pela PMSC, abordando diversos aspectos.

Diante dos vários aspectos expostos, considera-se que os objetivos geral e específicos deste trabalho foram alcançados. O levantamento das percepções dos entrevistados a respeito das diversas competências necessárias aos agentes da polícia militar de Santa Catarina possibilitou realizar uma análise do processo e dos critérios de ensino-aprendizagem da corporação. Essa foi a proposta do objetivo-geral.

Da mesma forma, o levantamento trouxe subsídios para se investigar o processo de formação policial militar e identificar as lacunas existentes no desenvolvimento das competências necessárias aos agentes. A partir das constatações foi possível detectar pontos fortes e fraquezas do processo de ensino-aprendizagem da PMSC e sugerir critérios pedagógicos para melhoria do processo. Com isso, pode-se afirmar que os objetivos específicos igualmente foram logrados.

Da mesma forma, foram cumpridos os objetivos específicos. A investigação do processo de formação policial militar se deu no trabalho como um todo. Já a identificação de lacunas do ensino-aprendizagem, fundamentado em critérios de competência aplicados na formação do policial militar na APMT e o levantamento de pontos fortes e fracos do ensino-aprendizagem na formação do policial da PMSC ocorreram ao longo do trabalho, sendo explicitados neste capítulo de “Considerações finais”.

Pode-se afirmar, por fim, que a atualização da atuação policial é um elemento importante para a manutenção da ordem pública, que é a missão precípua da PMSC. Isso porque na medida em que a corporação se mostra atualizada, ela vai transmitir maior segurança e proporcionar também à comunidade a sensação de segurança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando; FIALHO, Francisco. Design da informação, educação em saúde e inclusão das crianças com transtorno do espectro autista no Brasil durante a pandemia de covid-19. *In: A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana*. Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. Ponta Grossa-PR: Atena, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/359259586_DESIGN_DA_INFORMACAO_EDUCACAO_EM_SAUDE_E_INCLUSAO_DAS_CRIANCAS_COM_TRANSTORNO_DO_ESPECTRO_AUTISTA_NO_BRASIL_DURANTE_A_PANDEMIA_DE_COVID-19. Acesso em: 25 jun. 2024.

ORTEGÓN ALVAREZ, Ana María. **Processo de aprendizagem de equipes de projeto: uma abordagem baseada na experiência**. 2018. 259 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188674/PEGC0523-T.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2024.

AUSUBEL, David Paul. **Educational psychology: a cognitive view**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1968.

AZEVEDO, Luiz Alberto de. **De CEFET a IFET Cursos superiores de tecnologia no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina**. gênese de uma nova institucionalidade? Florianópolis, 2011. 383 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95223>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo: RS, CAPEC, Paster Editora, 1998.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. 267 p. (Polícia e sociedade).

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**: 3. ed. rev. e atual. Caxias do Sul: EducS, 2010. 599 p.

BORGES, Gleyciara de Moura; MARTINS, Maria Luiza Pereira. Caso Ellwanger: uma análise do Habeas Corpus n. 82.424-2 do Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva da técnica de Robert Alexy associada ao giro decolonial latino-americano. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**. Ano 01 - Edição 01 – Jan./Jun. 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Caso-Ellwanger-Uma-ana%CC%81lise-do-Habeas-Corpus-n.-82.424-2-do-Supremo-Tribunal-Federal-sob-a-perspectiva-da-te%CC%81cnica>

de-Robert-Alexy-associada-ao-giro-decolonial-latino-americano.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/gestao-e-ensino/site-novo/matrizcurricularnacional_versaofinal_2014.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **TRIBUNAL PLENO**. HABEAS CORPUS 82.424-2. RIO GRANDE DO SUL, 2003. RELATOR ORIGINÁRIO: MIN. MOREIRA ALVES. RELATOR PARA O ACÓRDÃO: MINISTRO PRESIDENTE. PACIENTE: SIEGFRIED ELLWANGER. IMPETRANTES: WERNER CANTALÍCIO JOÃO BECKER E OUTRA. COATOR SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EMENTA: HABEAS-CORPUS. PUBLICAÇÃO DE LIVROS: ANTI-SEMITISMO. RACISMO. CRIME IMPRESCRITÍVEL. CONCEITUAÇÃO. ABRANGÊNCIA CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. LIMITES. ORDEM DENEGADA. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>. Acesso em: 20 maio 2024.

CARVALHO, Lucius Paulo de. **Liderança policial em contextos perigosos**. Florianópolis (SC): Ed. do Autor, 2023. 148 p. Disponível em: <https://biblioteca.pm.sc.gov.br/downloadArquivo?vinculo=QkVDRkM3NlkyOWtSVzF3Y21WellUMHpNakltWVdObGNuWnZQVEI5TnpZM0puTmxjVkJoY21GbmNtRm1iejB4Sm5ObGNWTmxZMkZ2UFRnbWEyRnlaR1Y0UFU0bWJHOWpZV3hCY25GMWFYWnZQVU5QVFZCQIVsUkpURWhCVFVWT1ZFOG1ibTI0WIVOaGJXbHVhRzg5TUR>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 698 p. (A era da informação. Economia, sociedade e cultura; 1).

CASTILHO, Suely Dulce de; RONDON FILHO, Edson Benedito; CARVALHO, Claudia Cristina. Segurança pública e população de rua: desafios políticos e pedagógicos. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses (org.). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016. 302 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública, 6). [Cap. 3, p. 79-108].

CINTRA, Amanda Mendes Silva *et al.* Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453>. Acesso em: 17 jul. 2024.

CLARO, Magdalena; CASTRO-GRAU, Carolina. **El papel de las tecnologías digitales en los aprendizajes del siglo XXI**. Observatorio de Prácticas Educativas Digitales de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Foro Regional de Política Educativa. V. 7, 2023. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386981?posInSet=14&queryId=ffc59c54-da19-49d7-8553-43b482563209>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010. 296 p.

DANDOLINI, Gertrudes Aparecida. Editorial: Governança, Gestão e Inovação em Segurança Pública. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, v. 14, n. 11, jan./abr. p. 01 -12, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6734/673473467012/673473467012.pdf>. Acesso em: 8 maio 2024.

DANIELI, Adilor; ROSA, Aurélio José Pelozato da, SCHMIDT, Jefferson. **Quebra da ordem pública, a política de ordenamento urbano e seus reflexos na propriedade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. 148 p.

DIAS, Gilberto. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar: o caso da Polícia Militar de Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/83847>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DIAS, Gisele B. *et al.* Revisando a noção de competência na produção científica em administração: avanços e limites. *In*: DUTRA, Joel Souza; FLEURY, Maria Tereza Leme; RUAS, Roberto. **Competências: conceitos, métodos e experiências**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. 303 p. [Cap. 1, p. 9-30].

DOROW, Patrícia Fernanda. **Compreensão do compartilhamento do conhecimento em atividades intensivas em conhecimento em organizações de diagnóstico por imagem**. 2017. 361 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180883>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DUARTE, Evandro C. Piza *et al.* Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos policiais militares nas cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (org.). **Segurança Pública e direitos humanos: temas transversais**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 247 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública; 5). [Cap. 3, p. 81-118].

EMERIQUE, Lilian Balmant. Apresentação. *In*: GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant. (Coord.). **Direitos das minorias e grupos vulneráveis**. Ijuí: Unijuí, 2008. 297 p. (Coleção relações internacionais e globalização. 19). [p. 15-17].

FARIAS, Gabriela Belmont de. Contributos da aprendizagem significativa de David Ausubel para o desenvolvimento da Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, abr./jun. p. 58-76, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/ZSNC6yjPGkG6t5kTQHC3Wxp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FAZZIONI, Dilva Páscoa De Marco *et al.* Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina: 50 anos de memórias e história. *In:* TASCA, Jorge Eduardo; SILVA, Augusto César da; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira (org.). **Pesquisa e inovação em Segurança Pública**: uma contribuição do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina. Florianópolis (SC): Dois Por Quatro, 2016. 267 p. Disponível em: <https://biblioteca.pm.sc.gov.br/pergamum/vinculos/00000e/00000ee3.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

FERNANDES, Andrei Francisco. **Polícia Militar de Santa Catarina origens e evolução**: hierarquia, fardamentos, inclusões, promoções e ensino. Florianópolis: Papa-livro, 2013. 224 p.

FIGUEIREDO, Leonardo Souza Reis. **Práticas de gestão do conhecimento e barreiras à aprendizagem organizacional**. 2019. 147 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214274/PEGC0608-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 200 p.

GOMES, Paulo de Tarso. O carro na frente dos bois e o GPS na frente do carro: perspectivas da democracia em tempos de redes sociais. *In:* BRAGA, Denise Bértoli. **Tecnologias digitais da informação e comunicação e participação social**. São Paulo: Cortez, 2015. 268 p.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Eduardo Carneiro; SANTOS, Batista dos; SAMPAIO, Patrícia Passos. A cartografia como fazer-metodológico de pesquisadores organizacionais: investigando fenômenos contemporâneos. **REAd**. Porto Alegre, v. 28, n. 2, maio/ago. p. 351–371, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/4jQNz9crfZFMbbSZrTbmWRH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2024.

LISBOA, Sidnei Luiz; TASCA, Jorge Eduardo. Desempenho do policial militar instrutor do PROERD no estado de Santa Catarina. *In:* HOFFMANN, Maria Helena;

HAMMERSCHMIDT, Rodrigo (org.). **Segurança pública**: diálogo permanente. : DIOESC, 2012. 418 p.

LORENZETTI, Leonir. **Estilos de pensamento em educação ambiental**: uma análise a partir das dissertações e teses. Florianópolis, 2008. 406 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91657>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MARCINEIRO, Nazareno. **A melhoria do desempenho policial**: uma metodologia multicritério para aprimorar a tomada de decisão. Florianópolis: Habitus, 2020. 236 p.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. **Polícia comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005. 103 p.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 239 p.

MARTINS, Sérgio. O negro no discurso judicial. *In*: GUERRA, Sidney; EMERIQUE, Lilian Balmant. (coord.). **Direitos das minorias e grupos vulneráveis**. Ijuí: Unijuí, 2008. 297 p. (Coleção relações internacionais e globalização). [p. 225-241].

MASETTO, Marcos Tarciso. **Docência no ensino superior voltada para a aprendizagem faz a diferença**. São Paulo: PUC - São Paulo/Mackenzie. Pró-Reitoria de Graduação, 2010. Disponível em: https://www.prpg.usp.br/attachments/article/640/Caderno_12_PAE.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

MEDEIROS, Cristiano *et al.* A contribuição da Engenharia e Gestão do Conhecimento para a elaboração do Plano Estratégico de Comando 360 da PMSC: desenvolvimento de métodos sistêmicos para a codificação, gestão e disseminação dos saberes científico e tecnológico na corporação. *In*: ROSA, Aurélio José Pelozato da; SILVEIRA, Miguel Angelo (org.). **Evolução PMSC 4.0**: ordem pública: planejamento estratégico. 1. ed. Florianópolis: PMSC, 2023. v. 2. E-book. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/uploads/08712898902/2024/03/e-book-evolucao-pmsc-40-planejamento-estrategico.pdf>. Acesso em: 09 maio 2024. [Capítulo 7, p. 209-250].

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* A atuação dos órgãos da segurança pública junto à população LGBT. *In*: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses (org.). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016. 302 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública, 6). [Cap. 1, p. 9-38].

CASA NOVA, Silvia Pereira De Castro *et al.* **TCC trabalho de conclusão de curso**: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva, 2020.

OFICIAL. Aulete Digital. Disponível em: <https://aulete.com.br/Oficial>. Acesso em: 19 maio 2024.

PEREIRA, Kariston. **O Raciocínio abduutivo no jogo de xadrez: a contribuição do conhecimento, intuição e consciência da situação para o processo criativo.** 513 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93818>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PEROVANO, Dalton Jean. Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social. Curitiba: Jurua, 2014. 230 p.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada: das intenções à ação.** 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 183 p.

PMSC. **Baixe o PMSC Cidadão e conte com mais esta ferramenta tecnológica.** Florianópolis: PMSC, 2020. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/baixe-o-pmsc-cidadao-e-conte-com-mais-esta-ferramenta-tecnologica>. Acesso em: 17 maio 2024.

PMSC. **PMSC Cidadão:** Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: PMSC, 2019-2024. Disponível em: <https://apps.apple.com/br/app/pmsc-cidad%C3%A3o/id1481519067>. Acesso em: 17 maio 2024.

PMSC. **Regulamento de Ensino R-10.700.** Florianópolis: PMSC, 2024. Disponível em: <https://intranet.pm.sc.gov.br/biblioteca/ato/12019>. Acesso em: 17 maio 2024. [Acesso restrito].

PORTO, Maria Stela Grossi; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Condutas policiais e códigos de deontologia: o controle da atividade policial no Brasil e no Canadá.** Brasília: UnB, 2014. 173 p.

PRAÇA. Digital. Disponível em: <https://aulete.com.br/Praça>. Acesso em: 19 maio 2024.

PRADO, Marco Aurélio Máximo *et al.* In: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (org.). **Segurança Pública e direitos humanos: temas transversais.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 247 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública; 5). [Cap. 2, p. 57-79].

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E->

book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 02 fev. 2023. [recurso eletrônico on-line]

QUEIROZ BARBOSA, Allan Claudius; RODRIGUES, Marco Aurélio. Alternativas Metodológicas para a Identificação de Competências. **Boletim Técnico do Senac**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 20–29, 2006. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/316>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RIGO, João André. **A formação profissional inicial do policial rodoviário federal e o desenvolvimento de competências à luz da matriz curricular nacional**. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação). Área de Especialização em Organização e Gestão da Educação e Formação, Universidade de Lisboa. Instituto de Educação. Lisboa, 2019.

RODRIGUES, Ciro Lima Pereira. **A intuição na prática pericial: convergência entre conhecimentos tácitos e explícitos**. 2024. 143 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PEGC0816-D.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

RUSSO, Giuseppe Maria. **Diagnóstico da cultura organizacional: o impacto dos valores organizacionais no desempenho das terceirizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. São Paulo: Dedix, 2010. 146 p.

SANTA CATARINA. **Polícia Militar de Santa Catarina é a mais bem avaliada do país com 74% de aprovação**. Florianópolis: Assessoria de imprensa do Governo de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Comunicação, 2023. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/policia-militar-de-santa-catarina-e-a-mais-bem-avaliada-do-pais-com-74-de-aprovacao/>. Acesso em: 12 abr. 2024. [Por: Redação SECOM 27 de abril de 2023].

SANTANA, Julival Queiroz de. **Metaliderança em contextos extremos: análise de caso multidimensional na Segurança Pública**. 2023. Tese (doutorado) submetida ao Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Gestão do Conhecimento. Florianópolis – SC, 2023.

SANTOS, Daniel Limeira dos. **Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática**. 2014. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/CCSA. João Pessoa, 2014.

SANTOS, Neri dos; RADOS, Gregório Jean Varvakis. **Fundamentos teóricos de gestão do conhecimento**. 1. ed. Florianópolis: Pandion, 2020. 114 p. Disponível em: <http://www.editopandion.com>. Acesso em: 03 jan. 2024. [recurso eletrônico on-line].

SCHUCH, Alfredo *et al.* Desafios do ensino híbrido no contexto da formação policial militar: uma prática disruptiva. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 83-89, 2022. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/115>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SILVA, Francisco Carlos Lopes da. **Universidade e extensão**: a trajetória em um centro universitário. Florianópolis, 2008. 276 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92038>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, Yasmine Habib. **A universidade aprendendo a aprender**: novos espaços, novas velocidades na educação continuada dos docentes. 2002. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84425>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SINHORETTO, Jacqueline; BATITUCCI, Eduardo; MOTA, REIS, Fábio; CHLITTLER, Maria Carolina; SILVESTRE, Giane; MORAIS, Danilo de Souza; SOUZA, Letícia Godinho de; SOUSA, Rosânia Rodrigues de; SILVA, Sabrina Souza da; OVALLE, Luiza Aragon; RAMOS, Paulo César; ALMEIDA, Fabrício Bonecini de; MACIEL, Welliton Caixeta. A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In*: LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro; BAPTISTA, Gustavo Camilo; FIGUEIREDO, Isabel Seixas de (org.). **Segurança Pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 247 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública; 5). [Cap. 4, p. 121-158].

SOUSA, Richard Perassi Luiz de. **Mídia do conhecimento**: ideias sobre mediação e autonomia. 1. ed. dados eletrônicos. Florianópolis: SIGMO/UFSC, 2019.

SOUZA, Anderson Joabe Queiroz. **Histórias em quadrinhos na segurança contra incêndio**: um recurso lúdico. 2024. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2024.

STEIL, Andrea Valéria. **Competências e aprendizagem organizacional**: como planejar programas de capacitação para que as competências individuais auxiliem a organização a aprender. Florianópolis: Ed. do Autor, 2006. 157 p. Disponível em: <https://biblioteca.pm.sc.gov.br/downloadArquivo?vinculo=Njk3QUU1Q1kyOWtSVzF3Y21WellUMHpNakItWVdObGNuWnZQVEI4TnpFeUpuTmxjVkJ0Y21GbmNtRm1iejB4Sm5ObGNWTmxZMkZ2UFRnbWEyRnlaR1Y0UFU0bWJHOWpZV3hCY25GMWFYWnZQVU5QVFZCQIVsUkpURWhCVFVWT1ZFOG1ibTI0WIV0aGJXbHVhRzgz5TUR>. Acesso em: 6 set. 2023.

STEIL, Andrea Valéria. **Um modelo de aprendizagem organizacional baseado na ampliação de competências desenvolvidas em programas da**

capacitação. Florianópolis, 2002. 210 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84075/190159.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2024.

TOMBINI, Larissa Hermes Thomas. **Educação permanente e integração ensino-serviço na perspectiva dos enfermeiros do serviço.** 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93918>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TOMBINI, Larissa Hermes Thomas. **Educação permanente e integração ensino-serviço na perspectiva dos enfermeiros do serviço.** 177 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PNFR0675-D.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TORRES, Juliana Rezende. **Educação ambiental crítico-transformadora e abordagem temática Freireana.** 456 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93568>. Acesso em: 28 jun. 2024.

TRAD, Leny Alves Bonfim. *et al.* Segurança pública e questões raciais: abordagem policial na perspectiva de policiais militares e jovens negros. *In:* PARESCHI, Ana Carolina Cambeses (org.). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública.** Brasília: Ministério da Justiça, 2016. 302 p. (Coleção Pensando a Segurança Pública, 6). [Cap. 2, p. 41-76].

UFSC. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Comissão de Estudos PEA EGC 2020/2030. Relatório técnico científico da proposta da comissão de revisão do projeto pedagógico e formulação de nova matriz curricular do EGC/UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento; organização e elaboração: Neri dos Santos *et al.* 1. ed. Florianópolis: EGC/UFSC, 2021.

UFSC. Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (PPGEGC). **O Programa.** Florianópolis, UFSC/EGC/PPGEGC, 2024. Disponível em: <https://ppgegc.paginas.ufsc.br/o-programa/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

UNESCO. **Educação:** um tesouro a descobrir [relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI]. Brasília, 2010b.

UNESCO. **Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.** Brasília: UNESCO, 2010a. 156 p. [Título original: Global Report on Adult and Learning Education. Hamburgo: UIL, 2009].

VELHO, Nívia Márcia. **Competence Management**: A proposed Model for Soccer referee formation. 2010. 157 p. Thesis - Engineering and Knowledge Management Pos Graduation Program, UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94424/287168.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jun. 2024.

VIEIRA, Karina de Vasconcelos. **Perícia judicial ambiental**: conhecimentos técnicos e jurídicos como suporte para tomada de decisão. Florianópolis, 2010. 155 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94210/299929.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jun. 2024.

VIEIRA, Sônia. Como **elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. 159 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SERGENTOS 2023-2

Prezado Policial Militar,

Pedimos sua colaboração em responder o questionário a seguir, elaborado com base na Matriz Curricular Nacional da Senasp para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. “É importante ressaltar que essas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico, que, de acordo com Balestreri (1998), estão presentes na formação do profissional da área de segurança pública; com os Quatro Pilares da Educação propostos pela UNESCO: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser; e aprender a conviver; e com as dimensões do conhecimento; saber, saber fazer e saber ser.” (Brasil, 2014, p. 20).

Fazendo parte deste processo de produção da dissertação de mestrado da EGC/UFSC, solicito o auxílio em responder este questionário, apresentado em Escala Likert. Será respeitado o sigilo do nome do respondente para fins éticos. Responda com sinceridade a alternativa com a qual você mais se identifica.

* Indica uma pergunta obrigatória

1) Você se sente capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função e seus trâmites? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

2) Você tem a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3) Ao compor sindicância policial militar, você demonstra conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4) Na sua atuação profissional você demonstra conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

5) Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6) Na sua atuação você demonstra conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7) Você demonstra sua capacidade de zelar pela boa imagem própria e da corporação? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8) Qual a frequência que você demonstra conhecimento sobre técnicas e procedimentos de preservação da ordem pública? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9) Quando você utiliza a sua capacidade em relação à experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10) Você é capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções ou gerenciamento de conflitos e/ou de intervenção? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

11) Você se sente capacitado de identificar situações de risco e antever sua ocorrência? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12) Com qual frequência você avalia sua capacidade de atendimento de ocorrência de vulto, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13) Você é capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais e demonstrando domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14) Você se considera capacitado a agir utilizando equipamentos de proteção individual (EPI's), quando necessário? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15) Você se considera capacitado em demonstrar condicionamento físico no desempenho das tarefas do cargo? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16) Você possui conhecimentos sobre técnicas de operações especiais (fundamentos)? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17) Você é capaz de identificar vítimas e suspeitos em potencial? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18) Ao fazer a escolta de presos, você age demonstrando conhecimento das normas de abordagem, procedimentos e técnica de condução e legislações pertinentes (ex.: ECA). Você se sente treinado? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19) Ao comparecer e preservar o local de crime você se sente capaz de aplicar técnicas de preservação? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20) Você se sente capacitado para aplicar conhecimentos de informática ao realizar as tarefas inerentes ao cargo? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21) Você se sente capacitado para utilizar Sistemas de Segurança da Informação ao desempenhar uma ação? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

22) Você tem capacidade de prestar primeiros socorros, aplicando técnicas e procedimentos de atendimento pré-hospitalar (APH)? *

Concordo totalmente	Concordo	Indeciso	Discordo	Discordo totalmente
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23) Você se sente capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e linguagem técnica segundo padrões de redação oficial e da Língua Portuguesa? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24) Com qual frequência você demonstra conhecimento sobre a forma de preenchimento e finalidade dos documentos utilizados? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

25) Você possui capacidade de trabalhar em equipe? *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26) Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa. Você faz isso: *

Muita frequência	Frequentemente	Ocasionalmente	Raramente	Nunca
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

27) Qual a importância que você atribui para ser capaz de trabalhar de forma interdisciplinar? *

	Muito elevada	Elevada	Moderada	Pequena	Nenhuma
Colaboração entre os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informações em tempo real	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento do pensamento crítico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resolução de problemas e competência digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28) Indique seu grau de dificuldade em relação aos atributos abaixo, considerados como estratégicos para a Educação 4.0: *

	Muito elevado	Elevado	Moderado	Pequeno	Nenhuma dificuldade
Colaboração entre os alunos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso a informações em tempo real	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Desenvolvimento do pensamento crítico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Resolução de problemas e competência digital	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

29) Qual é sua percepção a respeito da importância dos atributos para a educação 4.0? *

	Muito importante	Importante	Pouco importante	Sem importância
Professores capacitados, com didática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso à internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tecnologias multimídia disponíveis na sala de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infraestrutura das salas de aula (carteiras, iluminação, climatização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

30) Qual é sua percepção a respeito das condições da APMT em relação aos atributos, considerados necessários para a educação 4.0? *

	Excelente	Satisfatório	Regular	Desfavorável
Professores capacitados, com didática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso à internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tecnologias multimídia disponíveis na sala de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infraestrutura das salas de aula (carteiras, iluminação, climatização)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

31) Em qual mesorregião de SC você trabalha? *

- Grande Florianópolis
- Norte Catarinense
- Oeste Catarinense
- Serrana
- Sul Catarinense
- Vale do Itajaí

32) Qual seu gênero? *

- Masculino
- Feminino

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [_Denunciar abuso](#) - [_Termos de Serviço](#)
- [Política de Privacidade](#)

Google Formulários